



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CENTRO ACADÊMICO DE GEOGRAFIA

ANAIS

CADERNO DOS TRABALHOS COMPLETOS

ISSN 2446-6840

III SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO

**TEMA: O CONHECIMENTO GEOCIENTIFICO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO SEMIÁRIDO**

VIII SEMANA DE GEOGRAFIA (SEMAGEO)

**“TEMA: IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA”**

Período de Realização: 04,05,06 e 07 de dezembro de 2018

SITE DO EVENTO

<https://viiiisemageo.wixsite.com/ufcg>

**Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCEG**

Sumário

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BERNARDINO BATISTA-PB	3
REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA: O MAPA MUNDI EM SUAS DIMENSÕES LÚDICAS	18
A MÚSICA COM INSTRUMENTO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM:	31
ANÁLISE GEOGRÁFICA DA MÚSICA “HERDEIROS DO FUTURO”	31
ENSINO DE LITERATURA E GEOGRAFIA: O CASO DA PEÇA <i>BAGATELAS</i>	43
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: OBSERVAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	61
O ENSINO DA GEOGRAFIA: UMA LEITURA DAS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS AO LONGO DE SUA HISTÓRIA	75
OS DESAFIOS DE ESTUDANTES E PREFEITURA COM O TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO DE UMARI-CE.....	93
ALIAR TIC’S E EDUCAÇÃO: DESAFIO AOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA	122
USO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: TRABALHANDO CONCEITOS DE LUGAR E PAISAGEM.	135
IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO LIXÃO A CÉU ABERTO NO MUNICÍPIO DE MUNICÍPIO DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA - PB.....	164
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE POMBAL – PB E SEUS IMPACTOS NO AÇUDE NOVA VIDA: PROPOSTA DE MEDIDAS PARA SUA REVITALIZAÇÃO.....	177
ANÁLISE DO DESCARTE DE RESÍDUOS DO LIXO HOSPITALAR.....	194
DA CIDADE DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA – PB	194
DIFERENTES ABORDAGENS DA GEOGRAFIA CRÍTICA: EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NA GEOGRAFIA.....	208

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE BERNARDINO BATISTA-PB

Jamilton Costa Pereira
Mestre em Sistemas Agroindustriais - PPGSA/CCTA/UFCG
jcp_jamiltoncosta@hotmail.com.

Claudineide Baltazar da Silva
Mestre em Sistemas Agroindustriais - PPGSA/CCTA/UFCG
cbs.claudineide@yahoo.com.br.

Maria do Socorro Duarte Pinto
Mestre em Sistemas Agroindustriais - PPGSA/CCTA/UFCG
socorropd@hotmail.com.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral, identificar como se dá o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município de Bernardino Batista-PB. Para tanto, utilizou-se na metodologia, pesquisa de caráter qualitativa, classificando ainda pelos métodos: exploratório, descritivo, pesquisa bibliográfica e estudo de campo realizado com os agricultores familiares, do município de Bernardino Batista-PB. Os desafios da agricultura familiar, nesse município, no alcance do desenvolvimento local sustentável são de responsabilidade coletiva, pois envolve ações e práticas que vão além das disponibilidades daqueles agricultores. Contudo, identificou-se que existem muitos desafios a serem superados no contexto da agricultura familiar no que se refere ao desenvolvimento sustentabilidade.

Palavras-chave: Meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Agricultura familiar

INTRODUÇÃO

Compreender o desenvolvimento rural sustentável no contexto da agricultura familiar na recuperação da base de recursos naturais e matéria-prima exige que se considere em igual grau de importância à sua diversidade produtiva prevendo as

necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações, tornando-se um instrumento muito importante para os gestores municipais, para que venha elaborar políticas de desenvolvimento rural sustentável dentro da realidade de cada município.

A presente pesquisa se calca no fato da agricultura ser a principal atividade econômica dos agricultores familiares do município de Bernardino Batista-PB. Nesse sentido eles têm na agricultura, a principal atividade para a sua subsistência e para o desenvolvimento sustentável de seu município no contexto que se respalda a agricultura familiar local. Uma vez que a relação homem x natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas ambientais, hoje vem provocando fortes impactos (negativos) exercidos sobre os recursos naturais ainda existentes.

São muitas as indagações que se buscam responder na elaboração e na implementação desta proposta pesquisa. Acredita-se que para mudar esse cenário, os agricultores familiares, precisam se sensibilizar acerca de sua responsabilidade para com o meio ambiente, para a saúde pública e para as futuras gerações, buscando uma produção agrícola mais sustentável e se para obter uma qualidade de vida melhor, como também para aqueles agricultores que desejam refletir sobre suas próprias práticas.

Pensar em propostas de desenvolvimento rural sustentável é antes de tudo pensar em práticas que incluam a participação da sociedade no planejamento e no delineamento de políticas públicas, todavia isso favorece o entendimento das reais necessidades desse povo. Sendo assim, procurou respostas para a seguinte problemática: Com se dá o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município de Bernardino BatistaPB?

OBJETIVO GERAL

Do ponto de vista sustentável, percebe-se que o meio ambiente se torna indispensável para a sobrevivência do ser humano, bem como reduzir as diferenças sociais e econômicas entre as diferentes classes da sociedade. Dessa forma, esta pesquisa tem

como objetivo geral, identificar como se dá o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município de Bernardino Batista-PB.

METODOLOGIA

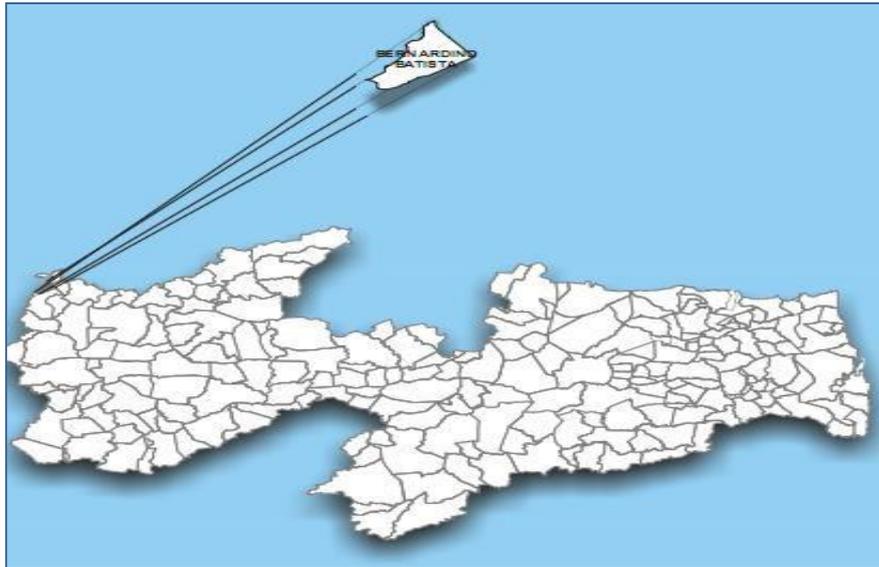
Este estudo está caracterizado como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e estudo bibliográfico que se deu por meio de pesquisas em livros e artigos científicos sobre o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar.

Quanto ao delineamento da pesquisa, foi do tipo teórico-empírico, realizada por meio de pesquisa de campo no contexto do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, realizado com os familiares da zona rural do município de Bernardino BatistaPB.

Localização da área da pesquisa

O município de Bernardino Batista-PB está inserido na Sub-Bacia do Rio do Peixe pertencente à Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu no Alto Sertão Paraibano, situada no semiárida do nordeste brasileiro, possuindo uma área total de drenagem de 43.681,50 km², sendo 26.208,9 km² (60% da área da bacia) no Estado da Paraíba e 17.472,6 km² (40% da área da bacia) no Estado do Rio Grande do Norte e seus principais afluentes são os Rios Piranhas e Seridó (FREITAS, 2015), conforme pode-se observar na Figura 1.

Figura 1: Localização do Município de Bernardino Batista-PB



FONTE: CPRM - Serviço Geológico do Brasil (2005).

Esta região está incluída na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, aridez e o risco de seca. Situando-se na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja com superfícies erosivas, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. A vegetação predominante é a caatinga xerofítica, com a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno e médio porte.

O município de Bernardino Batista-PB apresenta um IDH de 0,558. (IBGE, 2010). Sua população total é de 3.356 hab. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Bernardino Batista, pela lei estadual nº 5.929, de 29 de abril de 1994, desmembrado do município de Triunfo/PB, que antes se chamava distrito de Serra do Padre, sendo sua instalação em 01 de janeiro de 1997.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar

Nos últimos 50 anos a evolução acelerada da do desenvolvimento econômico acarreta mudanças também no setor primário setor esse que segundo Araújo (2003) *apud* Batalha *et al.*, (2005, p. 21) traz a característica vigente de maior interdependência do ambiente externo com o decorrer dos anos.

Considerando o aspecto característico do agronegócio no Brasil segundo Stefanelo (2002) *apud* Batalha *et al.*, (2005, p. 27) esse setor apresenta um padrão de amadurecimento econômico passando a ter sua importância econômico-social reconhecida.

No que se refere à perspectiva do movimento dos agricultores, Bergamasco e Wanderley (1995) exaltam o valor e a pertinência de investimentos para a agricultura familiar ao afirmarem que a modernização da agricultura deveria questionar a concentração fundiária e o crescimento extensivo, valorizando os problemas ambientais e as necessidades do ser humano de suprir suas necessidades. Além disso, eles levantam um questionamento das condições dessa classe.

Levando em consideração as condições da atualidade, o meio rural vem sofrendo transformações desde os fatores externos que estão ligados a economia, transformações nas relações das formas de trabalhos entre outros. Em tal contexto nasce um termo que traduz novas funções para os aspectos sociais e econômicos e ambientais para agricultura familiar, que seria a pluriatividade.

É diante de um modelo de desenvolvimento sustentável para uma agricultura de base ecológica com capacidade de produzir alimentos e matéria-prima aliado a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, que se destaca a proposta de estudar sobre desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, no Município de Bernardino Batista-PB, frente à perspectiva socioeconômica e ambiental.

O debate constante sobre uma proposta de desenvolvimento sustentável, que possa amenizar o desgaste causado aos recursos naturais, tem ofuscado a concepção moderna de desenvolvimento, visto que contribuiu significativamente para a degradação do meio ambiente e o agravamento das desigualdades sociais, colocando em risco, as presentes e futuras as gerações. Além disso, “[...] o padrão de desenvolvimento capitalista também limita a satisfação do consumo, ao gerar as desigualdades sociais” (SILVA, 2006, p.212).

Uma das formas para conhecer a perspectiva de sustentabilidade da produção agrícola é através da análise de indicadores de sustentabilidade que possam representar significativamente a sua realidade, que se dá através de um conjunto de elementos que se relaciona com o meio ambiente, à realidade econômica e social da agricultura familiar. Para Bellen (2006, p.41), os indicadores de sustentabilidade devem ser compreendidos como elementos capazes de “[...] comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como, por exemplo, o desenvolvimento sustentável”.

Sendo assim a teoria do desenvolvimento sustentável surge, propondo reflexões e diálogos simultaneamente sobre os problemas ecológicos e sociais que permeiam na sociedade contemporânea.

Dessa forma, o avanço da problemática ambiental, assim como a necessidade de entendimento da maneira que a sociedade vem interferindo nesse processo, propicia o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

Esse conceito surge para fazer face aos desafios encontrados pela sociedade, e conseqüentemente, à mudança da realidade, que impulsionada pelo avanço tecnológico tem trazido diversas implicações, tanto para o meio ambiente como para a vida do ser humano, através da “[...] poluição generalizada, desmatamentos, contaminação dos organismos vivos por produtos tóxicos, entre outros, culminando com uma incorporação dos componentes ambientais e sociais ao conceito de desenvolvimento” (REZENDE, [s.d.]).

Agroecologia e sustentabilidade

A agroecologia surgiu pela necessidade que a sociedade tem no tocante a práticas menos agressivas ao meio ambiente, capazes de proteger os recursos naturais e que sejam duráveis no tempo. Tornando-se algo diferente da agricultura convencional que predomina na atualidade, agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja considerado socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que apresente uma forma melhorada de interação com o ambiente natural.

Caporal e Costabeber, (2004, p. 8-9) destacam as confusões que são feitas quanto a este modelo de produção, os quais “[...] cabe afirmar que não se deve entender como agricultura baseada nos princípios da Agroecologia aquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo.”

Sendo assim, vale destacar que deve-se haver uma visão mais ampla desse processo, já que a agroecologia exige que seja uma cultura que cumpra com preceitos da sustentabilidade. Segundo Giessman (1990) *apud* Costabeber e Caporal (2004) p. 15) sob o ponto de vista agroecológico, pode-se entender como agricultura sustentável:

A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios:

a) baixa dependência de insumos comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (GIESSMAN, 1990).

A busca por alternativas para a agricultura início do século 20, com a implantação da agricultura orgânica, unida a uma forma de produção animal ecologicamente correta,

sendo denominada de agroecologia, sendo considerado bastante variado, dependendo da experiência ou forma de abordagem usada por quem queira formular.

Segundo Crivellaro *et al.*, (2008) a agroecologia resume-se a uma prática de produção de alimentos de forma inofensiva ao meio ambiente e justa quanto às relações de trabalho, produção e comercialização. E na concepção de Altieri *et al.*, (1998) *apud* Crivellaro *et.al.*, (2008), agroecologia é entendida como a ciência que estabelece os princípios ecológicos para o desenho e a administração de sistemas de produção agrícola sustentáveis centrados na conservação de recursos.

As duas abordagens mostram que a agroecologia se trata de uma prática sustentável, com a intenção causar o mínimo de impactos (negativos) possível ao meio ambiente respeitando os seres vivos que nele habitam. Ela não engloba apenas a agricultura, como também a produção animal. Sua abordagem de produção não envolve o uso de agrotóxicos para as plantas ou suplementos e antibióticos para os animais. Quando se refere a enfermidades, elas são tratadas com remédios naturais. No entanto, para que essa forma de produção de alimentos se ponha em prática, é necessária, antes de tudo, uma boa educação ambiental e, e acima de tudo, o respeito com a natureza.

“[...] isso, combinado com a valorização da diversidade de culturas, trará benefícios a médio e longo prazo, não inviabilizando assim as condições do solo. O respeito aos ensinamentos antigos e harmônicos com a natureza e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e criativas devem estar integrados no dia-a-dia do produtor.”
(CRIVELLARO *et al.*, 2008 p.9).

Contudo, o mercado deve se mostrar preparado o bastante para essas mudanças. Pois o consumidor deve ser consciente e dar preferência a alimentos produzidos de forma ecologicamente correta, assim como o produtor e/ou vendedor que deve dar espaço para a venda desse tipo de alimento. Sendo assim, a educação ambiental vem possibilitar a integração da sociedade nesses termos, tornando possível a realização da agroecologia. Outra alternativa interessante seria a criação de políticas públicas que incentivem essa forma de produção, por meio de palestras, cursos de formação, disponibilidade de espaços

para discussão sobre o assunto, sendo considerados como formas eficientes de educar a sociedade e finalmente, tratar a natureza com o devido respeito.

As atividades advindas da agricultura e pecuária, leva a uma redução da biodiversidade, pois tais práticas resultam na alteração da estrutura da área natural, onde ocorrem a transição de muitas espécies de plantas e animais convivendo em equilíbrio ecológico e dinâmico, para um sistema centralizado em uma espécie ou um número reduzido de espécies de plantas ou animais convivendo em desequilíbrio (SANTANA, 2003).

Sendo assim para D' Azevedo (2010), os sistemas de produção de base ecológica ou em transição agroecológica, é de fundamental importância levar em consideração a reposição e regeneração dos recursos naturais, que assegura a manutenção da diversidade biológica, da qualidade do ar, da água e do solo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Indicadores para Sustentabilidade

De início, procurou descrever indicadores individualmente a partir do geral, mostrando as principais relações que um estabelece com os demais, procurando assim, avaliá-lo numa perspectiva sistêmica no que se refere ao contexto da agricultura familiar. Pois, tal avaliação propicia o fortalecimento do conhecimento sobre as dinâmicas rurais, servindo de base para a análise e o alcance de práticas mais sustentáveis existentes pelos agricultores familiares no município de Bernardino Batista-PB. Indicadores Sociais

Educação

Diante dos dados obtidos, pode-se perceber que há uma deficiência na escolaridade dos agricultores. Apenas 5% possuem o Ensino Médio completo e 15%

possuem o Ensino Fundamental completo, enquanto que 65% correspondem ao Ensino Fundamental incompleto e o restante que são 15% se enquadraria como não alfabetizados.

A explicação para esse quadro se dá principalmente, devido os agricultores se encontrar com idade avançada. Outro fator também seria porque a maioria dos agricultores mora nas zonas rurais, mais distantes do município, dessa forma a escolaridade com baixo nível desses agricultores está associada, ainda, a falta de políticas públicas de incentivo a continuidade nos estudos da maioria dos indivíduos que residem na zona rural do município de Bernardino Batista-PB.

Habitação

Com relação à moradia, observou-se a maioria dos moradores residem em casa de alvenaria (tijolo com acabamento). Onde em alguns casos, o governo local em parceria com o governa federal através do Programa Habitacional, erradicou por total e substituiu as antigas casas de taipas por casas de alvenaria nas localidades rurais.

Observou-se também que o município desenvolve através do Programa de melhoria sanitária para àquelas famílias que ainda não tinham disponibilidade de banheiros em suas casas. Caso contrário, esse fator acabaria comprometendo a saúde dos agricultores, como também de toda a comunidade e dos animais, caso o destino das fezes fosse é a céu-aberto.

Saúde

No que compete ao indicador saúde pode-se observar que acontecem regularmente, visitas dos agentes comunitários de saúde (ACS) em todos os domicílios rurais, pelo menos duas vezes por mês. É prioridade para o Município que os ACS, residem na própria comunidade ou em comunidade vizinha o que facilita muito a frequência nas comunidades. Vale destacar a participação ativa do Programa Saúde da Família (PSF) e Núcleo de Assistência Familiar (NAF) é um dos ramos de atuação dentro

e fora da Unidade Básica de Saúde (UBS), que tem como principal objetivo, atuar na atenção básica da saúde das pessoas, cuidando dos problemas mais frequentes da comunidade da zona rural e urbana.

Indicadores Econômicos

Produção agrícola e comercialização

Podem ser destacar as principais atividades dos agricultores familiares do município de Bernardino Batista-PB, voltadas à agropecuária destacando-se de forma bastante diversificadas. Contudo, a (in) disponibilidade de terra, de água e energia para produção, da mão de obra disponível são fatores que contribuem significante para tal variedade. Foram encontradas informações sobre a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, aves (galinha, guiné, peru) e peixe. Bem como ainda, produtos derivados da criação desses animais como ovos, leite e a fabricação de queijos.

O município adota como critério a Lei nº 11.947/2009 que determina que no mínimo 30% do valor repassado ao município pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios advindo da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. A aquisição desses produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, que dispensando, nesse caso, o procedimento licitatório.

Origem da renda

A principal renda das famílias rurais do município de Bernardino Batista-PB, se dá pela venda dos produtores da criação animal e da agricultura, através das atividades agrícolas, prestação de serviço como diarista, venda de artesanatos, doces, bolos, entre outros produtos que representam atividades não agrícolas, que podem gerador de renda para a comunidade local. Tendo maior destaque na prestação de serviço público através

da Prefeitura Municipal de Bernardino Batista-PB e municípios da região mais próxima, como também através de algum tipo de benefício social: o bolsa família, bolsa estiagem, seguro safra entre outros programas sociais.

Incentivo à produção agrícola

As associações comunitárias e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) são as principais organizações que a maioria dos agricultores participa. Observa-se que no município, existe feira local que acontece no centro da Cidade pelo menos uma vez por semana que é integrado por alguns dos agricultores locais.

Indicadores Ambientais

Prática de Queimadas

Os produtores veem as queimadas como uma prática eficiente, dispensando a mão de obra para execução do serviço. Sendo assim, eles utilizam a queima por considerá-la um meio prático para diversos fins, como por exemplo: aumento da disponibilidade de nutrientes no solo e, conseqüentemente, da sua capacidade produtiva; redução da incidência de pragas e doenças, além de gastos com mão de obra. Percebe-se que tradicionalmente os pequenos agricultores desmatam e queimam. Tais práticas causam grandes transformações na paisagem rural, contribuindo para a extinção de espécies de animais e vegetais, como também para a erosão do solo deixando-o mais desprotegido.

Agrotóxico na produção agrícola

Dessa maneira, a forma de trabalho característica dos agricultores familiares desse município, vem colaborando, parcialmente, com práticas sustentáveis, à medida que se

baseia em práticas rudimentares, sem necessitar apenas do trabalho mecanizado, adotando como base o trabalho humano e familiar. Entre outros desafios para que a agricultura familiar se torne cada vez mais sustentável, estar à superação da posse de terra para aqueles agricultores que não a possuem. Entendendo-se assim que tal conquista vem incentivar a continuidade no trabalho da agricultura familiar na unidade de produção.

Uso da água

Percebeu-se que a origem da água para beber é comprada em supermercados que ficam no centro da cidade, e para consumo advém de açudes, poços, como também das chuvas que é armazenada, pela maioria das pessoas, em cisternas de placas, construídas nos quintais das casas, fornecidas pelo Governo Federal.

Destaca-se ainda o abastecimento através da operação carro-pipa que são contratados pelo governo local em parceria com a Defesa Civil, sendo preciso transportar de outras cidades e estados vizinhos. Já para o período de plantio anual, como milho, feijão, mandioca, entre outras, não se armazena água, pois a irrigação somente é feita apenas quando chove. Mas quando o plantio é feito em vazantes, foi observada alguns sistemas de irrigação de pequeno porte (hortaliças), cuja água é extraída de açudes e poços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, que os indicadores acima descritos são essenciais para a compreensão da situação atual da agricultura familiar, além de subsidiar a tomada de decisões da sociedade em geral como os agricultores, associações comunitárias e órgãos governamentais do município de Bernardino Batista-PB. Os indicadores de sustentabilidade para agricultura familiar nesse município podem auxiliar através da responsabilidade social dos agricultores, a reflexão crítica e a tomada de atitudes que

visem à efetiva participação nas questões sociais econômicas e ambientais na recuperação da base de recursos naturais e da matéria-prima.

Os desafios da agricultura familiar, nesse município, no alcance do desenvolvimento local sustentável são de responsabilidade coletiva, pois envolve ações e práticas que vão além das disponibilidades daqueles agricultores. Dessa forma, tanto o poder público como a ação da sociedade civil organizada, que atuam no contexto do desenvolvimento rural precisam entender a sustentabilidade como uma proposta transversal e sistêmica que perpassa diferentes elementos relacionados aos aspectos socioeconômicos e ambientais, sem desconsiderar, as suas inter-relações.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 256 p.

BATALHA, Mário Otávio et al. **Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional**. Jaboticabal: Novos Talentos, 2005.

BERGAMASCO, Sônia M. Pessoa P. **Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD**. Revista Reforma Agrária, n. 25. Campinas: ABRA, p.167- 177, 1995 (Referente ao IBGE) ***Cadernos de Economia** Cadernos de Economia - Curso de Ciências Econômicas – Unochapecó, p.35-54; Ano 12, n. 23, Jul/Dez. 2008.

BRASIL. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Indicadores, população e resultados do censo 2010**.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Acesso em: 22 de ago. 2018. Disponível:
<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/AgroecologiaConceitoseprincipios.pdf>. Acesso em 10 nov. 2018.

CRIVELLARO et.al. **Agroecologia: um caminho amigável de conservação da natureza e valorização da vida/Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental–NEMA.** Rio Grande: NEMA, 2008.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Bernardino Batista-PB . **Recife,** 2005. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15799/Rel_Bernardino_Batista.pdf?sequence=1>. Acesso: 22 ago. 2018.

D’AZEVEDO, R.T. Sistemas Integrados de Gestão da Qualidade, Ambiente e **Segurança.** Acesso em 22 de ago. 2018. Online. Disponível em: www.naturlink.com.br.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1996, 157p.

FREITAS, J. P. de; SOUZA, S. P.; FREITAS, F. E. de; MEDEIROS, M. C. S.; NETO, M. F. da S. **Gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Piranhas-açu no Estado da Paraíba.** Administrativo - Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=11072&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SANTANA, D. P. **Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas.** Documentos 30, EMBRAPA. Sete Lagoas, MG. ISSN 1518-4277. Dezembro, 2003.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - UNB, Brasília, 2006. 298p.

STEFANELO, Eugênio L. **Agronegócio brasileiro: propostas e tendências.** Revista FAE Business. n 3, set. 2002.

REZENDE, Sérgio Ricardo. **O planejamento participativo como instrumento do desenvolvimento sustentável: o caso do assentamento Dandara dos Palmares.** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/197.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** Revista Reforma Agrária, n. 25. Campinas: ABRA, p. 37-57, 1995.

REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA: O MAPA MUNDI EM SUAS DIMENSÕES LÚDICAS

Macilândia dos Santos Custódio

macilandia2017hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Sabrina Caminha de Almeida

sabrina.almeida.sd@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Gabriel Kãan Pereira do Nascimento

geografogamer@gmail

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

José Genilson da Silva Santos

Genilsonsilva874@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Prof Orientador: David Luiz Rodrigues de Almeida

david.ufpb3@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido através de uma ação do jogo didático “Conquiste com a Geografia: desbrave o mundo” proposta no componente curricular Geografia da População cursada no semestre 2018.1. Sua finalidade corresponde a uma intervenção com os alunos do 7º ano A E.E.E.F Monsenhor João Milanês, quando trabalhamos com as noções de orientação e localização espacial. Nessa perspectiva, houve a promoção de uma interação dos alunos na realização das atividades, identificar o nível de conhecimento sobre os fenômenos geográficos mundiais através de perguntas de múltiplas escolhas, como também identificar se os alunos teriam dificuldade em responder as perguntas, e quais seriam essas dificuldades, caso tivessem. O jogo foi aplicado através de perguntas elaboradas acerca do assunto de regionalização mundial, com assuntos presentes na matriz curricular dos alunos do 7º ano e também em sites consultados pela equipe de licenciandos em Geografia. Dessa maneira, foram definidos alguns países de maior relevância econômica, política e populacional (Estados Unidos, China, Rússia, entre outros). Ademais, o jogo teve como resultado a interação ocorrida entre os alunos, e ficaram capacitados para localizar cada continente e o Brasil, o interesse para adentrar futuramente em uma faculdade, além de proporcionar muitas curiosidades sobre diversos países. Concluindo, que o jogo teve

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS

ISSN 2446-6840

CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

êxito, apresentando resultados esperados, onde vimos que o jogo didático é de extrema importância para proporcionar uma melhor aprendizagem, tirando o aluno da rotina escolar.

Palavras chave: Jogo didático. Continentes e países. Ensino de Geografia.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a função de esclarecer e facilitar o ensino de Geografia, para que os alunos vejam a sua importância. Além disso, que ao se depararem com mapa, consigam fazer a leitura e interpretação, uma vez que é de grande importância para saber se localizar no espaço, ou seja, orientação espacial. Também fazer com que futuros professores em início de graduação, possam colocar em prática a teoria vista em sala de aula. Dessa maneira, a ação do jogo didático “Conquiste com a Geografia: desbrave o mundo” proposta no componente curricular Geografia da População cursada no semestre 2018.1.

Esse jogo foi elaborado com a finalidade de analisar os conhecimentos dos alunos, além de ensinar aspectos ainda não conhecidos sobre os continentes e alguns países. O jogo didático teve sua criação baseada no mapa mundi, uma vez que foi destacado cinco continentes: Europa, América, África, Ásia e Oceania e também países de maior relevância econômica, populacional, cultural, política e natural de cada continente, onde eram realizadas perguntas relacionadas aos mesmos.

A aplicação do jogo foi na quadra de esportes da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campus Cajazeiras. Nesse local os alunos da Educação Básica participaram de diferentes atividades lúdicas com a mediação dos alunos do curso de licenciatura em Geografia da UFCG.

Este artigo apresenta a importância do mapa para o ensino de geografia e como isso está articulado no processo de ensino-aprendizagem do componente curricular, a organização espacial do mundo e as dinâmicas espaciais apresentadas nos livros de Geografia do 7º ano, resultados e discussões, observados durante e posteriormente da elaboração do trabalho, e por último apresenta as considerações finais.

2. REGRAS E DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DO JOGO DIDÁTICO

O jogo didático intitulado “Conquiste com a Geografia: desbrave o mundo” foi desenvolvido com o objetivo de propor uma construção de conhecimentos, de forma dinâmica e atrativa, acerca dos continentes e países do planeta Terra. Essa atividade foi realizada com os alunos do 7º ano A da E.E.E.F Monsenhor João Milanês em visita ao Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em 26 de julho de 2018. A ação proposta no componente curricular Geografia da População, ministrada pelo professor orientador deste trabalho.

As regras para a dinâmica do jogo seguiu esta ordem: (1) divisão do grupo de alunos em duas equipes; (2) responde corretamente as questões solicitadas; (3) em caso de acerto, fixar a bandeira (vermelha, verde, amarela ou azul) nos países ou continentes, em caso de erro, passava a vez; (4) No final, o grupo que fixasse o maior número de bandeiras, ganha o jogo. O jogo é apresentado na figura 1.



Figura 1. **Conquiste com a Geografia: desbrave o mundo.**

Fonte: Arquivo pessoal.

O número total de bandeiras por grupo é de 5 bandeiras, uma para cada pergunta respondida, distribuídas entre países e continentes. Contudo, se após o término das cinco perguntas houver empate, acontece à rodada de desempate. Isso se deu a partir do grupo que tivesse o maior número de bandeiras nas Américas (Norte, Central e do Sul).

Se ainda permanecesse o empate no jogo deveria seguir uma próxima regra: cada grupo teria o direito a responder uma pergunta no estilo “mata-mata”. Por exemplo: o grupo vermelho acerta uma questão e o outro grupo azul errava a questão, tendo assim o grupo vermelho como vencedor do jogo. Também não foi permitido pesquisas em internet, livros ou com educandos que não estavam no grupo, às respostas tiveram apenas consenso entre os membros da equipe.

Desse modo, o jogo teve perguntas elaboradas acerca do assunto de regionalização mundial, com assuntos presentes na matriz curricular dos alunos do 7º ano e também em sites consultados pela equipe de licenciandos em Geografia¹. Dessa maneira, foram definidos alguns países de maior relevância econômica, política e populacional (Estados Unidos, China, Rússia, entre outros).

Nessa perspectiva, foram elaboradas perguntas de múltipla escolha contendo 4 ou 5 opções de respostas as temáticas expressas acima. A intenção era que o discente construísse conhecimentos sobre elementos espaciais dos países e continentes que compõem o mundo. A estimativa de realização do jogo foi em média de 30 minutos.

3. A IMPORTÂNCIA DO MAPA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA E COMO ISSO ESTÁ ARTICULADO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO COMPONENTE CURRICULAR.

Os mapas são importantes instrumentos utilizados pelos professores de Geografia em suas aulas, sendo os mapas grandes colaboradores para os alunos, contendo, sobretudo, a finalidade de possibilitar que os mesmos consigam uma melhor assimilação dos conteúdos cartográficos. É de suma importância que os professores proporcionem aos

alunos diversas maneiras de interpretação e que, também, estimulem a criatividade de cada um. Há, contudo, a possibilidade de poder analisar de modo concreto, pois irão estar em proximidade com o objeto de estudo a serem trabalhadas, assim sendo, os mapas.

¹ Disponível em: < <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/os-continentes.htm>> acesso em: 04/07/2018.

Disponível em:< <https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-dehabitantes> acesso em: 04/07/2018.

Disponível em:< <http://planeta-terra.info/continentes.html>> acesso em: 09/07/2018.

Disponível em:< <https://www.todamateria.com.br/continentes-do-mundo/>> acesso em:13/07/2018.

A Alfabetização Cartográfica é um método que proporciona ao aluno alfabetizado condições de leitura e interpretação de mapas e gráficos, sendo que os mesmos obterão melhores evoluções e habilidades para compreender o conteúdo de Geografia (PASSINI, 2012).

A ausência de ensino aprofundado de Cartografia em livros didáticos, e em conteúdos no planejamento do professor pode possibilitar dificuldades no entendimento sobre noções cartográficas. Ao ser alfabetizado sem esse estudo sobre os mapas irá provocar uma deficiência de muitos educandos em ler e interpretar mapas gerando adultos analfabetos cartograficamente.

Na perspectiva de Passini (2012, p. 44)

A Alfabetização Cartográfica tem como proposta metodológica fundamental a formação do sujeito: de produtor de mapas e gráficos a leitor eficiente dessas representações. Essa vivência possibilita ao aluno resignar o espaço de sua vivência avançando do conhecimento espontâneo ao conhecimento sistematizado.

A importância do mapa no ensino da Geografia é de grande magnitude, pois oportuniza um elo estreito no conhecimento adquirido do conteúdo proposto e o aluno. Sendo assim uma relação entre o aluno e o instrumento pedagógico de ensino. Para a

concretização desse aprendizado a Geografia utiliza desde a construção de mapas, os estudos de exploração do espaço geográfico ou até mesmo como um reforço escolar.

Diante dessa explanação, podemos ressaltar como são importantes que os mapas se tornem meios atrativos para os alunos e como os mesmos podem tornar-se instrumentos marcantes para o desenvolvimento escolar dos alunos.

Os professores têm grande participação se os alunos vão ou não se tornar adultos analfabetos cartograficamente, é dever dos professores proporcionar momentos onde ocorram diálogos, trocas de conhecimento e contato com realidades diferentes, formando alunos críticos e ao mesmo tempo autônomos diante das dificuldades do dia a dia. Somente assim irá ocorrer a junção da Cartografia com o cotidiano.

Portanto, é necessário para os docentes quando for aplicar o conteúdo de Cartografia Escolar para seus alunos que ele tenha uma base sólida acerca do conteúdo, para que consiga fazer o intermédio entre o assunto e o aluno de forma simples e objetiva. Entretanto, não se pode dizer que, é somente uma base sólida que irão conseguir transmitir os conhecimentos aos discentes de forma objetiva, é de suma importância que o professor tenha também uma flexibilidade e se adapte as mudanças cada vez mais presentes nas formas de ensino e como elas podem ser mais atrativas para os alunos.

Entende-se que o mapa é sem dúvidas um recurso didático que deve ser manuseado pelo professor de Geografia, bem como por educadores de outras áreas, tendo como objetivo de expor diversas temáticas, enfatizando desse modo um processo de ensino-aprendizagem dinâmico e ao mesmo tempo eficaz. Na visão de Oliveira (1978, p.39)

Os mapas constituem, sem dúvida, um dos mais valiosos recursos do professor de Geografia. Eles ocupam um lugar definido na educação geográfica de crianças e adolescentes, integrando as atividades, áreas de estudos ou disciplinas, porque atendem uma variedade de propósitos e são usados em quase todas as disciplinas escolares. Mas é somente o professor de Geografia que tem formação básica para propiciar as condições didáticas para o aluno manipular o mapa. Com parte inerente de todos os programas de Geografia, qualquer que seja o assunto tratado ou série considerada, o mapa ocupa um lugar de destaque.

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

Diante disso, podemos identificar o quanto à utilização de mapas retém um grande significado no cotidiano do ensino da Geografia. O mapa é considerado como um recurso primordial para o professor assim como para o aluno, por isso, é indubitavelmente de extrema importância ser trabalhado em sala de aula, onde sua utilização proporciona um trabalho que diferencia novos conhecimentos geográficos.

Os mapas auxiliam na aprendizagem de várias outras áreas geográficas, podemos resolver os problemas encontrados no cotidiano, e explicar as outras áreas relacionadas a Geografia.

4. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNDO E AS DINÂMICAS ESPACIAIS APRESENTADAS NOS LIVROS DE GEOGRAFIA DO 7º ANO.

É possível identificar a dinâmica existente nos livros do 7º ano, uma vez que os conteúdos do livro “Geografia dinâmica e contraste” trabalha os conteúdos, sendo separados por capítulos. Já um segundo livro “Geografia” é dividido por unidade, assim exibem os conteúdos das 5 regiões, e etc. Vale ressaltar que, alguns conteúdos utilizados para a construção do jogo também podem ser trabalhados no 9º ano.

Um dos temas utilizados para auxiliar na elaboração do jogo lúdico foi à organização espacial que é fundamental para ter uma orientação e localização de países e continentes distribuídos pelo planeta, onde os mesmos são divididos por demarcações chamadas de fronteiras.

Corrêa (2007, p.53) salienta que:

[...] a organização espacial é uma dimensão da totalidade social construída pelo homem ao fazer a sua própria história. Ela é, no

processo de transformação da sociedade, modificada ou congelada e, por sua vez, também modifica e congela.

Nessa perspectiva, a própria sociedade é espacializada, ou seja, a sociedade ocupa o espaço geográfico, onde o homem está transformando-se e ao mesmo tempo transformando a sociedade. Assim, podemos dizer que a organização espacial está em constante mudança, portanto, cada continente como já é sabido e composto por um determinado número de nações, onde demarcam seus territórios e os protegem. Além do território de cada país, há também a população que é necessária para o desenvolvimento econômico, social e político.

Podemos dizer que existe diversos conceitos de organização espacial. Corrêa (2007, p. 55) conceitua organização espacial como um:

[...] conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução).

Dessa maneira, a organização espacial é expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social. Assim, em uma sociedade de classes, essa organização refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, quanto o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção.

A partir da necessidade do homem em termos de sobrevivência verifica-se uma ação de intervenção na natureza. De acordo com Corrêa (2007, p. 52) “Ao longo da organização e reorganização a sociedade passou a transformar constantemente a natureza primitiva formando novas paisagens como campos, cidades e shopping centers”. Ademais, o homem além de utilizar a natureza para suas necessidades interfere diretamente e indiretamente na formação de seus territórios através de técnicas desenvolvidas e cada vez mais transformadoras, podendo ser chamada de segunda natureza.

Souza (2016, p. 37) argumenta que:

Porém, é muito restritivo limitar a organização espacial apenas aos “objetos criados pelo homem”. Ainda que a ideia de organização (assim como as de ordem e desordem) seja, em última análise, subjetiva e culturalmente enraizada, portanto não fazendo nenhum sentido em relação a uma “natureza-sem-o-homem” e que não seja objeto de percepção humana, não parece muito defensável excluir do conceito de organização espacial formas espaciais não criadas (mesmo que possam vir a ser transformadas).

Podemos dizer que seria empobrecedor restringir a organização espacial somente à materialização do espaço. Dessa maneira, essa organização está sempre renovando, ou seja, mudando, e também está sendo desafiada constantemente, em diversas escalas. Para cada “ordem” sócio-espacial aparecerá em uma sociedade injusta e heterônoma, um contraprojeto que proporá ou pressuporá, de maneira explícita ou implicitamente, novas estruturas sócio-espaciais, para agasalhar novas relações sociais.

Com isso, é possível identificar as explorações de países que ao está em maior vantagem do que outros, exploraram espaços não pertencentes há nenhuma civilização, e territórios já pertencentes a outras, não levando em conta povos e natureza presente naquele lugar e sim questões econômicas que possam enriquecer o país explorador, como por exemplo na era colonial.

Para uma melhor compreensão sobre o que ocorre no espaço, é importante ter conhecimento sobre o conceito do mesmo. Segundo Santos(2008) o espaço é algo ativo e unitário onde se agrupam a materialidade, ação e técnica humana, portanto, a cada época novos objetos e novas ações vão surgindo e assim modificando o espaço como um todo, tanto formal quanto substancialmente.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O jogo didático teve: i) perguntas de múltiplas escolhas; ii) proposta para identificar se os alunos teriam dificuldade em responder as perguntas referentes aos países e continentes, e quais seriam essas dificuldades, caso as tivessem; além disso, iii) possibilitar conhecimento sobre os continentes e países, abordando temas como economia, desenvolvimento social, extensão territorial e contextos históricos, como podemos observar na Figura 2.



Figura 2. Exemplos de cartas com perguntas que foram aplicadas aos discentes.

Fonte: Arquivo pessoal.

Assim, ao decorrer do jogo aprendendo a localizar cada continente no mapa mundi e principalmente o Brasil. Dessa maneira, foi objetivado proporcionar a interação dos jogadores dentro do jogo entre os integrantes de sua equipe, tendo que conversar e tentar entrar em um consenso sobre a resposta a ser dada. Essa interação é exibida na figura 3.



Figura 3. **Interação dos grupos na realização do jogo.**

Fonte: Arquivo pessoal.

A aplicação do jogo ocorreu na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, com o intuito de proporcionar aos alunos um contato maior com a mesma e se sentissem motivados para que futuramente possam ingressar em uma Universidade. Também tiveram a oportunidade de conhecer diversos ambientes dentro do Centro de Formação de Professores (CFP).

Ressaltando que alguns alunos disseram que queriam ir para faculdade e demonstraram bastante interesse pelo curso de Geografia. Também, como um dos objetivos melhor sucedido foi à interação entre os alunos, onde conseguimos perceber um diálogo entre eles. Sendo que responderam às perguntas somente quando todos da equipe chegaram a um consenso. Porém, durante a aplicação, foi identificado que os alunos possuem muitas dificuldades em relação à localização dos continentes e principalmente de países.

Portanto, os alunos viram e entenderam a importância da Geografia para o homem, e também o quanto um mapa é fundamental para a sociedade. Aprenderam como se faz a leitura e interpretação de um mapa, uma vez que, antes de iniciarmos o jogo explicamos que a leitura de um mapa é feita através de seu título e sua legenda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, então, que o jogo didático proporcionou aos alunos do Ensino Fundamental adquirir mais conhecimentos sobre a área de Geografia. Além disso, também adquiriram uma maior vontade de ingressar na faculdade futuramente e até mesmo na área de Geografia. O jogo aplicado atingiu o objetivo desejado tendo uma interação entre os alunos, se comunicando e procurando responder as perguntas feitas dentro do jogo.

Tornou-se notório também a atribuição da Geografia como ferramenta de incentivo ao estudo não só da mesma como de diversas áreas, além de procurar fazer com que os alunos do fundamental busquem uma mudança de vida, consciente, por exemplo, da importância da natureza para o homem mostrando que deve se preservar.

Ao final do jogo didático “Conquiste com a Geografia: desbrave o mundo, foi feito perguntas aos alunos que participaram da partida. Por exemplo: “O que acharam do jogo?” “As perguntas estão difíceis?”, “Conseguiram aprender com o jogo?”. Nessa perspectiva, onde foi recebido respostas respectivamente como “gostei”, “mais ou menos”, “consegui”.

Portanto, as respostas dadas para as perguntas feitas, estiveram dentro das expectativas ao aplicar o jogo, entendendo assim, que o jogo didático é uma ferramenta que deve ser utilizada mais vezes, por proporcionar de maneira mais fácil a aprendizagem. Também, que o conhecimento dos alunos para com a área de Geografia e principalmente em relação ao mapa está muito abaixo, até mesmo confundindo uma região do mapa com outro.

Desse modo, foi visto o quanto esse jogo foi importante, tanto para os alunos do fundamental quanto para os graduandos, mostrando para ambas experiências até então desconhecidas. Assim, tendo os alunos do Ensino Fundamental fazendo uma visita a universidade pela primeira vez. E os do Ensino Superior tendo um primeiro contato com os alunos na posição de futuros professores.

REFERÊNCIAS:

RAFFESTIN, Claude. O que é território? **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Paris, 1980 (p.143-163).

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. In_ **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, p. 21-42.

PASSINI, Elza Yasuko. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia**. Colaboração Romão Passini. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Livia de. Os mapas na sala de aula. In: OLIVEIRA, Livia de. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo, 1978, p. 39 – 46.

SANTOS, Milton. Técnica, **Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

A MÚSICA COM INSTRUMENTO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM: ANÁLISE GEOGRÁFICA DA MÚSICA “HERDEIROS DO FUTURO”

Maxsuela Pereira Marques Graduada em Geografia CFP / UFCG.
Especialista em Ciências Ambientais
FASP/ISEC
maxsuela_cz@hotmail.com

Wallisson Lopes Cardozo
Graduando em Pedagogia CFP/UFCG
wallissonl@gmail.com

Maria Almeida Ferreira Graduada em Geografia CFP / UFCG.
Especialista em Ciências Ambientais
FASP/ISEC
mar.czangel@hotmail.com

RESUMO

Para despertar o interesse dos alunos com relação às aulas de Geografia se faz necessário à introdução de variados métodos e práticas nas aulas, capazes de viabilizar um processo de ensino aprendizagem eficiente. Assim, propomos neste artigo a utilização da Música como instrumento facilitador da construção dos conhecimentos individual e coletivo do alunado. Para tanto, é preciso que o professor faça analogias entre o conteúdo a ser estudado e a música escolhida, priorizando o diálogo, dando ênfase à opinião do aluno, se configurando como um mediador entre aluno e conteúdo. Para elucidar essa discussão, selecionamos a Música “Herdeiros do Futuro” de autoria de Toquinho e Elifas Andreatto, com objetivo de analisar os aspectos referentes ao tema: Crise ambiental e a sustentabilidade. A canção “Herdeiros do Futuro” retrata a problemática da crise ambiental e a emergência de um modelo econômico sustentável que procure minimizar a degradação do meio ambiente, através de ações que visem preservar e conservar os recursos naturais, visando o nosso futuro e das próximas gerações. Propiciando uma melhor qualidade de vida posteriormente. A partir da análise da letra da música “Herdeiros do Futuro” pode-se concluir que a sua utilização, como recurso didático para as aulas de geografia é adequada, em especial, quando se aborda o conteúdo referente à Crise ambiental e a sustentabilidade.

Palavras-chaves: Crise Ambiental. Meio Ambiente. Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos grandes desafios enfrentados pelos professores de Geografia é despertar nos alunos o interesse pelas temáticas abordadas em sala. Com o objetivo de superar esse obstáculo e tornar as aulas mais dinâmicas, participativas e visando facilitar o processo de ensino-aprendizagem, surge a necessidade da utilização de recursos didáticos que despertem a maior atenção dos alunos.

A crescente preocupação com a participação dos educandos nas aulas contribui para ressaltar a importância da introdução de propostas de recursos didáticos que não se fazem tão presentes no cotidiano da sala de aula, para se trabalhar os conteúdos geográficos. Para isso, faz-se necessário romper com o tradicionalismo, tornando as aulas menos monótonas. A utilização da música, por exemplo, nas aulas de geografia como recurso didático é uma proposta que pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, pois a utilização desse recurso pode tornar a aula mais interessante e atrativa para nossos alunos.

Além disso, a utilização da música como recurso didático atrelada ao conteúdo geográfico, também pode contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades, tais como: a capacidade de análise, interpretação, reflexão e de criticidade dos alunos.

Sob uma perspectiva geográfica, neste texto possibilitaremos um exemplo de como analisar a adequação ou não de uma composição musical a ser utilizada em sala de aula. Para tanto, analisaremos a música “Herdeiros do Futuro” de composição de Toquinho e Elifas Andreatto, que retrata a problemática da crise ambiental e a emergência de um modelo econômico sustentável que procure minimizar a degradação do meio ambiente, através de ações que visem preservar e conservar os recursos naturais, visando o nosso futuro e das próximas gerações. Propiciando uma melhor qualidade de vida posteriormente.

Com base nisso, buscaremos verificar, na música em questão, algumas possibilidades de abordagem de determinados conteúdos geográficos dentro do tema:

Crise Ambiental e Sustentabilidade. Para tanto, iremos relacionar a temática geográfica com a letra da música, e refletir sobre os aspectos geográficos presentes na composição.

Nesse contexto, a análise da música pode despertar nos alunos uma consciência crítica sobre o meio ambiente, mostrando que se a sociedade consumir respeitando o ciclo natural de recomposição dos recursos, será possível diminuir os efeitos da crise ambiental. Além de mostrar aos alunos que tudo que eles fazem provoca alterações no ambiente, e que só com o desenvolvimento de ações sustentáveis estaremos garantindo um futuro de qualidade tanto para nós como para as gerações futuras.

2. DA CRISE AMBIENTAL A EMERGÊNCIA DE UM MODELO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

A problemática ambiental decorrente da relação sociedade-natureza provém desde os primórdios da humanidade. Nesse período, a influência exercida pelos grupos humanos era limitada, devido à baixa densidade populacional e a utilização de técnicas rudimentares.

Durante milhões de anos as sociedades humanas retiravam do meio apenas o essencial a sua sobrevivência, conforme se exauriam os recursos naquela localidade, as pessoas se deslocavam a procura de outros lugares que dispunham de bens naturais capazes de atender suas necessidades, estabelecendo assim uma relação um tanto harmoniosa com a natureza.

Com o decorrer do tempo as pessoas foram modificando os seus hábitos de vida e se apropriaram de outros meios de sobrevivência, não sendo mais necessário se deslocar a procura de alimentos, constituindo assim moradia fixa. O aperfeiçoamento e o domínio de instrumentos mais eficientes, fizeram com que as influências exercidas pela sociedade no meio se intensificassem, tornando a relação do homem com a natureza mais complexa.

Mas, fora somente com a ascensão do capitalismo e, principalmente a partir da Revolução Industrial (iniciada na Inglaterra no final do XVII), que a natureza começa a ser vista como fonte de recursos econômicos, e passa a ser explorada em um ritmo

acelerado, não mais para atender as necessidades básicas da humanidade, mas de maneira indiscriminada causando grandes problemas ao meio ambiente. De acordo com Sánchez o ambiente pode ser definido como:

[...] o meio de onde a sociedade extrai os recursos essenciais à sobrevivência, e os recursos demandados pelo processo de desenvolvimento socioeconômico. [...] é também o meio de vida, cuja integridade depende da manutenção de funções ecológicas essenciais à vida (SÁNCHEZ, 2008, p.21).

Neste sentido, o ambiente não deve ser considerado apenas com um meio a ser conservado, pois as populações dependem dos recursos nele existente para sobreviver. Porém a falta de planejamento na extração dos bens naturais fez com que nas últimas décadas, os problemas ambientais decorrentes da relação entre sociedade e natureza, tomassem proporções gigantescas. De acordo com Braga e Hespanhol (2005) essa crise ambiental é provocada principalmente pelo crescimento populacional desenfreado, pela exploração desordenada dos recursos naturais, e devido à poluição. Isso ocorre porque o planeta dispõe de recursos naturais finitos, porém a população cresce e consome num ritmo maior do que o planeta pode repor, provocando assim um desequilíbrio na dinâmica natural do meio, causando a crise ambiental.

Ainda com base em Braga e Hespanhol (2005) vale salientar que à população mundial, atualmente cresce cerca de 74 milhões de habitantes por ano, e a grande maioria dessas pessoas vive em países subdesenvolvidos, onde os níveis de crescimento populacional são absurdos. Nessa perspectiva, a sociedade atual dispõe de um modelo de desenvolvimento econômico insustentável que necessita de uma quantidade inesgotável de recursos naturais, do qual não dispomos, para atender a uma demanda cada vez mais crescente de produção e de consumo.

Esse consumismo não é responsável apenas pelo aumento da exploração dos recursos naturais, mas também pela produção desenfreada de resíduos sólidos, popularmente denominados lixo.

Os recursos após serem consumidos são devolvidos ao ambiente na forma de resíduos, porém a maioria destes, não é totalmente reciclada pelo meio, provocando assim um acúmulo imensurável. Isso provoca sérios problemas para a manutenção da qualidade de vida das populações, pois esses resíduos em geral são descartados sem nenhuma preocupação com o ambiente. Com base em Menezes et al. (2007, p. 184):

O simples descarte de resíduos no meio ambiente é uma prática ilegal que pode gerar uma série de danos ao meio ambiente e saúde humana, que vão desde a contaminação do solo e do lençol freático por uma série de substâncias nocivas, a problemas respiratórios, queimaduras, infecções, contaminações com metais pesados e em caso mais graves à morte. (2007, p. 184).

Nesse sentido, a poluição provocada pelo manejo inadequado dos resíduos é concebida como qualquer alteração provocada pela ação humana que cause desequilíbrio no meio, os seus efeitos nocivos podem ser sentidos em todas as esferas espaciais, desde a local até a escala global. O descarte desses resíduos no ambiente acaba prejudicando o meio e comprometendo a probabilidade de sobrevivência das espécies naturais e a qualidade de vida das sociedades. Para reforçar Menezes et al. (2007, p. 183) destaca que:

A evolução da produção e a forte industrialização ocorrida no século passado determinaram o crescimento vertiginoso de resíduos das mais diversas naturezas, biodegradáveis, não-biodegradáveis, recalcitrantes ou xenobióticos, que determinaram um processo contínuo de deterioração ambiental com sérias implicações na qualidade de vida do homem [...].

Os recursos que antes eram retirados apenas para garantir a sobrevivência passaram a ser o centro do processo produtivo tendo como principal objetivo o crescimento econômico e industrial, dessa forma, exigindo cada vez mais da natureza. E os resíduos que antes eram apenas de natureza agrícola passaram a ter diferentes formas e composições químicas.

Como é possível perceber, a crise ambiental assumiu papel de destaque na sociedade atual, pois o modelo econômico vigente acaba comprometendo a capacidade de sustentação do Planeta. Daí surge à necessidade de um modelo econômico que vise à sustentabilidade. Nesse sentido, essa temática torna-se extremamente importante para ser trabalhada em sala de aula, sendo assim, visando uma melhor compreensão dos alunos propomos a utilização da música como facilitadora do processo de ensino aprendizagem.

3. A MÚSICA COMO ALIADA NO PROCESSO DE ENSINO - APRENDIZAGEM

Apesar de o livro didático ser considerado o principal recurso utilizado na prática docente, esta realidade vem sendo modificada, pois, a dinâmica atual da sociedade faz a constante inserção de novas tecnologias no cotidiano das pessoas, fazendo com que se recebam diariamente uma grande quantidade de informações. Assim, como o livro didático não pode apresentar todos os acontecimentos, fica evidente a necessidade de buscar outros recursos e adotar métodos que propiciem um enriquecimento e expansão do que nele é apresentado propiciando realizar um ensino-aprendizagem eficiente.

Os métodos de ensino visam uma maior participação dos alunos nas aulas, a partir de um diálogo acessível a todos, despertando a curiosidade e o interesse dos alunos acerca dos conteúdos estudados em sala, considerando os conhecimentos prévios dos estudantes como meio facilitador da construção do conhecimento, para isso, uma maneira de tornar as aulas mais dinâmicas, atrativas e proveitosas é a introdução de variados recursos didáticos na prática docente.

Nesta perspectiva, o professor precisa adequar sua prática a uma postura renovadora, abandonando o método do ensino tradicionalista pautado na repetição dos conteúdos do livro didático, e buscar meios que viabilizem despertar nos alunos à vontade e o interesse de apreender. Para isso, o profissional docente tem à sua disposição vários instrumentos como: vídeos, jogos educativos, imagens, *internet*, charges, fotografias e as músicas, entre outros recursos didáticos.

Diante desta variedade de recursos com inúmeras possibilidades de dinamizar o ensino, sugerimos a utilização de uma música como recurso didático. Cujas letras poderão ser analisadas na aula de Geografia com o intuito de instigar a percepção dos alunos, incitando a reflexão sobre os elementos geográficos expostos na canção, além de contribuir para o desenvolvimento das capacidades de interpretação textual e uma visão crítica com relação às letras das composições musicais. Como reforço desta proposição, citamos Godoy, que considera:

[...] a música como uma aliada da educação, fazendo com que o ensino de Geografia se torne mais rico, mais diversificado, mais criativo, muitas vezes possibilitando aos alunos a oportunidade de descobrir e explorar universos musicais ainda não explorados, como a música regional ou a música popular brasileira, da qual pouco ou nada se ouve no circuito da indústria cultural, músicas que cantam além de refrões repetitivos; cantam a política, a cultura, a paisagem, os lugares, regiões e assim descrevem a sociedade, o meio em que vivemos e o dos outros (2009, p. 06).

Logo, podemos compreender que a escolha da música como instrumento de ensino justifica-se pela sua grande importância no papel de socialização dos indivíduos e por ser um complemento de ensino acessível a todos, pois existem diversas composições tratando de várias temáticas, com potencialidades de aplicação em sala de aula. Além disso, é de extrema importância trabalhar um recurso de ensino que os alunos tenham acesso no seu cotidiano. Pensando nisso, apresentaremos a seguir uma música que pode ser abordada nas aulas de geografia, auxiliando na construção do conhecimento dos educandos.

4. METODOLOGIA

Para realizarmos a seleção da música a ser analisada na aula de geografia, inicialmente selecionamos o tema: **Crise Ambiental e Sustentabilidade**. A escolha deste se deu devido ser um tema bastante polêmico na atual conjuntura ambiental mundial.

Após a identificação e revisão bibliográfica do tema, realizamos uma pesquisa sobre as canções que abordavam essa temática.

Como resultado dos levantamentos das músicas, selecionamos a canção “Herdeiros do Futuro” de composição de Toquinho e Elifas Andreatto ambos compositores brasileiros. Para a análise da composição musical foi definida a interpretação textual, em perspectiva geográfica, e sua pertinência para o ensino desta disciplina.

5. ANÁLISE DOS ASPECTOS GEOGRÁFICOS PRESENTES NA MÚSICA HERDEIROS DO FUTURO

A música “Herdeiros do Futuro” foi composta por Toquinho e Elifas Andreatto em 1997 no disco: “Toquinho e convidados- Canção dos direitos da Criança”. Toquinho nome verdadeiro Antonio Pecci Filho. Renomado cantor, compositor e violinista brasileiro da cidade de São Paulo. Representante dos gêneros musicais: MPB, Bossa Nova, Samba e Tropicalismo. Vale salientar, que Toquinho também compôs com grandes nomes da música brasileira como: Vinícius de Moraes, Chico Buarque, e outros. Com relação à Elifas Vicente Andreatto este se destacou como designer, compositor e grande ilustrador do Rio de Janeiro.

A composição “Herdeiros do Futuro” retrata que o Planeta Terra dispõe de uma grande biodiversidade e muitos recursos naturais, porém devido à grande exploração econômica estes estão sendo gravemente comprometidos. Na primeira estrofe da música Toquinho e Andreatto destacam que “A vida é uma grande/ Amiga da gente/ Nos dá tudo de graça/ Pra viver/ Sol e céu, luz e ar / Rios e fontes, terra e mar” (1997). Nesse momento, os autores fazem alusão a uma série de elementos geográficos, tais como: o sol, o céu, a luz, o ar, os rios, as fontes, a terra e o mar. Destacando esses aspectos como sendo fundamentais, para a existência, manutenção e perpetuação da vida no Planeta.

Neste contexto, o meio ambiente sempre esteve presente nos debates e na fala de muitas organizações mundiais, contudo, nunca se debateu tanto como atualmente. As graves mudanças climáticas, a crescente escassez hídrica e a poluição em suas diversas formas, estão alterando o planeta e gerando sérios impactos. A natureza passou a ser vista somente com um bem que pode ser explorado e comercializado, de acordo com as necessidades de cada sociedade.

Em seguida os autores destacam que “Somos os herdeiros do futuro/ E pra esse futuro ser feliz/ Vamos ter que cuidar/ Bem desse país/ Vamos ter que cuidar/ Bem desse país” (TOQUINHO; ANDREATTO, 1997). Esse trecho da música enfatiza a importância de cuidar do meio ambiente, pois, é através do manejo consciente dos Recursos Naturais que será possível minimizar a degradação do meio ambiente e assim garantir uma melhor qualidade de vida no futuro. Além disso, vale salientar que o Brasil dispõe de uma imensa biodiversidade. Por isso, é preciso preservar essa riqueza natural, não só do Brasil, mas dos outros países também. O papel dos governantes dessa forma é de suma importância para estabelecer políticas que visem à sustentabilidade.

De acordo com Jacobi no texto “Meio Ambiente e Sustentabilidade”, o termo sustentabilidade, consiste em usufruir dos recursos naturais de forma consciente e inteligente, pensando nas gerações futuras, com intuito de propiciar uma melhor qualidade de vida para os nossos sucessores. Toda ação sustentável permeia o social, o econômico e o ambiental.

Partindo desta perspectiva, o tema da sustentabilidade configura-se na atualidade como uma alternativa para enfrentar a crise ambiental que a cada dia esta se tornando mais complexa, pois está relacionada diretamente com os padrões de consumo da sociedade contemporânea. Jacobi destaca ainda que “[...] a noção de desenvolvimento sustentável leva à necessária redefinição das relações sociedade humana/natureza e, portanto, a uma mudança do próprio processo civilizatório [...]”.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável esta ligado diretamente a uma mudança de habito por parte da sociedade. Dessa forma, os indivíduos precisam

urgentemente se sensibilizar com a situação que o nosso Planeta esta passando e mudar os seus atos de produção e consumos irracionais.

A estrofe a seguir apresenta uma série de questionamentos e incertezas para com o futuro. Vejamos abaixo: “Será que no futuro haverá flores?/ Será que os peixes vão estar no mar?/ Será que os arco-íris terão cores?/ E os passarinhos vão poder voar?” (TOQUINHO; ANDREATTO, 1997). Essas indagações são extremamente pertinentes, visto que se continuarmos explorando os recursos como se esses fossem infinitos, a crise ambiental tende a se agravar ainda mais, e os recursos naturais tendem a ficar cada vez mais escassos. Comprometendo assim o nosso futuro e das próximas gerações. Sendo assim, cabe a nós que somos herdeiros do futuro cuidar e proteger o meio ambiente.

Na quarta estrofe Toquinho e Andreatto continuam com os questionamentos acerca de um futuro incerto: “Será que a terra vai seguir nos dando/ O fruto, a folha, o caule e a raiz/ Será que a vida acaba encontrando/ Um jeito bom da gente ser feliz?” (1997). Nesse trecho a música ainda nos faz refletir se futuramente a Terra ainda terá a capacidade de manutenção da humanidade.

Essa utilização dos recursos naturais apenas com objetivos econômicos, fez a sociedade esquecer de que o meio ambiente não é somente um mero recurso a ser explorado economicamente, mas sim o elemento primordial para a nossa sobrevivência. Dessa forma, é necessário desenvolver ações que promovam a sustentabilidade ambiental, dando ênfase ao consumo consciente dos recursos naturais.

Nessa perspectiva, urge a necessidade de se mudar os hábitos e práticas predatórias e estabelecer uma nova relação com a natureza, deixando de visar somente o seu valor econômico, pois, a natureza é antes de tudo, fonte de vida que garante a existência e fornece meios para o desenvolvimento humano. A Sustentabilidade é essencial, pois o meio tem limites e estes devem ser respeitados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da letra da música “Herdeiros do Futuro” e com base no levantamento bibliográfico podemos concluir que a utilização da mesma, como recurso didático em sala de aula se faz adequada em especial quando se trabalha o conteúdo referente a **Crise Ambiental e Sustentabilidade**. Porém, esse recurso só atinge bons resultados quando o professor vai além da letra, associando a canção aos conteúdos da geografia, sendo possível relacioná-la às questões referentes ao Meio Ambiente e a Sustentabilidade. Trazendo as discussões para o cotidiano do alunado.

Sendo assim, é importante destacar que a temática deve ser aprofundada pelo professor, porque só o conteúdo da música em si é insuficiente para a construção do conhecimento, lembrando de priorizar o diálogo em sala de aula e considerando sempre os conhecimentos prévios dos alunos.

Vale salientar que a interpretação da música realizada, é apenas uma visão sobre os seus aspectos com relação à leitura geográfica, pois a mesma é passível de leituras diferenciadas, dependendo da percepção e objetivos desejados.

7. REFERÊNCIAS

BRAGA, B. ; HESPANHOL, I. et al. **INTRODUÇÃO À ENGENHARIA AMBIENTAL: O desafio do desenvolvimento sustentável**. 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

GODOY, M. L. P de. **A Música, o Ensino e a Geografia**. Uberlândia- MG, 2009. 44f. Monografia (bacharelado no curso de graduação de Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13633442-Universidadefederal-de-uberlandia-instituto-de-geografia-moema-lavinia-puga-de-godoy.html>>. Acesso em: 16 de Nov. 2018, 10:15.

JACOBI, P. **Meio Ambiente e sustentabilidade: o complexo desafio da sustentabilidade**. <<https://pt.slideshare.net/mackenzista2/sustentabilidade-pedrojacobi>>. Acesso em: 10 de Out. 2018, 16:30.

MENEZES, R. R., et al. Reciclagem de Resíduos: Uma Alternativa para o desenvolvimento sustentável. In: Waleska Silveira Lira, et al. (Orgs). **Sustentabilidade:**

Um Enfoque Sistêmico. Campina Grande: EDUEP, 2007.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Conceitos e definições. In: **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: oficina de textos, 2008.

TOQUINHO. **Herdeiros do futuro.** Disponível em:

<<https://www.vagalume.com.br/toquinho/herdeiros-do-futuro.html>>. Acesso: 15 de nov. 2018, 17:30.

ENSINO DE LITERATURA E GEOGRAFIA: O CASO DA PEÇA *BAGATELAS*

Maria do Nascimento Filha
maryvelardy@gmail.com
Universidade Federal de campina Grande

Daise Lilian Fonseca Dias
daiselilian@hotmail.com
Universidade Federal de campina Grande

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a peça *Bagatelas* (1916), da escritora americana Susan Glaspell, na perspectiva feminista. Para tanto, será destacada a relação entre texto e contexto, no sentido de que a geografia é elemento fundamental na construção da cosmovisão feminista e, conseqüente desconstrução da cosmovisão patriarcal que a obra enseja, uma vez que a ação da dramática se passa na cozinha de uma casa de fazenda isolada, em um lugar remoto no interior dos Estados Unidos. Observa-se que o espaço geográfico é utilizado de modo simbólico pela autora para destacar o isolamento social e geográfico da protagonista, Minnie, acusada de matar o marido no quarto do casal. O título subversivo indica a ironia de todo o texto, uma vez que para os investigadores, as provas e o motivo do crime que para eles passam despercebidos, estão em elementos do cotidiano de uma dona de casa, de forma que apenas as esposas silenciadas deles conseguem perceber e desvendar, sobretudo porque “leem” na disposição de certos elementos da cozinha, objetos que eles desvalorizam e consideram como bagatelas femininas. Este tipo de abordagem do texto literário favorece o professor de geografia em seu trabalho em sala, para levar os alunos a pensar criticamente o tratamento político que a geografia pode ter na construção de um texto literário. Para a realização desta pesquisa de natureza bibliográfica, serão utilizados os suportes críticoteóricos de Woolf (2002), Zolin (2005), Gilbert e Gubar (1996), dentre outros.

Palavras-chave: Crítica feminista. Relações de gênero. Literatura Americana. Ironia.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a peça *Bagatelas* (1916), da escritora americana Susan Glaspell na perspectiva feminista. O objetivo central é destacar a importância da geografia para a definição de um tipo de natureza crítica do texto em apreço, notadamente porque toda a ação dramática se passa na cozinha de uma casa de fazenda isolada, em um lugar remoto

do interior dos estados Unidos. Este trabalho ressalta que o viés irônico e feminista da obra é construído também pelo fato de que são os elementos simples da cozinha - espaço feminino que remete à domesticidade presente na vida das mulheres e de obras feministas – que revelarão o motivo e as provas do assassinato de John Wright pela sua esposa, Minnie. Tudo isto é despercebido pelos investigadores, uma vez que para eles, tudo aquilo não passa de bagatelas femininas. Entretanto, são as esposas dos investigadores que “lerão” as pistas e desvendarão o crime, dos quais ocultam o resultado final, como um ato de irmandade e justiça para a amiga, a acusada do crime. Esta análise mostrará também que o final da obra é aberto, porque o espaço negligenciado da cozinha não é investigado com o devido cuidado, nem há sensibilidade em relação à causa feminina, por parte dos homens.

Para elucidar as sutilezas de Glaspell na construção de seu discurso irônico que politiza o espaço de atuação feminino, bem como o contexto histórico-temporal que a crítica feminista pontua nos seus postulados, esta pesquisa de natureza bibliográfica, contará com o suporte teórico de Woolf (2002), Zolin (2005), Gilbert e Gubar (1996), dentre outros. As discussões arroladas a seguir entrelaçam história, geografia e crítica literária, revelando sua utilidade e a necessidade de se trabalhar o pensamento crítico de alunos em fase escolar, numa perspectiva transversal e multidisciplinar.

O trabalho com o texto literário em sala de aula, no contexto das aulas de geografia, pode servir como inesperado e importante elemento de motivação para atrair os alunos para uma visão mais ampla acerca do campo de atuação da disciplina em estudo. Tal prática pode levá-los a uma compreensão mais ampla acerca das intersecções entre os mais variados campos do saber, no caso da obra em foco, a história (a condição feminina ao longo do tempo e, em especial, no contexto interno da obra), a geografia (o papel dos espaços enquanto lugares de atuação e de construções ideológicas) e literatura (a dramaturgia, gênero pouco estudado em sala de aula).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Virgínia Woolf (1882-1941), uma das mais importantes romancistas e ensaístas (feministas) inglesas, é a grande representante da escrita literária e panfletária feminista da primeira onda da crítica feminista. Woolf produziu um importante ensaio denominado *A Room of One's Own* em 1928, [*Um Teto Todo Seu*], o qual foi “[...] organizado a partir de anotações que fez para conferências proferidas em estabelecimento de ensino para mulheres na Inglaterra [...]” (ZOLIN, 2005a, p. 186).

Nesse ensaio Woolf faz uma crítica à questão de como as mulheres eram desprestigiadas no campo literário (considerado o passado ocidental até o seu tempo), ao passo que as prateleiras das universidades, bibliotecas e museus eram repletas de obras de autoria masculina. Ela faz um passeio pelos séculos anteriores em que a mulher não possuía espaço de criação para a literatura. Woolf argumenta em uma frase que se tornou célebre que “[...] a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu se pretende mesmo escrever ficção [...]” (WOOLF, 2004, p. 8). Esta constatação diz respeito ao fato de que as mulheres precisavam de condições favoráveis para produzir literatura, algo fundamental que lhes faltava. Ao longo desse livro, Woolf faz um passeio pelo passado até chegar ao presente no qual ela já percebe que a escrita da mulher havia mudado, uma vez que elas não estavam mais presas ao passado, mas haviam amadurecido e sua escrita estava acompanhando esse processo e deixando o passado de lado, sobretudo porque elas haviam se voltado para a busca de direitos no tempo presente.

A segunda onda do feminismo foi a do feminismo existencialista de Simone de Beauvoir, a qual escreveu *O segundo sexo* (1940), um vasto estudo psicanalítico e histórico sobre a vida da mulher na sociedade. Beauvoir refere-se, segundo Zolin (2005a, p. 187) “[...] a mulher sempre como escrava (o Outro) e o homem sempre com senhor [...]”, devido ao fato de que na sociedade a cultura denominar o homem como o senhor de tudo, que pode fazer todas as suas vontades, sendo a mulher o segundo sexo, o supostamente inferior. Nesta importante obra:

Beauvoir (1980) discute a situação da mulher através de uma perspectiva existencialista, numa espécie de resposta ao marxismo, que, segundo ela, não explicou o sexismo a contento; não o tendo feito, tornou-se incapaz de elaborar um programa adequado para a libertação das mulheres. Se sua ótica, não basta apontar as relações de propriedade como responsáveis pela opressão feminina; é necessário, também, explicar por que as relações de propriedade foram instituídas contra a comunidade e entre os homens (ZOLIN, 2005a, p. 188).

Beauvoir questiona a forma como as mulheres eram oprimidas, levantando e desconstruindo hipóteses científicas sobre questões biológicas, acerca de uma suposta natureza feminina que, para a autora, não se sustenta, pois ela defende que é a cultura que molda os comportamentos entre os sexos. Ela argumenta do ponto de vista psicanalítico e mostra como o contexto histórico também incide sobre o modo como ambos os sexos se comportam e são levados a se comportar entre si. No entanto, a autora questiona que muitas mulheres aceitam ser submissas quando não agem assertivamente para romper ou, pelo menos, questionar a condição histórica e social que lhe foi imposta.

Na terceira onda do feminismo, surge uma vertente americana dele através de Kate Millet com seu importante livro de 1970, *Política sexual*. Nesta onda feminista se discute que “o pessoal é político”, segundo a famosa frase cunhada pela autora. Isto significa que o que acontece no espaço doméstico está relacionado com práticas históricas e culturais desenvolvidas no espaço público que atuam diretamente na posição ocupada pela mulher no seio familiar e no ambiente público. De igual sorte, o papel masculino é construído e validado em contextos políticos, históricos e sociais externos ao lar, mas que definem e instruem o comportamento entre os sexos. A este respeito, Zolin (2005a, p. 189) pontua:

Nos limites desse sistema, o ser feminino é subordinado ao masculino ou tratado como um masculino inferior; o poder é exercido na vida civil e doméstica de modo a submeter a mulher, que, a despeito dos avanços democráticos, tem continuado a ser dominada, desde muito cedo, por um sistema rígido de papéis sexuais.

Sendo assim, a mulher sempre ocupou uma posição secundária nas relações entre os sexos, sobretudo porque a sociedade sempre enxergou o ser feminino como o lado que

menos merecia possuir liberdade suficiente para ter direitos e exercê-los dentro e fora da esfera doméstica. Em oposição a esses conceitos que a sociedade possuía sobre a mulher, as lutas delas pelos seus direitos vieram a ser, por si só, uma grande conquista, mas necessitaram de muita coragem, movimentos organizados e coordenados em grupo e individualmente, força e persistência. No entanto, a igualdade de direitos não foi conquistada facilmente ainda hoje, todavia, boa parte do que advogavam as mulheres foi alcançado na maior parte do mundo, a exemplo da possibilidade de ir à escola e à universidade, trabalhar, votar, e exercer a cidadania e sua individualidade em diversos outros aspectos.

Conforme exposto acima, o movimento feminista e a crítica feminista foram inicialmente responsáveis pela investigação, contestação e divulgação da condição feminina, especialmente na sociedade ocidental. Dentre as muitas críticas ao sistema androcêntrico estava o lugar imposto e ocupado pela mulher na sociedade, sendo ele o da esfera doméstica. A restrição do espaço geográfico feminino apenas ilustrava o fato de que ele moldava o espaço delas enquanto condição social, transformando-se em lugar de opressão e repressão.

Nesse sentido, deve-se destacar que a geografia é uma ciência que investiga o espaço (humano) em seus vários aspectos e fenômenos, notadamente a relação entre o ser humano e o meio ambiente, por esta razão, uma das suas vertentes é o estudo da relação entre o ser humano e a natureza. Para tanto, ela utiliza-se da produção científica de outras áreas do conhecimento, dentre elas, a História. Observa-se, portanto, que a crítica feminista utiliza-se também dos conhecimentos produzidos nestes dois campos do saber para produzir sua reação às ideologias patriarcais que limitam o espaço de atuação feminino na sociedade, ao passo que confere ao homem a autonomia de transitar e agir voluntariamente nos espaços que desejar.

Apesar das conquistas femininas ao longo do tempo, estudar a peça *Bagatelas* através das intersecções entre História e Geografia permite olhar para o passado da história da humanidade e compreender a atualidade da temática feminista multifacetada

em suas interfaces com um presente ainda em construção e solidificação de espaços de atuação feminino.

RESULTADOS

Bagatelas (1916) é uma peça pequena, porém marcada por detalhes carregados de significação, visando revelar criticamente as diferenças políticas e sociais entre homens e mulheres nos espaços público e privado. A obra denuncia como as mulheres e “suas coisas,” isto é, ações e objetos da sua vida cotidiana eram considerados insignificantes para os homens, especialmente no início do século XX. Por esta razão, as personagens femininas não expressam sua opinião claramente sobre o crime na presença dos homens, vindo a tratar dele apenas entre si, quando se encontram a sós, sem a presença masculina. Quando os homens chegam até elas, todas optam pelo silêncio ou por falas ambíguas e subversivas, ainda que mascaradas por uma suposta ingenuidade. Ao tempo em que isto revela uma irmandade entre elas, isto é, uma *sisterhood* (para se usar um termo caro na crítica feminista), também mostra a imposição por parte da sociedade patriarcal de silenciamento e a falta de poder sobre elas, demonstrando que são mulheres submissas, sem voz e destituídas de poder.

É importante considerar que as mulheres, naquela época, tinham que ser agradáveis, obedientes ao seu esposo, sendo estes comportamentos considerados primordiais para elas terem uma boa vida no seio familiar, ou seja, na casa paterna ou na casa do esposo, especialmente porque a única lei que devia ser seguida era a defendida por eles. O comportamento dessas mulheres dizia muito sobre si mesmas, mesmo elas não podendo se expressar livremente para seu esposo nem qualquer outra figura masculina.

Bagatelas é uma peça composta por cinco personagens, sendo eles o procurador do condado, George Henderson; o delegado, Henry Peters; um fazendeiro vizinho da acusada, Lewis Hale; a esposa do delegado, a Sra. Peters e também a esposa do fazendeiro vizinho, a Sra. Hale. Todos eles vão a uma fazenda que se encontra em um lugar distante da cidade. O delegado e o procurador foram ali com o intuito de investigar um crime que

aconteceu no dia anterior, no qual a vítima foi o próprio dono da fazenda, John Wright, encontrado morto pelo vizinho Hale, com uma corda no pescoço.

A principal suspeita é sua esposa, Minnie Foster. Hale foi a principal testemunha. As duas mulheres presentes na peça, a Sra. Hale e a Sra. Peters foram pegar algumas roupas para Minnie que estava presa (ela não aparece em cena). Dessa forma os três homens investigam o crime e as duas mulheres ficam na cozinha esperando que eles terminem o trabalho. No entanto, para a infelicidade dos homens, essas duas mulheres na cozinha, encontram os motivos e as provas do crime deixados por Minnie Foster. Todavia, elas escondem seus achados e não deixam que eles descubram como Minnie matou o seu esposo e o que a levou a cometer esse crime. De modo que o final da peça é aberto, uma vez que os investigadores não conseguem reunir o material necessário para condenar a suspeita.

A sociedade olhava para essas mulheres e as enxergava apenas como simples donas de casa que tinham a obrigação de cuidar do lar, mantendo tudo limpo e em ordem. Por esta razão, o procurador crítica, chuta e reclama de como se encontra a cozinha de Minnie Foster, argumentando que “como dona de casa, ela deixava muito a desejar [...]”(GLASPELL, 2005, p. 35), não sabendo ele que o que criticava havia sido causado pela confusão mental da personagem, logo após cometer o crime, o que a incapacitou de prosseguir com suas tarefas corriqueiras naquele dia. Assim, a Sra. Hale e a Sra. Peters se solidarizam com Minnie, vendo que a cozinha tinha sido invadida pelos os homens que criticavam o árduo trabalho feminino, sobre o qual elas entendiam tão bem. Por este motivo, a Sra. Hale argumenta que “há muito trabalho numa fazenda” (GLASPELL, 2005, p. 35), se referindo às mulheres.

Uma sutileza do discurso feminista de Glaspell está ensejado na não revelação dos nomes próprios das personagens femininas, exceto o caso de Minnie. A opção por tal característica revela o total apagamento da identidade dessas mulheres após o casamento, uma vez que passam a ser chamadas pelo sobrenome dos maridos, no caso, a Sra. Peters e a Sra. Hale. Isto também aponta para o poder de posse que eles passam a exercer sobre elas. No caso da revelação do prenome da protagonista, isto indica a retomada da sua

subjetividade e retorno à sua identidade após a morte do marido, uma vez que ao longo da trama, ela deixa de ser chamada de Sra. Wright e passa a ser chamada de Minnie, tendo seu nome de casada citado alternadamente ao prenome.

Logo no início da trama, percebe-se o clima frio daquela região americana que tem conotação metafórica para explicar o relacionamento do casal principal. É literalmente nesta temperatura hostil que é construída toda a história que se inicia *in media res*, uma vez que o assassinato de John Wright é anterior à ação dramática. Esta questão da temperatura, algo aparentemente tão simples, destacada já no início da obra, serve para dar o tom de contestação aos ditames patriarcais que a peça debate, e isso é feito por uma personagem feminina e de modo sutil. Ao serem convidadas pelos investigadores a entrarem na cozinha da casa por causa do extremo frio, já que ao chegarem ao local a Sra. Hale e a Sra. Peters preferem ficar – literalmente – de fora do pacto masculino em busca de elementos que incriminem sua vizinha, da qual conheciam o sofrido matrimônio, a Sra. Peters responde: “eu não estou – com frio” (GLASPELL, 2005, p. 31). Esta simples frase revela que ela não aceita a ordem do homem, dessa forma, recusa-se a obedecer ao seu chamado, embora adentre a casa apenas quando lhe é conveniente.

Em relação ao lugar central da peça que é a cozinha, sendo ele o lugar símbolo da dominação da mulher e de seu aprisionamento na esfera doméstica, ele não é visto com interesse algum por parte dos investigadores, descartando-o como útil para o desvendamento de um crime. Todavia, é exatamente ali que as Sras. Peters e Hale encontrarão o motivo e todas as provas do crime, uma vez que, por serem companheiras de sofrimento de Minnie, sabem ler e desvendar os sinais emitidos e ali deixados pela acusada do crime.

Como o próprio título da obra já indica a ironia contida ao longo da peça, este é um texto que abordará questões que são tidas como irrelevantes para o sexo masculino, mas que são fundamentais às mulheres, de modo que a inteligência e a sagacidade delas passam despercebidas pelos homens em sua suposta superioridade intelectual sobre elas.

Assim, a peça vai revelando que Minnie, uma mulher reprimida e subordinada ao seu marido, abandonou toda sua juventude e sua alegria de vida para se unir em

matrimônio a um homem frio e insensível que nem sequer permite um telefone em casa, isolando-se e isolando-a de praticamente de todo convívio externo que oferecia a cidade onde residiam antes do casamento, vindo a morarem num final de uma estrada e uma fazenda totalmente isolada. Somando-se à ideia de isolamento físico, social e emocional, o casal nunca teve filhos, um sinal da frieza conjugal de ambos.

O desenrolar da trama mostrará que Minnie não demonstrou tristeza com a morte do marido, pois quando o Sr. Hale, em visita ao amigo John Wright, lhe perguntou se poderia falar com ela, a Sra. Wright lhe disse que não seria possível. A aparente insensibilidade demonstrada lhe alçou ao posto de principal suspeita pelas autoridades locais.

Um importante símbolo do aprisionamento emocional, psíquico e literal da protagonista, o qual está relacionado ao motivo para o crime é um objeto supostamente sem importância alguma, uma pequena gaiola, cuja porta foi quebrada violentamente de fora para dentro. Ela foi encontrada pelas Sras. Peters e Hale na cozinha de Minnie, o que sugere um claro sinal de violência. Além disso, a gaiola sugere a existência de um pássaro no local, fato comprovado pelas duas damas.

Ao tempo em que representa aprisionamento, a gaiola também se reveste de uma simbologia associada à ideia de liberdade, no que diz respeito à figura do pássaro que ali habita. O enredo mostra que aquela ave era a única companhia, distração e fonte de alegria de Minnie, o qual está diretamente associado à sua pessoa, pois as senhoras que visitam sua casa lembram que ela gostava de cantar quando solteira. Elas descobrem que o Sr. Wright o matou para obter silêncio em casa, vindo este a ser o estopim para a ação não premeditada de Minnie contra seu marido. Mediante o exposto, observa-se que Minnie conseguiu libertar-se do marido de modo violento, semelhante ao comportamento abusivo dele, pois foi através da morte dele.

A gaiola também representa a casa e a vida de Minnie, que habituara-se a ver a vida passando ao seu redor sem conseguir libertar-se dessa forma de aprisionamento em que vivia. Ainda com relação à morte do seu marido, ela aconteceu de forma violenta,

mostrando toda a fúria acumulada por Minnie ao longo das décadas do seu casamento. A Sra. Hale oferece um perfil comportamental de John Wright:

Sra. Hale: [...] John era um homem fechado. Acho que era por isso que ela vivia tão só. Nem ao Clube das Senhoras ela pertencia. Creio que ela achava que não tinha como contribuir, e além disso mal vestida. Ela costumava usar roupas bonitas e ser alegre quando era solteira, Minnie Foster, e era uma das moças que cantavam no coro. Mas isso – bem, isso foi há trinta anos. [...]. (GLASPELL, 2005, p 38)

Ao encontrarem o pássaro morto, as duas mulheres escondem-no porque, para eles, ele seria apenas a grande evidencia incriminatória contra Minnie, ao passo que, para elas, era a prova do crime que John Wright perpetrava contra a esposa diariamente, por mais de três décadas.

Para que se tenha ideia da importância do pássaro para a protagonista, as mulheres se espantam ao encontrá-lo enrolado e guardado em uma pequena caixa como todo o zelo pela sua dona, o que demonstrava o apreço de Minnie por ele, conforme se observa na citação a seguir:

Sra. Hale (vai até a mesa) aqui estão alguns vermelhos. O material de costura deve estar aqui dentro. (Retira uma linda caixa) que caixa mais bonita! Parece algo que se daria de presente a alguém. Talvez a tesoura esteja dentro dela. (Abre a caixa. De repente, tapa o nariz com a mão) Mas – (A Sra. Peters se inclina para ver, depois vira o rosto) Há alguma coisa embrulhada neste pedaço de seda. Sra.Peters: Mas, isto não é a tesoura dela.

Sra. Hale: (levantando a seda) Oh, Sra. Peters, -é-

[A Sra. Peters inclina-se para mais perto.]

Sra. Peters: É o passarinho. (GLASPELL, 2005, p. 44)

Até este ponto do enredo, a Sra Hale é uma mulher muito submissa que defende sempre o ponto de vista masculino, revelando total alienação sobre sua condição feminina naquele ambiente patriarcal. Todavia, ao tomar conhecimento sobre a triste trajetória de vida de Minnie pela Sra. Peters que a conhecida desde solteira, ela decide, assim como sua companheira já o havia feito, não revelar nada do que foi descoberto aos homens que investigam o caso.

A Sra. Peters e Minnie não eram muito próximas, em virtude do isolamento imposto a ela, mas algo aconteceu naquela cozinha que a fez reconhecer que, durante sua vida, ela também sofreu abusos causados por figuras masculinas desde sua infância. De sorte que, diante de tudo que viu e ouviu naquela cozinha, lembrou-se de um episódio de sua meninice quando um garoto matou o seu gato, causando-lhe muito sofrimento e fúria, o que a fez desejar machucá-lo. Este conjunto de fatos parece ter-lhe servido como um sutil momento de epifania, o que a fez identificar-se e solidarizar-se pela primeira vez com a acusada do crime:

SRA. PETERS: (sussurrando) Quando eu era criança- meu gatinho - um menino pegou numa machadinha, e diante dos meus próprios olhos - e antes que eu pudesse fazer qualquer coisa - (Cobre o rosto por um instante) Se não tivessem me segurado, eu teria - [...] machucado ele. (GLASPELL, 2005, p. 45).

Outra situação faz com que a Sra. Peters se identificasse com Minnie. Ela também chega à conclusão que o pássaro representava o bebê que Minnie nunca tivera, e isso a fez lembrar-se do seu primeiro filho que morreu, ela percebe que o pássaro era a única companhia de Minnie: “[...] Eu sei o que é o silêncio. Quando estávamos morando em Dakota, e o meu primeiro bebê morreu - com dois anos de idade [...]” (GLASPELL, 2005, p. 46). A morte do pássaro pode ser vista também como um momento de epifania para Minnie que decide romper, de vez, com todas as amarras sociais e culturais para imprimir seu inesperado ato de vingança e libertação.

Estes episódios fazem a Sra. Peters perceber que havia sido, ao longo de toda a sua vida, uma mulher alienada. Depois que descobre tudo, ela muda de pensamento e percebe que ela também sofria abusos, porém não os percebia, pois ela era conformada com as regras patriarcais da sua cultura e do seu tempo, assim, ela descobre sua subjetividade.

Ao esconder a principal prova do crime, as Sras. Peters e Hale agem de forma a vingar a si mesmas e a Minnie de todos os crimes considerados não-crimes perpetrados contra as mulheres diariamente, ao longo de suas vidas, possibilitando a Minnie a

expectativa de ser inocentada. Enquanto tudo isto acontece, os homens fazem – como ao longo de toda a obra – chacota das mulheres, por acharem-nas incapazes de descobrir qualquer coisa relacionada ao crime, considerando tudo de feminino que encontram como sendo “bagatelas.”

Assim, a palavra final e que prevalece é a das mulheres, as quais utilizam-se de ironia para explicar a ausência do pássaro na gaiola, quando o assunto é trazido à baila pelos investigadores, pois elas lançam a possibilidade que um gato o comera. O final da obra é aberto, o que permite aos expectadores/leitores imaginarem o que poderá acontecer com Minnie.

Assim como a fala é subversiva nesta obra, assim o é o silêncio, muitas vezes utilizado de modo irônico, pois o silenciamento que costuma ser imposto às mulheres, sobretudo diante de figuras masculinas é usado por elas para ocultar a prova do crime e o motivo dele. Nesse sentido, elas usam o silêncio contra eles e a favor delas, pois o silêncio é também um símbolo de submissão, de falta de poder. Elas subvertem-no e os usam como uma forma de poder. E ao ocultarem o desvendamento do crime, bem como as provas dele – algo que os investigadores não conseguem fazê-lo em momento algum da peça – elas se tornam, de modo subversivo, *partners in crime*, isto é, “comparsas” de um crime, cometendo elas mesma um, em uma irmandade de mulheres contra a autoridade, as leis e as expectativas patriarcais sobre elas, em um gesto que contrariou suas próprias expectativas acerca de si mesmas enquanto mulheres capazes de solucionar o crime e de ocultá-lo, rompendo com o típico comportamento feminino ao qual estavam habituadas, revelando sua rebeldia contra o *status quo*.

Com esta postura, elas estão corrigindo a impunidade sistemática, legalizada contra atos criminosos (embora a sociedade não os considere assim) perpetrados na esfera doméstica contra mulheres, imprimindo naquele contexto, embora restrito, um ponto de vista feminino enquanto agentes da própria história (tanto a atitude das Sras. Hale e Peters, quanto à de Minnie), fazendo, literalmente, justiça com as próprias mãos. Minnie fez isso literalmente, elas no sentido simbólico.

O fato de a heroína não participar da ação dramática é outro fator simbólico para o discurso e a perspectiva feminista de Glaspell, não sendo apenas uma mera influência da dramaturgia de Ibsen. Na verdade, a autora apropria-se desta estética masculina para denunciar a invisibilidade feminina, sua ausência de poder, voz, e importância na sociedade patriarcal em que vivem.

As Sras. Hale e Peters iniciam a peça tentando literalmente ficar de fora do ato criminoso dos investigadores que é buscar provas não apenas para a solução do crime, mas contra Minnie, uma irmandade masculina em ação favorável ao amigo assassinado. Glaspell as alça da condição esperada por todos (personagens e público/leitor) de meras espectadoras, a agentes poderosas contra a perspectiva masculina da sua cultura.

O erro trágico de Minnie é, pode-se dizer anterior a ação dramática, ou seja, seu casamento e a permanência nele deve-se a total falta de opções para mulheres daquela época, de modo que ela prefere ser infeliz a ser desonrada. Assim, conforme pode ser observado, essa peça é um drama moderno.

Observa-se, portanto, que o comportamento de ambos os sexos (entre si e para com o outro) é totalmente diferente em *Bagatelas* (2005). A pretexto da crítica, Glaspell reproduz o *modus operandi* masculino em vários aspectos, sobretudo no tom de voz autoritário e de deboche em relação às mulheres. Diferentemente, as mulheres assumem um tom de voz que se percebe como mais baixo, calmo e obediente, demonstrando extremo cuidado para não ferir o ego masculino. Mesmo conversando entre si, o comportamento de ambos os grupos demonstra que existe uma grande distância eles eles, o que faz com que os sexos estejam sempre em algum tipo de oposição um para com o outro. Todavia, isso ocorre de modo respeitoso por ambas as partes, significando que eles agem como cavalheiros de seu tempo e, elas, como damas que sabem bem a sua posição de inferioridade naquele contexto. Assim, o relacionamento desses dois grupos apresenta uma barreira que os impede de um ultrapassar de maneira óbvia o caminho do outro, em uma espécie de sutil acordo entre as partes, naturalmente que a prerrogativa de domínio sobre o espaço do outro é apenas do homem.

Dessa forma, Glaspell constrói sua peça enfatizando comportamentos entre diferentes dos sexos, destacando a desigualdade entre eles. Inferiorizar o sexo feminino é algo que em toda a obra a autora faz referência, isto ocorre quando os homens criticam, a “baixa” qualidade do trabalho doméstico de Minnie (apenas as mulheres entenderão que a casa estava em um estado de desarrumação porque o crime ocorrera poucas horas atrás, o que a deixou desconcentrada para empreender as tarefas diárias). Além disso, desprezam o cuidado de Minnie com seus potes de conservas, pois eles não acham que trabalho de mulher seja muito importante quando é realizado do modo como eles esperam, uma vez que o consideram uma obrigação delas, assim, desmerecendo as “coisinhas de mulher”:

PROCURADOR: [...] (Ao delegado) Você tem certeza de que não havia nada importante aqui- nada que pudesse servir de motivo? DELEGADO: nada a não ser as coisas da cozinha.
[O PROCURADOR [...] Coloca uma cadeira perto do armário, sobe nela e examina uma prateleira. Retira a mão, que sai pegajosa] PROCURADOR: isto está uma sujeira.
SRA. PETERS: (para a outra mulher) Oh, as frutas; congelaram.
DELEGADO: [...] Hum... mulher é mesmo uma coisa engraçada! Está sendo acusada de assassinato e ainda se preocupa com as comportas. (GLASPELL, 2005, p. 34-35).

Observa que a obra opera no sentido de revelar o mundo das mulheres de um interior dos Estados Unidos. Nesse sentido, Glaspell trabalha o *setting time* que, embora não plenamente especificado, fica subentendido como sendo, no máximo, a década de 1890, um contexto histórico muito importante para a análise da peça, o qual influenciou escrita da obra em estudo. Nessa época, as mulheres estavam lutando pelos seus direitos, notadamente igualdade e respeito. Assim, a vida das mulheres nesse período, assim como em 1916, ano em que a peça foi escrita, se resumia a serem donas de casa, mães, responsáveis por educar os filhos no contexto do casamento, o que significava serem obedientes ao esposo, sobretudo porque ainda eram educadas para serem mulheres que faziam as vontades dos seus maridos.

No contexto externo ao casamento, as mulheres deviam se portar com igual respeito e submissão a outros homens, isto é retratado na obra através do fato de que as duas mulheres não tem o direito de opinar na investigação do crime, os homens não lhes esse conferem o direito de falar o que elas achavam da morte do John Wright, então Mrs. Peters e Mrs. Hale decidem esconder deles que elas descobriram tudo o que aconteceu para Sra. Wright ter cometido o crime e o motivo que a levou a tomar essa decisão.

Para que se tenha uma ideia do tipo de vida e relacionamento no qual Minnie estava, a peça destaca o fato de que possuir um telefone em casa causava desconforto para John Wright, de modo que ele foi um dos poucos moradores da região a recusar a compra de tal aparelho para sua casa, mesmo seu amigo tentando convencê-lo de que seria muito bom para ele. Este fato demonstra o total isolamento de Minnie, uma vez que morava em uma fazenda afastada da cidade e da estrada que dava acesso à cidade.

John era um homem tradicionalista que, como sugere a Sra. Hale, via a própria esposa como objeto de sua posse. Seu marido, o Sr. Hale queria convencer John na frente da mulher sobre a compra do telefone, mas ele sabia que seria impossível convencer um homem como seu amigo, uma vez que sabia que os desejos da esposa de John para seu amigo não tinham nenhuma importância:

HALE: [...] “Eu vou ver se consigo convencer o John Wright a comprar um telefone de linha coletiva comigo.” Eu não tinha conversado com John sobre o assunto anteriormente, mas ele tinha recusado a proposta, dizendo que as pessoas já falam demais, e que tudo o que ele queria era paz e sossego[...] mas achei que talvez, se eu entrasse e conversasse com ele em frente da mulher, embora eu tenha dito ao Harry que eu não tinha certeza se os desejos da mulher poderiam fazer alguma diferença para ele- (GLASPELL, 2005, p. 31-32)

Dessa maneira muitas mulheres viveram aprisionadas em seu próprio relacionamento, devido a posição que ela ocupava, sem ter sua voz e muitos menos suas opiniões aceitas. Susan Glaspell relata todo esse sofrimento que o sexo feminino viveu por muito tempo, anos que modificaram totalmente uma identidade feminina numa

fornalha acesa, na qual elas tinham que sair no modelo proposto pela sociedade androcêntrica.

Quando as duas mulheres encontram uma peça de costura que Minnie Foster estava fazendo, elas ainda não sabem que é uma prova do crime. Vendo que a Sra. Wright estava fazendo um edredão, as duas visitantes ficando curiosas para saber como ela estava o fazendo, os homens descem nessa hora e o delegado ironiza a preocupação de ambas:

SRA. PETERS: ela estava fazendo um edredão.

SRA. HALE: é um padrão retangular. Bonito, não é? Será que ela ia costurar os gomos ou fazer um amarrado?

DELEGADO: Elas estão preocupadas em saber se ela ia costurar os gomos ou fazer um amarrado!

[Os homens riem, as mulheres ficam sem jeito.](GLASPELL, 2005, p.40)

Este simples comentário feminino sobre o tipo de costura que Minnie usaria, seria utilizado ironicamente pelas Sras. Hale e Peters para com os investigadores, uma vez que, ao descobrirem o motivo e as provas do crime, o tipo de costura que Minnie utilizaria seria o “amarrado,” e foi com uma corda do pescoço do marido que ela o matou. A ironia verbal de ambas está entrelaçada na ironia estrutural do texto. É com esse tipo de “bagatela” que Glaspell descontrói a suposta inferioridade de simples gestos femininos, desqualificados pelo sexo oposto que não entende seu valor, muito menos entende a ironia devolvida pelas mulheres que, ao serem perguntadas no final da peça sobre que tipo de ponto Minnie utilizaria para confeccionar o edredão, elas respondem: “O amarrado.”

No final da peça, as mulheres dão a dica aos investigadores de como Minnie matou John fazendo o nó com agulha mais mesmo assim os homens não entendem a sugestão irônica ensejada via deboche sutil das mulheres para com aqueles que se consideravam preparados para desvendar o crime misterioso. Outro ato de ironia estrutural é demonstrado no final da trama, uma vez que a última palavra foi dada pelas as mulheres, de modo que o procurador rir-se sem saber entender o conteúdo irônico da fala reveladora

da Sra. Hale, para ele um mero comentário sobre mais uma bagatela que é a vida e as ações femininas:

PROCURADOR: (vai até a porta da rua, diz jocosamente) Bem, Henry, pelo menos ficamos sabendo que ela não ia costurar o edredão. Ela ia – como é mesmo que se diz, senhoras? SRA. HALE: (de pé, junto à mesa, voltada para frente, com a mão sobre o bolso) A gente diz – fazer um amarrado, Sr. Henderson. (GLASPELL, 2005, p. 49).

Ao longo de toda a peça, Glaspell utiliza-se da ironia também através dos discursos de suas personagens femininas, que soam para os homens como falas banais, o que demonstra atos aparentemente tolos por parte de mulheres contra figuras tidas como mais inteligentes dos que elas. Todavia, cada fala é carregada de simbolismo ao ponto de que eles não percebem que estão sendo manobrados e ridicularizados pelo conteúdo do discurso de mulheres simples, mas que se revelam mais hábeis e inteligentes do que eles, especialmente porque sabem ler nas entrelinhas dos rastros deixados pelas ações femininas de Minnie. Assim, o contundente discurso feminista de Glaspell se materializa através de falas poderosas proferidas por mulheres, mesmo elas não sendo reconhecidas pelos homens como tais, mas o espectador/leitor tem plena noção disto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto acima, esta peça denuncia várias questões que eram parte integrante da vida feminina no final do século XIX e início do século XX. A dramaturgia de Glaspell, como mostra esta peça, utiliza-se da ironia para mostrar que é através do que a crítica chamada de “domesticidade” nas obras femininas que elas, autoras como Glaspell, utilizavam de modo subversivo e irônico, levando o público de seu tempo e os leitores até hoje a reconhecerem injustiças que não podiam ser justificadas nas relações de gêneros daquele tempo e que, em muitos lugares, perdura na atualidade. Assim, é através do que a sociedade patriarcal via como “bagatelas” que a autora em foco eleva a capacidade feminina para um nível jamais imaginado, ao fazer delas as únicas pessoas – embora sem preparo técnico nem acadêmico – capazes de solucionar um crime. O final

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS

ISSN 2446-6840

CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

da obra é aberto, o que confere a Minnie (representante de todas as mulheres em igual infortúnio) a possibilidade de justiça poética e literal, já que nada foi encontrado contra ela pelos investigadores.

As considerações arroladas acima destacam a relevância de um trabalho transdisciplinar, com vistas a despertar o senso crítico do aluno para que ele aprenda que o estudo de geografia é mais vasto do que ele possa imaginar. Além disso, levará o aluno a perceber mais claramente as relações entre ela e a literatura, uma relação que possa não lhe parecer clara sem que um trabalho dessa natureza lhe chegue às mãos. Ademais, lhe mostrará como literatura, história e geografia estão interligadas numa relação que pode servir de desconstrução de estereótipos sobre tais disciplinas e sobre o próprio texto literário. Finalmente, o professor de geografia, por exemplo, poderá também abordar a questão do enredo se passar no interior dos Estados Unidos, em uma fazenda isolada, pontos que, pela limitação do espaço deste artigo não foi possível analisar, apesar da relevância deles para a construção do isolamento total da protagonista da vida social.

REFERÊNCIAS

- AMENO, Agenita. **Crítica à tolice feminina**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GILBERT, Sandra & GUBAR, Susan. **The Norton anthology of literature by women: the traditions in English**. New York: W. W. Norton, 1996.
- GLASPELL, Susan. Bagatelas. Tradução de Danilo Lôbo. In: SANDER, Lúcia V. **O teatro de Susan Glaspell**. Brasília: Embaixada dos Estados Unidos, 2005.
- MESQUITA, Priscila de Azevedo Souza. **Em busca de um teatro feminista: relatos e reflexões sobre o processo de criação do texto e espetáculo “Jardim Joana.”** Florianópolis: UESC, 2012, f. 160. Dissertação de mestrado.
- SANDER, Lúcia V. **O teatro de Susan Glaspell**. Brasília: Embaixada dos Estados Unidos, 2005.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: Bonnici, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (orgs). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: UEM, 2005.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: OBSERVAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Lindemberg Bernardo da Silva
bergbernardo.s@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Resumo

O Estágio Supervisionado consolida-se como um componente teórico-prático de uma forma metodológica de aprendizagem do ser em formação, que permite a esse uma percepção da realidade escolar. É uma experiência que possibilita ao formando apreender e colocar em prática toda carga teórica obtida durante os momentos de encontro na academia, sendo um momento de dedicação e concentração de esforços. Este trabalho tem como objetivo discutir sobre as observações e as práticas ocorridas no campo de Estágio e apresentar, de forma geral, a necessidade das práticas durante esta disciplina, com isto formando um relatório do que foi vivenciado. Realizando uma discussão sistematizada de forma referenciada com outros trabalhos (referencial bibliográfico), estabelecendo uma relevância e seriedade ao trabalho. A experiência foi realizada na Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras (ETSC) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) localizada na cidade de Cajazeiras – PB. Os resultados obtidos no campo do estágio tornam-se positivos para a construção da real identidade do professor em formação, efetivando o que diz respeito à preparação profissional para todos os obstáculos que esse indivíduo irá enfrentar no exercício da sua profissão, sejam eles no âmbito escolar ou até na própria conjuntura política educacional vivenciada nos tempos atuais.

Palavras chave: Estágio; Prática docente; Relato de experiência

Introdução

O estágio supervisionado é um momento de fundamental importância no processo da formação docente, momentos de experiências e práticas, configurando-se em uma atividade que possibilita ao graduando a oportunidade de colocar em prática todas as teorias aprendidas no decorrer das disciplinas teóricas.

O presente trabalho trata das atividades realizadas pelo estagiário José Lindemberg Bernardo da Silva, sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa, professor da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV, realizado na Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras (ETSC) do Centro de Formação de Professores

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

(CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras – PB, sob a supervisão do Prof. Dr. Ernani Martins dos Santos Filho, professor efetivo da disciplina de Geografia da escola citada. O referido estágio teve uma carga horária total de 120 horas, e a realização do estágio na escola se deu no período de 02/05 a 12/06 de 2018.

O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório para todos os alunos do curso de Geografia, sabemos que a Geografia, em seu processo de desenvolvimento histórico como área do conhecimento, veio consolidando teoricamente sua posição como uma ciência que busca conhecer e explicar as múltiplas interações entre a sociedade e a natureza. Com isso, coloca-se a necessidade de buscar compreender essa realidade espacial, natural e social, não de uma forma fragmentada, sem vínculos, mas como uma totalidade dinâmica. Esse estágio tem como fundamento atender as exigências do curso de Licenciatura em Geografia – CFP/UFCG, em especial a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV, que foi realizado junto aos alunos do 1º ano do ensino Médio. O Estágio tem como foco fundamental o contato entre os estagiários com a realidade educacional no nível do ensino médio.

O Estágio é um momento importante no processo da formação do docente, momentos de experiências e práticas, associando atividades que possibilita ao graduando a oportunidade de colocar em prática todas as teorias aprendidas durante a sua formação. O estágio se apresenta como uma proximidade da realidade escolar, aproximando os conhecimentos acadêmicos das práticas a serem desenvolvidas no processo ensinoaprendizagem. “O estágio é um eixo central na formação de professores, pois através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia-a-dia”. (PIMENTA e LIMA, 2009, não p.).

Portanto, se consolidando como um componente teórico-prático de oportunidades de aprendizagem, o estágio permite ao formando uma proximidade da realidade escolar. Também, torna possível mostrar quais as dinâmicas da comunidade educacional, e quais as melhores metodologias, práticas, ou formas que poderíamos realizar, para ministrar

uma excelente aula, já que não possui a construção final de um professor, sabemos que o mesmo, encontra-se em constante aprendizado.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre as observações e as práticas ocorridas no campo de Estágio e apresentar, de forma geral, a necessidade das práticas durante esta disciplina, com isto formando um relatório do que foi vivenciado.

Procedimentos Metodológicos

Realizando uma discussão sistematizada de forma referenciada com outros trabalhos (referencial bibliográfico), estabelecendo uma relevância e seriedade ao trabalho. A experiência foi realizada na Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras (ETSC) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) localizada na cidade de Cajazeiras – PB, no período letivo de 2018.1.

Fundamentação Teórica

O estágio aparece como um momento muito importante na trajetória de formação do graduando, pois, é essa experiência, que move a responsabilidade de ser professor e de iniciar-se na profissão. Podem-se perceber, também, os desafios e limites da realidade da educação em geografia ou qualquer outra disciplina. Vemos a partir do que Buriolla (2001) afirma:

O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto, onde um leque situações, de atividades de aprendizagem profissional que se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. (BURIOLLA, 2001, p. 13).

O estágio é momento conjunto, onde servirá tanto como forma de embasamento teórico e também como uma forma de colher prática para a vida profissional do formando. A partir de então vemos que essas duas atividades se tornam indissociáveis, onde uma vai completar a outra, tornando impossível a concretização da teoria sem a prática ou vice-versa.

A teoria está ligada a todo o conjunto de aprendizado dentro da academia, ou seja, toda aquela carga de conhecimento que foi necessário adquirir para ser possível colocar em prática durante a vivência no âmbito escolar. Observamos então que o Estágio não é um duelo, Teoria x Prática, mas sim uma forma conjunta de estabelecer uma proximidade com a realidade escolar.

O estágio tem o papel de auxiliar na formação docente, pois, o mesmo proporciona aos formandos vivenciar a realidade do que é ser um professor, de poder observar todos os obstáculos e situações vividas pelo docente, mas também de analisar como se dar as formações das diversas relações que se formam dentro do âmbito acadêmico.

O momento do Estágio Supervisionado em si, deve fortalecer a relação teoria e prática, com base em todo o princípio metodológico, onde todo o desenvolvimento de competências implica em utilizar conhecimentos adquiridos, e não fragmentar os conhecimentos, em outras palavras, não tem como fazer a utilização apenas de uma vertente, ou seja, teoria ou só a prática, já que ambas se completam, ambas constroem o momento de estágio.

Esse momento, de certa forma, irá proporcionar no formando um complemento para o seu processo de ensino-aprendizagem e, logo, será incentivado à busca pelo aprimoramento pessoal e profissional, algo que foi possível com a prática do estágio fazendo junção da teoria com a prática.

Regência das aulas durante o estágio

A regência em sala de aula no Estágio Supervisionado foi realizada na Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras (ETSC/UFCG), na turma do 1º ano do ensino Médio.

Porventura sabemos que ensinar geografia não é uma atividade fácil, já que por muito tempo ela foi tida como uma disciplina apenas descritiva e sem interesse algum, quase sempre, por parte do alunado. Com isto, é dado aos professores e de certa forma aos estagiários a missão de desconstruir essa forma tradicional de pensamento, que infelizmente ainda é um paradigma forte dentro do processo educacional.

As aulas foram, na sua essência expositiva e dialogada, gerando uma grande participação do alunado. Com a regência das aulas foi possível atingir os seus objetivos pré-estabelecidos: colocar em prática a teoria aprendida na universidade, conseguir experiência como docente e ter uma noção da realidade escolar.

Entrar numa sala de aula, sabendo que é o Professor, é bem diferente de entrar como aluno. E isso, de certa forma, pesa, pois sabemos a nossa responsabilidade como formadores de cidadãos críticos e atuantes. É nessa hora que lembramos tudo que vimos na Universidade, e sua importância de colocar em prática ali e agora. Com o embasamento das discussões na universidade, com as bibliografias lidas e, o planejamento das aulas que é essencial para que o estagiário possa conseguir ter êxito em sua regência, com o plano de aula, se torna mais “simples” exercer uma boa aula.

Durante a regência das aulas os conteúdos que foram ministrados mostravam a estrutura geológica da Terra, suas formas de relevo e os agentes formadores e modeladores do relevo terrestre.

Durante as aulas, houve uma interação favorável ao processo de ensinoaprendizagem, onde o alunado não apresentou resistência às metodologias desenvolvidas em sala, a forma em que o estagiário apresentava os conteúdos promovia o desencadeamento de discussões críticas acerca dos assuntos ministrados.

Ensinar é uma tarefa difícil, e quando se trata de uma disciplina que é levada como uma mera ciência descritiva, a Geografia, torna a ser um desafio maior que qualquer outro.

Esta falta de interesse foi nítida durante as regências, não generalizando, porque houve uma participação quanti-qualitativa durante a aula. Mas é como afirma Neta e Andrade (2011, p. 06) que “Cabe ao professor buscar caminhos e alternativas para a construção de uma nova Geografia que tem como fator principal, propiciar aos estudantes a compreensão de aspectos essenciais do cotidiano e da vida social ao tentar a leitura do espaço e das relações do homem com seu meio”.

Em discussões de assuntos transversos que não estava ligado aos conteúdos ministrados, diretamente, muitos perguntavam o porquê de estudar a geografia e de certa forma afirmava a eles que a importância de estudar a geografia não está apenas ligada a forma de descrever a Terra, mas, também por ela ser uma ciência dinâmica que constrói, através das inter-relações da sociedade e da natureza, boa parte da formação crítica do cidadão.

Buscando sempre despertar a curiosidade dos alunos acerca do conteúdo, já que se tratava de assuntos ligados à geografia física, eram utilizados exemplos próximos à realidade de cada aluno, onde eles caracterizavam o que estava sendo exposto. Utilizando sempre analogias entre o que está escrito no livro de didático com a vida real de cada aluno, em uma linguagem acessível que proporcionou o entendimento do que foi apresentado. Exemplo, quando o livro descrevia o que são núcleos cratônicos e bacia sedimentares, antes definia de forma fácil e coerente cada termo utilizado e depois mostrava a bacia sedimentar do Rio do Peixe e a Serra da Arara, sua proximidade, para apresentar de forma sucinta e de fácil entendimento e, vemos que a geografia vista nos livros didáticos, também, está ligado diretamente com a sua realidade.

Procurar apresentar os conteúdos do livro didático de forma técnica e sistematizada pode provocar o não interesse do aluno à disciplina, começando a taxa-la como “chata”. A partir disso, torna-se essencial a utilização de uma linguagem acessível à turma, utilização de exemplo da vida cotidiana de cada uma deles.

Como Alves (2016, p. 28) apresenta sobre a importância do ensino de geografia da seguinte forma:

A importância sócio educacional que o ensino de geografia detém para a formação do educando, do homem cidadão é imprescindível para a concretização da educação geográfica. No entanto, é perceptível que a prática pedagógica em geografia necessita de uma reflexão sobre a ciência geográfica, dos conteúdos, da metodologia a ser trabalhada em sala de aula e, que reflita a construção e necessidade da aprendizagem no ensinar geografia.

Como foi citado acima, deve-se existir uma responsabilidade em buscar metodologias que possibilite a construção de um ser crítico e possibilite que eles vejam a necessidade de estudar geografia, já que o ensino da mesma é imprescindível.

Durante todo o período de regência em sala de aula, já que os conteúdos tratavam de assuntos que necessitavam de uma aula de campo, para concretização da teoria apresentado em sala, pois, é sabido que o livro descreve apenas uma semelhança da realidade.

No desenvolvimento da aprendizagem, podemos dizer que até mesmo na concretização desta aprendizagem, a aula de campo torna-se essencial dentro de ensino de Geografia, trazendo para o aluno certa proximidade da realidade do que se foi debatido em sala.

A aula de campo também possibilita uma experiência mais profunda sobre o uso dos conceitos e atividades trabalhadas e observadas no cotidiano do aluno.

A experiência do Trabalho de Campo possibilita a utilização prática de conhecimentos teóricos pré-estabelecidos em sala de aula.

Contudo, no último dia de aula, regida pelo estagiário, foi possível a realização de uma aula de campo, podemos ver as imagens 01, 02 e 03, em conjunto com a coordenação da ETSC/CFP/UFCG¹, com o professor Dr. Ernani Martins (professor efetivo, na escola,

¹ Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras-ETSC do Centro de Formação de Professores-CFP da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

da disciplina de Geografia), com a professora Dra. Danielle e com os alunos do 1º ano do ensino médio, cuja turma, serviu como laboratório para aplicação das práticas docentes.

O percurso traçado foi o seguinte:

- Geossítio Floresta Petrificada (Missão Velha – CE);
- Museu do Homem Kariri e Fundação Casa Grande (Nova Olinda – CE);
- Museu de Paleontologia (Santana do Cariri – CE);
- Geossítio Pedra Kariri – Mineração – Extração de Calcário (Crato – CE).

Imagem 01: Parte da turma do 1º ano do ensino médio da ETSC, na entrada principal do Geossítio Floresta Petrificada no município de Missão Velha – CE.



Fonte: Autor, 2018.

Imagem 02: Da direita para esquerda, Prof. Imagem 3: Alunos em visita ao Geossítio Floresta Dr.



Fonte: Autor, 2018.



Fonte: Autor, 2018.

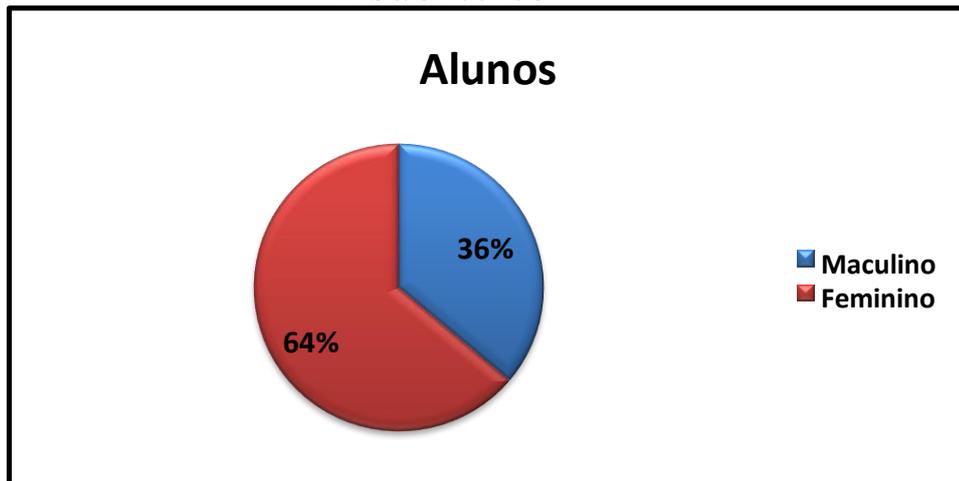
Nota: Ernani Martins, Profa. Dra Danielle e Petrificada – Missão Velha-CE. Estag. Lindemberg.

O objetivo desta aula de campo foi permitir aos alunos saírem das limitações do livro didático para observar as paisagens e os contextos socioambientais como forma de sensibilização, contribuindo para aumentar a curiosidade e o prazer pelas descobertas de novos saberes. Como é perceptível nas imagens apresentada no Anexo A (Imagens durante as práticas do Estágio Supervisionado).

Perfil do alunado

A turma é considerada numerosa, apresenta-se com 47 alunos onde em sua maioria é constituída pelo sexo feminino, sendo que 36% da turma são do sexo masculino e 64% do sexo feminino, totalizando os 100%, como apresenta do gráfico abaixo.

Gráfico 1: Porcentagem do total de alunos, por sexo, do 1º ano do ensino médio da ETSC/CFP/UFCG



FONTE: Autor, 2018

Com a aplicação do Exercício de Anamnésia² (Apêndice A) foi possível perceber que todos da turma pertencem a famílias que apresentam uma estrutura familiar equilibrada e estável economicamente (média baixa e média alta).

A inserção do aluno para esta instituição é dada a partir de um processo seletivo, aonde os candidatos irão responder uma prova e os que obtiverem as maiores pontuações serão classificados. Dentro desta ação, a escola adotou o processo de cotas, voltada para alunos que tenham cursado o ensino fundamental completo em escolas públicas e/ou que tenham uma renda familiar per capita no total de 1,5 salários mínimo. A partir do processo descrito acima, é possível observar que a turma mostra-se de forma mesclada, em relação de quais instituições eles vieram, tendo presentes alunos que vieram de escolas públicas e outros de escolas privadas, mas, que, não condiz em nada sobre a capacidade do processo da aprendizagem dos mesmos.

² Questionário aplicado para coleta de informações a respeito do/s indivíduo/s que no qual estão servindo como objetos de estudos/pesquisa.

Metodologias desenvolvidas durante as aulas

A metodologia que foi aplicada nas aulas foram as mais objetivas, coerentes e práticas possíveis, ou seja, a partir da dinamização das aulas, visando o cumprimento dos objetivos contido no plano de aula desenvolvido para guiar as respectivas aulas (Apêndice A). Trabalhando para que houvesse uma construção satisfatória do processo ensinoaprendizagem e, logo manter uma boa relação professor-aluno. A metodologia sendo usada de forma didática, como por exemplo, as gincanas de perguntas e respostas e as aulas audiovisuais, agindo assim como um facilitador, e não um transmissor de informações, apresentando os conteúdos com os auxílios tecnológicos didáticos e, é claro, o uso do livro didático, onde possibilitou o norteamento dos debates em sala de aula.

Recursos materiais utilizados durante as aulas

Os recursos utilizados para a ministração das aulas foram de forma variável com o objetivo de não deixar as aulas monótonas e cansativas. Foi usada em primeiro momento a voz como recurso, sempre tentando manter uma boa entonação com as palavras, em outros momentos utilizou-se também o Datashow juntamente com caixas de som, onde foram apresentadas imagens, textos, vídeos, e slides, deixando assim as aulas mais dinâmicas e menos cansativas e, outros aparelhos extras, como pen drives, quadro-branco, pincel para quadro-branco e etc. Tudo isto permitindo uma melhor prática em sala de aula.

A geografia apresentada no livro didático

O livro trabalhado durante a regência das aulas no estágio foi à obra conjunta dos autores Lúcia Maria Alves de Almeida e Tércio Barbosa Rigolin, livro de Geografia para o 1º ano do ensino Médio – Fronteiras da Globalização: o mundo natural e o espaço humanizado, publicado pela Editora Ática, ano de 2013.

O livro didático foi e continua sendo um recurso muito utilizado nas escolas, mesmo com as tecnologias adentrando o ambiente escolar, tornando-se cada vez mais acessível. Mesmo assim, podemos afirmar que o livro didático é de suma importância, pois serve como um guia para planejar as aulas e poder aplicar aquilo que foi colocado no plano de aula.

O livro de geografia pode ser considerada como uma “complexidade” para escolher os conteúdos a estender mais a discussão em sala de aula. Pelo fato dele abranger uma diversidade de diferenças (naturais e sociais), é o que Menezes (2015, p. 11) afirma:

Considerando que o livro didático de Geografia, em especial no caso brasileiro, não teria condições de abarcar todas as diferentes culturas e lugares existentes no território, como dito anteriormente, podemos enfatizar o papel do professor na avaliação desse recurso.

A partir da afirmação vemos que o livro didático de geografia não tem condições de discorrer sobre todas as diferenças naturais e sociais do Mundo e do Brasil, de forma detalhada, já que a geografia se destaca por estudar não somente algo passado, mas principalmente as transformações que ocorrem na contemporaneidade, as relações da sociedade no meio.

O livro didático, tendo como exemplo o que foi trabalhado durante o estágio, pode não descrever conteúdos amplos, já que a geografia abrange diversos conteúdos, mas apresentam em seu corpo estrutural dicas e exemplos de como o professor pode utilizar outros meios para conciliar com o uso do livro em sala de aula.

No entanto é importante salientar que o professor terá, também, um papel de escolher sua maneira de mediar os conteúdos e levá-los ou não à discussão a partir de aportes locais.

Considerações Finais

Diante de todo o trabalho apresentado, consideramos que o estágio promove um embasamento teórico/prático ao graduando, com um conhecimento da real situação da convivência em sala de aula, e nas suas específicas relações dentro de todo âmbito escolar. Com isto, avaliamos o estágio como um momento de uma grande experiência, tonandose proveitoso para a formação do ser profissional.

Durante toda esta trajetória foi possível desenvolvermos metodologias que ate então tínhamos apenas o conhecimento teórico, e isto favoreceu a nosso suporte de conhecimentos.

Muitas vezes os alunos apresentavam um pouco de indisciplina e alguns problemas em relação ao aprendizado, são nestes momentos em que observamos se conseguiremos efetivar tudo aquilo que foi aprendido no âmbito acadêmico.

Enfim, a experiência realizada e descrita neste trabalho possibilitou ampliar o entendimento em uma escala maior de como é o funcionamento de todo processo de ensino-aprendizagem, as relações sociais que a permeiam, indo desde os corredores da escola até as salas de aula, onde se torna o palco para desenvolver ações de intervenção na formação do ser cidadão.

Agradecimentos

A Deus por todas as oportunidades apresentadas a mim.

Referências

ALVES, C. C. E. **Ensino de geografia e suas diferentes linguagens no processo de ensino e aprendizagem**: perspectivas para a educação básica e geográfica. Geosaberes, Fortaleza: Fev. de 2016.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2001.

MENEZES, P. K. **O livro didático no processo de ensino-aprendizagem**. 2015.
<http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/vedipefinal/pdf/gt07/poster%20grafica/P riscylla%20Karoline%20de%20Menezes.pdf>. Acesso em junho de 2018.

NETA, Maria da Paz dos Santos; ANDRADE, Ismael Mendes. **Estágio em geografia: teoria e prática na formação de professores**. Bahia, 2011.
<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/3o.pdf>. Acesso em junho de 2018.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

O ENSINO DA GEOGRAFIA: UMA LEITURA DAS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS AO LONGO DE SUA HISTÓRIA

Raquel Salvino Dias
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UFCG, Campus Cajazeiras
e-mail: raquel.quel3322@gmail.com Prof. Orientador: Me. David Luiz
Rodrigues de Almeida

RESUMO

O presente trabalho traz à tona a problemática das *práxis* tradicionalistas que se conservam no ensino da Geografia diante da perspectiva de mudança nas práticas pedagógicas conteudistas. Pretendemos, nesse texto, compreender um pouco sobre os modelos educacionais pelos quais passou a educação brasileira para podermos relacioná-los à nossa Geografia Escolar. Tencionamos, portanto, conhecer a história da Geografia Escolar no Brasil e, em seguida, discorrer sobre os fatos presenciados em sala de aula durante as observações feitas no período de Estágio Supervisionado. Por fim, analisaremos algumas ações dos professores, mediante os conhecimentos já adquiridos, as quais costumam tornar as aulas de Geografia monótonas e enfadonhas. Utilizaremos, então para dialogar conosco, autores renomados como Cordeiro (2007), Anaya (2011) Pimenta e Lima (2012), Passini (2007), Rocha (1998; 2015), Melo e Vlach (2012), entre outros. Consequentemente, veremos que práticas antigas permanecem se contrapondo ao novo, transformando-se em uma das principais dificuldades no ensino da Geografia: fazer o aluno entender “seu lugar no mundo”. O objetivo desse texto é retomar os debates e os questionamentos sobre a Geografia que temos atualmente em nossas salas de aula.

Palavras-chave: Aulas de Geografia. *Práxis*. Escola. Tradicionalismo.

INTRODUÇÃO

A prática docente em nosso país não tem sido uma tarefa fácil desde os primórdios de consolidação do Sistema Educacional Público Brasileiro. Sabemos, para tanto, que as teorias curriculares mudaram com o tempo ocorrendo entre elas, “crises na Educação” e, consequentemente, a criação de diversas tendências pedagógicas incumbidas de relacionar, da melhor forma, a teoria com a prática e a instituição educativa com a sociedade, influenciando assim, a formação, a visão e a importância dos educadores, bem como suas práticas pedagógicas desenvolvidas nos espaços educacionais.

Em vista disso, percebemos que o conhecimento educacional foi, ao longo do tempo, sistematizado e fundamentado em decisões epistemológicas que analisavam e interpretavam os fenômenos curriculares de acordo com seus próprios conceitos sobre

ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, entre outros, sempre de uma maneira generalizada. Ou seja, nossas escolas presenciaram oscilações em meio a modelos educacionais que eram influenciados por tendências pedagógicas que se permutavam de acordo com os momentos políticos e culturais de nossa sociedade.

Nessa perspectiva, compreendendo que tais oscilações nos padrões de ensino no país afetaram todas as áreas do conhecimento, justificamos a escolha do tema diante da necessidade de conhecer como o conhecimento geográfico, e, também a Geografia Escolar, tem acompanhado essas mudanças diante do percurso que esta tem realizado no Brasil.

Interpretar sua historicidade nos faz compreender que a disciplina tem passado por alterações, mesmo que ainda subsista a nomenclatura “Geografia”. Em várias fases histórico-culturais do país, a mesma “matéria” foi ensinada/aprendida de maneiras diferentes, todavia, sempre com um propósito. Trazer à discussão os modelos pedagógicos como apoio às mais diversas metodologias utilizadas pelos professores e equipará-las às etapas memoráveis da disciplina em questão, nos permite diagnosticar quais foram essas mudanças que ocorreram ao longo do tempo, bem como as práticas que tendem a permanecer.

Reconhecemos que o Estágio é uma atividade importante para a formação docente, pois é através dele que o futuro profissional terá contato com as práticas docentes em locais apropriados para o exercício do Magistério, visto que: “ensinar” não é tarefa fácil, mesmo que seja totalmente possível. A compreensão, entretanto, que os professores de Geografia têm à sua frente o desafio de trabalhar a “visão de mundo” do aluno, tal qual nos é proposto pelo Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (1998), nos faz admitir que a finalidade do Estágio é propiciar ao professor em formação uma proximidade à realidade na qual ele atuará futuramente, concretizando-se. Então, como uma atividade de pesquisa que permite a ampliação e a análise dos contextos onde o estagiário pretende inserir-se, uma vez que é por intermédio da observação e da

investigação, que torna-se possível aos estagiários desenvolverem habilidades e tomar posturas e mediante às situações vivenciadas (PIMENTA E LIMA, 2012).

Inferimos que diversos são os obstáculos que encontrados nas escolas brasileiras, principalmente em se tratando da ministração de nossa disciplina, à medida que não conseguimos superar determinadas *práxis* tradicionalistas que tendem a prosseguir no cotidiano escolar não permitindo que, de fato, o conhecimento geográfico se concretize em todos os seus fins, mesmo que tenham surgido novas formas de induzir aos alunos a pensarem o seu espaço.

Esta pesquisa bibliográfica, portanto, permitirá que entendamos, não o porquê de se usar metodologias “ultrapassadas”, mas constatar que elas ainda permanecem e, assim, sermos capazes de refletir novas proposições e/ou caminhos para o ensino efetivo da disciplina Geografia – haja vista que não há ensino de Geografia sem conhecimentos pedagógicos – e, desta maneira, podermos minimizar as dificuldades que enfrentamos quando nos colocamos à disposição para formarmos cidadãos a partir do conhecimento geográfico.

Nosso objetivo aqui não é “expor métodos de como ensinar Geografia”, porém, trazer fatos cotidianos que estão presentes nas salas de aula, os quais foram observados durante o período de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia. O pretexto é fazer questionamentos sobre o desenrolar acadêmico, científico e educacional da Geografia e influenciar a retomada aos debates.

Um traçado sobre as Tendências Pedagógicas no Brasil

De acordo com Cordeiro (2007) nossas escolas surgiram em meio a um modelo de pedagogia pensada especificamente para o ambiente da sala de aula: a aula expositiva, os exercícios em classe e as tarefas de casa, as provas escritas e as chamadas orais, como também a organização do material didático, foram todos pensados apenas para ficar ali. Os saberes, então, são organizados em disciplinas escolares que se tornam referências para toda a organização do ensino e do trabalho pedagógico. O ensino está praticamente

limitado à sala de aula, baseando-se na proposta de que os professores têm de ensinar os mesmos conteúdos a todos os alunos supondo que as mentes humanas são iguais, se tratando de "um modelo de ensino fundamentado na palavra do professor e na exposição didática" (CORDEIRO, 2007, p. 47).

Este é o *ensino tradicional*, que traz a ideia de que o professor era quem dominava o conteúdo e os métodos de ensino, enquanto os alunos eram todos igualmente capazes de compreender o que o mesmo estava "transmitindo", fato que justifica o arranjo das cadeiras dos alunos enfileiradas, voltadas para a frente da sala, onde deveria ficar o "mestre".

Nesse momento da história da educação (meados do século XIX e início do século XX), o ensino e a escola se configuram apenas entre a relação *tradição versus sociedade*: a Educação é pensada como *transmissão de cultura*; a escola tem a missão pública de permitir que as novas gerações levem essa tradição adiante; e o professor tem o papel de *agente de transmissão do patrimônio cultural* para as novas gerações.

Daí em diante, com a Modernidade (processos de industrialização e urbanização – séc. XX), novas concepções irão surgir, criticando o modelo tradicional em busca de "adotar procedimentos e concepções pedagógicas modernas, progressistas, sintonizadas com a rápida mudança da sociedade e no conhecimento científico", influenciada pelo movimento internacional Escola Nova (CORDEIRO, 2007, p. 49). No auge dos movimentos sociais e culturais da década de 1960, surgem novas teorizações que contestavam o pensamento tradicional e colocam em xeque os pressupostos dos arranjos sociais e educacionais, pois o antigo modelo não estava "dando conta" da realidade³.

O centro da atividade escolar, agora, passa a ser o aluno ativo e investigador e não mais o professor e a matéria. A aula e o currículo agora devem ser elaborados de modo

³ Houve um período no Brasil que a escola pública recebia a maioria das crianças em idade escolar, principalmente da classe média. Após a conotação de prosperidade da escola, aumentaram-se as vagas e a grande parcela pobre da população começou a frequentá-la, surgindo assim, a suposta perda de qualidade do ensino, como afirma Cordeiro (2007): "era como se a entrada dos menos favorecidos tivesse imediatamente piorado os resultados do ensino que a escola pública fornecia". Em consequência disso, as classes médias começaram a matricular seus filhos em escolas particulares e a escola pública passou a adotar novos procedimentos administrativos, pois mudara a população escolar.

que o educando participe, porquanto "o que importa é a aprendizagem ativa, por meio da interação direta da criança com os objetos materiais, com as experiências concretas, com a vida e com a produção do conhecimento" (ibid, p. 50). Não há lugares fixos determinados, nem mesmo para o educador. Grandes mesas são ocupadas por vários estudantes que trabalham em equipe e as paredes podem ser coloridas com a exposição de cartazes e trabalhos realizados pelos mesmos. Cabe ao professor, agora, "produzir o progresso da sociedade" diante de uma *pedagogia renovada*.

Durante o Regime Militar, a escola pública perde sua de valorização por parte de diferentes grupos sociais e os saberes escolares passam a se adequar às necessidades do mercado de trabalho. É esse período da história que a escola adota o modelo empresarial – conhecido como *Tecnicismo* – e os professores acabam perdendo certo prestígio, pois

[...] a desvinculação entre rotina e prática é mais acentuada. O professor tornase mero executor de objetos instrucionais, de estratégias de ensino, de avaliação. Acentua-se o formalismo didático através dos planos elaborados segundo normas prefixadas; o aluno deverá ser eficiente (produtivo), saber lidar "cientificamente com os problemas da realidade", em consonância com os objetivos propostos, dando ênfase à produtividade do aluno (ANAYA, 2011, p. 53).

Com o passar dos anos, não conformados ainda com o tradicionalismo que insistia em tratar a mente dos alunos como "tábuas rasas", com a continuação da restrição em se falar sobre problemas sociais, ainda com a continuidade da técnica, por volta dos anos 80 (séc. XX), surgem as Teorias Críticas da Educação que, em consonância com o momento histórico, ampliam as discussões sobre o ensino numa dimensão questionadora, libertadora e emancipatória (CORDEIRO, 2007, p. 53). Suas propostas pedagógicas, portanto, voltam-se para os interesses da maioria da população em tendências conhecidas como *pedagogia libertadora*, que retomou e intensificou o projeto da educação popular dos anos 60, valorizando a experiência e a realidade em que o educador e o educando vivem; e a *pedagogia crítico-social dos conteúdos*, que destaca a escola como sendo um mecanismo de preparação do aluno para o mundo adulto, valorizando a escola pública e o trabalho do professor em um ensino de qualidade para o povo e, especialmente na

importância da escola e dos conhecimentos científicos como auxílios e suportes para a participação do povo nas lutas sociais.

Assim, preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder, essas novas concepções educacionais buscam incorporar ao cotidiano, tanto questões pertinentes à diversidade das formas culturais contemporâneas, como questões de gênero, raça, etnia e sexualidade, além das relações de poder entre as diferentes nações que compõem a herança econômica, política e cultural (CORDEIRO, 2007, p. 54). Os alunos, por sua vez, conquistam o direito de serem considerados *agentes de transformação da sociedade*, cuja comunidade escolar tem o papel de formá-los (ou transformá-los) em jovens críticos e reflexivos, reivindicando ensino público, gratuito, democrático e de qualidade para todos, como assegura Moraes (1998):

Um dos direitos básicos do cidadão é o de ter acesso gratuito a um conjunto de conhecimentos englobados no ensino formal de 1º Grau. E a posse desse conhecimento aparece, cada vez mais, como o qualitativo essencial para a alocação dos indivíduos na sociedade e no mercado. Num sistema democrático espera-se que o conteúdo desse aprendizado apresente um perfil crítico pluralista em que o aluno não apenas receba uma carga adequada de informações factuais e técnicas, mas também todo um instrumental teórico que lhe ajude a interpretar o mundo e a se posicionar em face dos fenômenos [...]" (MORAES apud BARRETO, 1998, p. 165-166).

Nesse sentido, cientes de que encontramos, atualmente, vivenciamos uma escola diferente daquela encontrada no século XX, podemos afirmar que nossos educadores têm estados dispostos a interrelacionar currículo, ensino, instrução e avaliação chegando a um conhecimento educacional organizado e, principalmente, crítico, pelo qual tratamos, ser possível "perceber as situações concretas que são vividas no cotidiano da escola pública brasileira e [de] procurar encontrar, juntos [...] soluções para os problemas que não apelem para ideia de crise nem pela tentativa de resgate das práticas do passado" (CORDEIRO, 2007, p. 59).

Breve esboço histórico da Geografia Escolar brasileira

Estudar e compreender a historicidade das disciplinas escolares, é de extrema importância para que possamos desmistificar o fato de muitas pessoas acharem que elas são estáveis, quando, ao contrário, são produzidas historicamente, já que diferentes conteúdos e metodologias são utilizadas ao longo do tempo, mesmo que sob uma mesma rotulação/denominação.

Dessa forma, entender que ocorreram variações no método e no conteúdo da disciplina nos faz meditar na atual fisionomia e nas especificidades incorporadas mediante às essas modificações, da mesma forma que, segundo Rocha (1998), “o estudo dessas mudanças é uma das tarefas mais primordiais dos pesquisadores interessados em contribuir na construção da história destes construtos sociais”, na medida em que nos preocupamos em “desnaturalizá-las”. Logo, a história da Geografia Escolar, pode ser contada a partir do seguinte questionamento: a quem interessava os conhecimentos geográficos para que eles chegassem a ser ensinados/aprendidos no nosso país? (ROCHA, 1998, p. 4).

Afirmamos, porquanto que, a Geografia Escolar – ou Geografia dos Professores, como coloca Rocha (1998), – se difere da Ciência Geográfica porque ambas se deram em momentos diferentes da história, com objetivos diferentes, assim como a Geografia Universitária.

Diríamos que a “geografia dos professores” é um construto social e histórico, resultante de um processo de seleção realizado a partir de um leque maior de conhecimentos geográficos produzidos e disponíveis. [...] sua existência é contemporânea ao surgimento do próprio sistema público escolar. Assim, podemos afirmar que suas origens são anteriores ao surgimento da geografia científica, apesar de, posteriormente, de ela ter sofrido influência. A “geografia dos (as) professores (as)” nunca foi a geografia acadêmica [...], apesar de ter seguido a “passos curtos” a trajetória desta última” (ROCHA, 1998, p.10).

A crônica sobre a Geografia Escolar, de uma forma geral, inicia-se, efetivamente, bem antes do seu reconhecimento como Ciência, quando a Geografia era ensinada nas

escolas pelo seu valor patriótico (século XIX europeu), porque era útil à classe dominante da Alemanha, como forma de incentivar o respeito e à dedicação à pátria, e assim, formar soldados capazes de defendê-la. Chegou às universidades anos depois com o intuito de formar professores que pudessem lecioná-la nas escolas europeias. Institucionaliza-se como Ciência em 1870.

No Brasil, o ensino de Geografia iniciou-se apenas após a década de 30 (século XIX), também com o sentimento “patriótico”, mas em menores proporções. Antes disso, presenciamos a Educação Jesuíta e a Educação Imperial voltada para a classe dominante brasileira que diferenciava o ensino entre classes, momento em que se tornou uma matéria específica – ano de 1831 – e pôde ser cobrada em provas de seleção para Cursos Superiores de Direito, porquanto era considerada essencial na formação dos bacharéis, futuros intelectuais e administradores do país, passando a ser estudada em “aulas preparatórias”. A partir de 1837, começa a fazer parte do Programa do Colégio Pedro II no Estado do Rio de Janeiro e vira matéria obrigatória até os dias atuais (MELO e VLACH, 2012, p.2685).

Tendo em vista os conteúdos decorativos dos primeiros livros didáticos⁴ brasileiros, o professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho trouxe à discussão uma Geografia Moderna Explicativa e Científica, ainda quando ensinava no Imperial Colégio Pedro II, cujo objetivo era trabalhar com conteúdos explicativos, diferentes dos conteúdos de caráter descritivo, que prezavam pelo aprendizado através da memorização, como se via no ensino enciclopédico e mnemônico da época. Delgado de Carvalho é visto como um dos precursores da Geografia Moderna no país, uma vez que, se contrapõe à Geografia dita “Tradicional” que continuou quase inalterada até 1930, ano que presenciamos mais um avanço na sistematização da Geografia Escolar, agora contando com as Universidades.

⁴ O primeiro livro didático de Geografia do Brasil foi lançado em 1817 pelo padre Manoel Aires de Casal intitulado “Corografia Brasília”.

É com a criação das faculdades de “História e Geografia”, nesse mesmo ano, que temos a abertura da fase acadêmica da disciplina em Universidades distribuídas pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador. O intuito era desenvolver a Ciência Geográfica, com a ajuda dos franceses, para formar professores para a escola básica e, ao mesmo tempo, ajudar a produzir pesquisas que fossem úteis ao Estado⁵: nasce aqui a diferenciação dentre licenciados e bacharéis em Geografia⁶.

A começar dos anos 70, avançando às décadas de 80 e 90, começaram/recomeçaram a surgir novas cogitações a respeito do ensino de Geografia e suas particularidades, efervescidas pelas novas discussões que trazia a Geografia Radical americana, pela qual podia-se perceber nitidamente o uso de duas Geografias com fins específicos: a “Geografia das Universidades”, científica, e a “Geografia das Escolas”, mnemônica. Logo, este aspecto começou a incomodar aos professores de Geografia do Ensino Fundamental e Médio à proporção em que se habilitavam com uma visão mais ampla desta disciplina (MELO e VLACH, 2012, p.2689) e foi ganhando adeptos que se inquietavam com a tradicionalidade da Ciência Geográfica e do ensino da Geografia concordando uns com os outros em seus argumentos quanto à necessidade de superação dos métodos positivistas utilizados em sala de aula e uma nova revalorização da Geografia Escolar pelo espaço universitário. Surgem, pois, as discussões sobre a influência das correntes do pensamento geográfico ao conteúdo escolar e às metodologias de ensino trazidas à luz das raízes teóricas que embasaram a disciplina.

De fato, os intensos embates entre os que defendiam o ensino clássico da Geografia e os que defendiam sua renovação, não fizeram com que houvesse, evidentemente, uma simples substituição de uma orientação clássica por uma orientação moderna de Geografia Escolar, até mesmo porque suas origens são bem anteriores ao aparecimento da Geografia Científica, apesar de, posteriormente, ter sofrido influência desta (ROCHA, 2015, p. 5).

⁵ Nesse mesmo período surge o IBGE como uma das exigências da União Geográfica Internacional.

⁶ Enquanto os licenciados produziam monografias sobre todo o território nacional, os cursos técnicos em Geografia (bacharelado) formavam geógrafos para trabalhar no IBGE a fim de se produzir estudos sobre o território brasileiro, quantificando-os, fato influenciado pela corrente Teorética da Geografia.

O que aconteceu com a Geografia Escolar brasileira foi o fato de terem aparecido duas orientações que nortearam sua trajetória – sua orientação clássica e sua tradição moderna –, pelas quais não foi possível avançar teóricometodologicamente, e sim, abrir espaço para um longo processo de conflitos (ROCHA, 1998, p. 4). Ambas penetraram o espaço escolar, ora entrando-se em choque, ora complementando-se.

O que temos a contar sobre as experiências vivenciadas no Estágio Curricular Supervisionado em Geografia?

Como já dissemos, o Estágio Supervisionado é o momento da experiência e da reflexão da experiência mediante às situações presenciadas na escola na medida que este é visto como campo de pesquisa. Logo, nessa perspectiva, torna-se imprescindível ao professor em formação levar consigo uma ação analítica sobre os espaços onde este irá inserir-se, do mesmo modo que utiliza das experiências vivenciadas para melhor compreender qual o papel da Geografia no ensino. Cada escola, assim como cada sala de aula, por sua vez, possui suas complexidades e cabe à nós, futuros docentes, perceber que

[...] a pesquisa é componente essencial das práticas de estágio, apontando novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, inclusive para professores formadores, que são convocados a rever suas certezas, suas concepções do ensinar e do aprender e seus modos de compreender, de analisar, de interpretar fenômenos percebidos nas atividades de estágio (PIMENTA, 2012, p. 114).

Assim, a observação como parte da pesquisa no estágio, nos autoriza a discorrer sobre fatos que aconteceram em nosso campo de atuação, na condição de estagiários investigativos.

É sabido que a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais e pedagógicas e, por isso, tentamos registrar todos os fatos que observamos

com a ajuda do *Jornal de Pesquisa*⁷. O JP ou *Diário de Pesquisa* é uma ferramenta pedagógica escrita utilizada para descrever fatos do cotidiano com a finalidade de registrar o próprio processo formativo do autor (BARBOSA, 2010). É um método de captação e assimilação de dados e/ou fatos que consiste em anotações – mesmo que pessoais – em um diário, caderno, caderneta, entre outros, instrumentos didáticos. Serão expostos aqui os relatos dos dois primeiros encontros para a observação da turma de 7º Ano da escola escolhida para o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II, a saber:

Encontro nº1

O nosso primeiro encontro ocorrido em oito de maio do corrente ano iniciou-se com a apresentação da minha pessoa, pela professora titular, à classe. Todavia, todos os alunos permaneceram calados, sem qualquer demonstração de boas-vindas.

Em seguida, pronunciei-me informando que naquele momento iria apenas observa-los e, após ser anunciada, a professora titular inicia a aula recapitulando o que foi dito na aula anterior.

O assunto abordado na aula referia-se aos movimentos migratórios. Contudo, embora todos os alunos estivessem com seus livros didáticos de Geografia, poucos eram os que acompanhavam as leituras nos mesmos. Isso porque, ao meu ver, a metodologia restrita apenas à leitura do capítulo do livro, não estimulava a participação das crianças na aula.

Alguns alunos apresentavam-se desatentos, demonstrando sono, conversando paralelamente. Era preciso chamar a atenção dos mesmos constantemente.

Após a exposição do conteúdo descrito no livro, a professora pede para que a classe marque de lápis grafite as partes mais importantes do capítulo.

A aula encerra-se com pouco diálogo, pouca participação dos alunos em um “estilo bem tradicional”. O quadro branco pouco é utilizado e não são sugeridas outras fontes de pesquisas.

É proposta uma atividade para fixação do conteúdo que também se limita ao livro didático.

Em se tratando ao ambiente (físico) da sala de aula, o espaço mostrou-se tranquilo, sem interrupções durante a aula de agentes externos [...].

Em suma, percebemos um ambiente comum às salas de aula tradicionais onde as “carteiras” estão enfileiradas e a frente deve estar o professor expondo o conteúdo conforme está descrito no livro de didático escolhido pela escola.

Poucos participam (um aluno participa da leitura do texto e outro pergunta a diferença entre emigração e imigração). O tempo reservado para estas aulas de geografia ao 7º Ano da Escola⁸ [...] finaliza-se com pouca fixação do conteúdo exposto, bem como raros estímulos à pesquisa.

Encontro nº2

Iniciamos nosso segundo encontro em 10/05/18 às 8:20 a.m.

⁷ Esse método de captação e assimilação de dados e/ou fatos observados foi sugerido pelo professor Me. David Luiz Rodrigues de Almeida durante a ministração da disciplina Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II, no período 2018.1 da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras.

⁸ Preservamos, neste recorte do texto original, o nome da Escola em que foi realizado o Estágio Supervisionado.

Nesse dia, os alunos organizam-se em fileiras, como e de costume, enquanto a professora pede que estes abram os cadernos na atividade proposta na aula anterior para corrigi-la. A correção dá-se através da leitura das 5 questões trazidas pelo autor do livro didático e a escolha aleatória de alguns alunos para lerem suas respostas. Poucos são os que aceitam a proposição.

Em sequência, o acústico de seu celular inquieta aos alunos, os quais resolvem se movimentar na sala de aula enquanto a professora atende à ligação. A mesma esquecera de desligar ou mesmo deixar o aparelho em modo silencioso. Os estudantes dispersam-se durante a aula sendo necessário que a professora titular alegasse que o exercício serviria para estudar a prova que ocorreria na semana seguinte, fato que os preocupou em copiar as respostas escritas no quadro branco, conforme transcrito no manual do professor.

Assim, de um modo geral, a aula não pareceu muito proveitosa pois os alunos preocupavam-se em transcrever as respostas do autor do livro escritas no quadro pela professora para eles pudessem decorar na possibilidade de alguma daquelas questões serem “cobradas na prova”.

A partir destas descrições das aulas de Geografia observadas durante o Estágio Supervisionado em uma determinada escola, percebemos a aplicação de uma metodologia meramente expositiva e nada dialógica. No entanto, nosso intuito não é criticar as práticas pedagógicas do professor A ou B até porque, segundo Melo (2007, p. 96) “aulas centradas no professor, com alunos submetidos à recepção passiva de suas palavras, são comuns em nosso sistema de ensino” onde o mesmo professor faz com que os alunos se dispersem. Todavia, o problema é que quando:

Consideradas de abordagem tradicional de ensino, essas aulas, além de não serem adequadas aos objetivos da educação formal, bloqueando as habilidades reflexiva e investigativa, são formas institucionalizadas de aniquilamento de criatividade, motivação e autonomia do aluno (MELO, 2007, p. 96)

Ou seja, não despertam nenhum interesse em aprender nos educandos porque o método “professor-falante, aluno-ouvinte” deixa brechas quanto à apreensão do conhecimento. Não vemos, por outro lado, estímulos às discussões sobre as temáticas abordadas, tampouco trabalhos realizados em parceria com os alunos. O que percebemos é que a reação às aulas de Geografia, nessa turma, torna-se reflexo através das ações do próprio professor.

Destarte, após analisarmos tudo o que foi discorrido em nosso trabalho até aqui, constatamos que, por razões de ordem política e cultural, a renovação na área educacional brasileira tardou, e quando finalmente aconteceu, trouxe consigo problemas e dificuldades, para todas as ciências, inclusive à Geografia. Nesse sentido, cabe a nós

fazermos algumas considerações sobre possíveis pressupostos que indicam a permanência de práticas pedagógicas convencionais no ensino dessa disciplina, as quais acabam por se contraporem ao novo – como ações corriqueiras – e consolidam uma das principais dificuldades no ensino da Geografia: fazer o aluno entender “seu lugar no mundo”. Um problema, inclusive, que perpassa a educação brasileira em geral, a sociedade, a escola e a formação docente.

Em um determinado momento da história vimos, então, a escola pública brasileira servir às elites pois até antes dos anos 70, esta recebia a maioria das crianças em idade escolar, principalmente da classe média. Entretanto, após a conotação de prosperidade da escola, aumentaram-se as vagas e a grande parcela pobre da população começou a frequentá-la, surgindo assim, a suposta perda de qualidade do ensino, como afirma Cordeiro (2007): "era como se a entrada dos menos favorecidos tivesse imediatamente piorado os resultados do ensino que a escola pública fornecia". É a partir daí que acompanhamos a migração da classe média para as escolas particulares e, conseqüentemente, a invocação do modelo educacional francês pelas elites/autoridades políticas brasileiras para dar organização a nossa educação como um todo, e ao ensino da Geografia, em particular (ROCHA, 1998, p. 11). A Geografia Escolar vai ganhar um papel de importância no Brasil quando passa a ser resultante de uma seleção intencional realizada pelos detentores do poder de Estado, onde alguns conhecimentos ditos “geográficos” eram legitimados apenas àqueles que “contribuísem para a consolidação da visão de mundo das elites dominantes (ROCHA, 1998, p. 10). Os filhos de nossas elites deveriam ter acesso à essa “educação internacional” para que estivessem “conectados com o mundo civilizado”.

Assim, instalou-se uma Geografia Escolar onde

[...] inúmeros mecanismos foram sendo utilizados para tentar tornar a “geografia oficial” em algo “natural”, “único” e “verdadeiro”. Um dos principais foi a instauração de um processo de tradição seletiva, responsável pela construção da ideia de que só existe um modelo de geografia escolar (ROCHA, 1998, p.10).

E, ainda segundo Rocha (1998) a consequência da permanência desse pensamento é, justamente, a dificuldade que temos de eliminarmos a “Geografia Tradicional” de nossas salas de aula. Foi partindo da influência francesa na Educação do Brasil que passamos a absorver uma cultura escolar que pouco analisa os efeitos das aulas tradicionais sobre os alunos e que tornou as aulas expositivas quase como um vício, optando-se por uma didática alienante, cansativa, enfadonha, monótona e mnemônica, que não contribui em nada para a formação do cidadão pensante, crítico, responsável e participativo (MELO, 2007, p. 99). Não há, portanto, motivação nenhuma por parte dos alunos. Falta-lhes interesse, e então, conhecer o verdadeiro papel da Geografia nas suas vidas.

Outro problema que também percebemos desde a institucionalização da Geografia na Academia (após 1930), é o distanciamento entre os cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia com a Escola Básica, pois o que era visto nas universidades não se aplicava à realidade devido às intenções do Estado, pois, segundo Vlach (2002, p. 6) “[...] quando iniciamos o processo de alfabetização das massas populares, os governantes do Estados desenvolvidos estavam disseminando a especialização técnica em suas camadas populares” e o objetivo era formar técnicos e especialistas que trabalhassem pelo progresso do Estado brasileiro. A finalidade da Geografia em fortalecer o nacionalismo e o patriotismo era apenas um interesse das elites brasileiras em se integrar à Modernidade que, além de tecnologia, necessitava de mão-de-obra. Era um meio de usar a Geografia para inserir o país em uma sociedade capitalista e moderna como afirma Vlach (2002, p. 4):

Ao se difundir pelo mundo, a ideia de Estado-nação também disseminou os valores da sociedade que a engendrou, tais como a disciplina do (e no) trabalho, uma vez que esse era entendido como o atributo mais nobre do homem (da sociedade) industrial. E a escola pública se tornou o “porta-voz” dos valores da modernidade. [...]. Tanto assim que, para acompanhar os novos interesses da sociedade capitalista no início do século XX, que reclamava um preparo melhor da população empregada nos setores produtivos, a escola foi além da alfabetização: diversificou-se via especialização técnica por ramos de atividade econômica, e forneceu a mão de obra especializada [...].

Evidentemente que conseguimos conciliar alfabetização com especialização técnica, mesmo que ainda continuemos com uma Geografia Escolar descontextualizada e os respectivos cursos de formação de professores apresentando deficiência, como reforça Kaercher (2007, p.2):

Parece que a formação inicial do licenciado em Geografia tem trabalhado numa lógica demasiadamente conteudista e dicotômica (primeiro, nos departamentos de Geografia, o conteúdo da Geografia, depois na Faculdade de Educação, os conteúdos para se transformar em professor).

É certo que a Geografia Escolar ganhou autonomia em relação à Geografia Científica, porém, perante aos movimentos de renovação, elas não se contrapõem e acabam por entrarem em confluência quando se optou por uma Geografia Crítica que contemplasse os problemas sociais (década e 70 e 80). No Brasil, alguns professores chegaram à conclusão de que era preciso renovar também o ensino da velha Geografia Clássica em busca de uma Geografia Escolar que desenvolvesse nos educandos o desejo de aprender, não só a beleza e a complexidade da Geografia, mas sobretudo, a partir dela, pensarem a beleza, a miséria e a complexidade da nossa existência (KAERCHER, 2007, p. 4). Assim, viu-se durante essa “troca de experiências”, mediante aos novos pensamentos de renovação, as inquietações e as reivindicações por parte dos professores por mais espaços de diálogos sobre a educação, a questão da formação docente e a pesquisa voltada para o ensino da Geografia.

Dessa forma, numa perspectiva crítica e atualizada da Geografia, pensou-se na concretização de um ensino geográfico inovador capaz de mostrar a integração incessante que há entre a natureza e a sociedade e o nosso lugar enquanto sujeitos atuantes e modificadores dessa sociedade. É o que propõe, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (1998, p. 29) nessa nova fase da Educação brasileira que se iniciava próximo ao século XXI: um ensino geográfico que tenha “como objetivo mostrar ao aluno que cidadania também é o sentimento de pertencer a uma realidade em que as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado [...] do qual se sinta membro participante, afetivamente ligado, responsável [...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos, dentro de um perfil analítico que, por mais que tenham ocorrido mudanças e variações nas tendências pedagógicas e na história da Geografia Escolar no Brasil, ainda permeia entre nós práticas, métodos e trabalhos culturalmente usuais, frutos de uma Geografia Clássica enciclopédica e de uma tendência pedagógica que não via o aluno como sujeito capaz de produzir seu próprio conhecimento. Averiguamos também que, concomitantemente, temos presenciado nas experiências proporcionadas pelo Estágio Supervisionado, a permanência de aulas tediosas, sem nenhum sentido ao cotidiano do aluno, onde o livro didático parece ser o único e suficiente recurso, quase “como uma boia salva-vidas”.

Assim, como já mencionado, nosso trabalho não pretende ditar formas de como ensinar Geografia, mas trazer à tona aqueles questionamentos ao seu ensino que eclodiram à luz do movimento de renovação da ciência geográfica. O que nos preocupa é que a Geografia como Ciência conseguiu avançar epistemologicamente mediante aos novos parâmetros exigidos pela Modernidade, porém o ensino da geografia não conseguiu tal efeito.

Em contrapartida, podemos até esse momento estarmos nos questionando sobre o porquê da permanência desse padrão clássico em nossas salas de aula à medida que nos aprofundamos em nosso estudo, contudo, conseguimos claro que os modelos tradicionais e conteudistas são práticas históricas que acompanharam todo o caminho da Geografia Escolar brasileira, mesmo após às críticas ao seu caráter clássico que se iniciaram na década de 70 ou até mesmo antes disso.

Do mesmo modo, encontramos também bem conservada a dicotomia entre Geografia Universitária e Geografia Escolar onde a primeira não se articula com a segunda frente às necessidades dos alunos do ensino fundamental e médio, fato agravante quando nos pomos a refletir sobre qual a Geografia que queremos atualmente.

Diante disso, somos capazes de concluir que conseguimos chegar aos objetivos pretendidos por esta discussão ao mesmo tempo que concordamos com Kaercher (2007)

quando este faz analogia à Geografia como um “pastel de vento: uma aparência externa agradável, mas de conteúdo dispersivo e de reflexão superficial”. Para ele, mesmo que tenhamos chegado a uma Geografia Crítica, renovar nossas práticas escolares e fazer os alunos pensarem seu próprio espaço parece um futuro distante, porque, ao nosso ver, continuamos presos ao passado. Trazer a criticidade para a Escola e superar metodologias ultrapassadas, pois, segundo o autor, pode assemelhar-se a uma linda utopia.

REFERÊNCIAS

- ANAYA, Viviani. Formação de educadores e práxis docente: um olhar a partir do campo curricular e das tendências pedagógicas. In: TEIXEIRA, Céelia Regina. SCHWANTES, Rosileny Alves dos Santos. *Organização do Trabalho pedagógico: múltiplos olhares*. – São Leopoldo: Oikos, 2011.
- BARBOSA, Joaquim Gonçalves. *O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo* – Brasília: Liberlivro, 2010.
- CORDEIRO, Jaime. **Didática**. – 1ª ed. – São Paulo: Contexto, 2007.
- KAERCHER, Nestor André. *Quando a Geografia Crítica é um pastel de vento e nós, seus professores, Midas*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/nestor.htm>. Acesso em: 08/11/2018.
- MELO, Adriany de Ávila. VLACH, Vânia Rúbia. *Uma introdução a história da Geografia Escolar Brasileira*, 2012. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Ensenanzadelageografia/Investigacionydesarrolloeducativo/08.pdf>. Acesso em: 08/11/2018.
- MELO, Fabiano Antonio de. Aulas tediosas, alunos alienados. In: PASSINI [et. al.]. *Prática de Ensino de geografia e Estágio Supervisionado*. São Paulo: Contexto, 2007, p.94-100.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. *Parâmetros Curriculares Nacionais - 5ª a 8ª série: Geografia*. Nova Escola: a Revista do Professor. Edição especial, p. 4 – 24,1998.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. Geografia e Ideologia nos Currículos do 1º Grau. In: *Os Currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras/Organização:*

Elba Siqueira de Sá Barreto. Campinas, SP: Autores Associado; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

Geografia: pequena história crítica. – 21ª ed. – São Paulo: Annablume, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. – 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro*, 2015. Disponível em:
<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Ensenanzadelageografia/Desempenoprofesional/824.pdf>. Acesso em: 07/11/2018.

_____. *Geografia no Currículo Escolar Brasileiro*. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente, Dez - nº 12, Vol. II, 1998. Disponível em:
http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/12genyltonodilonregodarocha_geografianocurriculoescolar.pdf. Acesso em: 07/11/2018.

VALE, J. M. F.; MAGNONI, M. G. M. *Ensino de Geografia, Desafios e Sugestões para a prática educativa escolar*. Revista Ciência Geográfica – Bauru/SP- XVI. Vol. XVI. Janeiro/Dezembro, 2012. Disponível em:
http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvi1_versao_internet/AGB_abr2012_12.pdf. Acesso em: 24/10/2018.

VLACH, Vânia Rubia Farias. *Ensino de geografia no início do século XXI: desafios e perspectivas*. Instituto de Geografia, UFU – Uberlândia/MG, 2002. Disponível em:
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Teoriaymetodo/Teoricos/04.pdf>. Acesso em: 26/10/18.

OS DESAFIOS DE ESTUDANTES E PREFEITURA COM O TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO DE UMARI-CE

Maria Rodrigues Monteiro Duarte¹

maryaufcg@gmail.com

Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia – CFP/UFCG

Maria Betânia Alexandre de Barros²

betaniaibcumari@hotmail.com

Graduada no curso de Licenciatura em Geografia- CFP/UFCG

Cosmo Torquato de Andrade³

cosmotorquatoandrade@gmail.com

Graduando do curso de Licenciatura em Geografia- CFP/UFCG

Dra. Alexandra Bezerra da Rocha

alexandrarochoa2@hotmail.com

Professora Orientadora

RESUMO

O presente artigo trata-se de relatar sobre o deslocamento de estudantes da cidade de Umari até o município de Cajazeiras no vizinho Estado da Paraíba, que fica a 62 km de distância (atual percurso), o objetivo deste trabalho é analisar até que ponto esse deslocamento interfere no rendimento escolar dos alunos, uma vez que os mesmos fazem um percurso de 13 km por estradas vicinais em condições não favoráveis. A metodologia envolveu observação direta, aplicação de questionários que aborda questões sobre como o trajeto poderá vir a influenciar no cotidiano e desempenho acadêmico destas pessoas, dentre outras. Devido às condições das estradas e do transporte, foi também utilizado aplicativo de celular para traçar o trajeto em GPS, estudo de campo para analisar e fotografar as condições das estradas, e ainda, observações e fotografias do atual transporte. Os resultados encontrados foram os seguintes: alunos que não faltaram nenhum dia de aula viajaram uma distância de 11.904 km somando-se ida e volta, isso implica dizer que os mesmos percorreram 240 horas no geral durante o período de 2018.1 do Centro de Formação de Professores-CFP (utilizado como base para a somatória).

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS

ISSN 2446-6840

CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

Portanto, considerando-se estes números, é perceptível o quão este trajeto poderá influenciar de forma ativa no desempenho destes acadêmicos.

Palavras – chave: Trajeto; desempenho; obstáculos; transporte universitário.

Introdução

A situação atual, tanto das estradas quanto das condições do veículo poderá vir a influenciar na má formação de profissionais qualificados, ou até mesmo diminuir o número de pessoas deste município dispostas a encarar esse movimento pendular em péssimas condições, tendo em vista o seu desempenho em sala de aula, conseqüentemente a desempenho destes jovens será afetado.

Partindo do ponto de vista socioeconômico, esta problemática pode acarretar em um aumento no número de jovens brasileiros que saem do ensino médio direto para o mercado de trabalho e não buscam uma formação que melhor lhes qualifique como profissional, já que, a renda familiar na maioria das famílias da pequena cidade do interior cearense, é de até um salário mínimo, isto implica dizer que uma grande parcela dos estudantes não teriam condições financeiras de arcar com as despesas de um transporte privado que lhes oferecessem mais conforto ou até mesmo de um aluguel de imóvel próximo a instituição que estuda, evitando assim submeter-se ao percurso diário.

Durante o presente estudo pesquisou-se ainda sobre a lei que permite o uso deste tipo de transporte (ônibus escolar amarelo), para transportar alunos que não sejam da rede municipal de ensino. Segundo a Lei nº 12.816 de 05 de junho de 2013 entende-se que:

Os municípios estão autorizados a utilizar o transporte escolar municipal por estudantes universitários. Conforme o Art.5º parágrafo único. Desde que não haja prejuízo às finalidades do apoio concedido pela União, os veículos, além do uso na área rural, poderão ser utilizados para o transporte de estudantes da zona urbana e da educação superior, conforme regulamentação a ser expedida pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. (DIÁRIO DE ARARUNA, 2013).

De acordo com a lei mencionada acima, o transporte que antes era destinado apenas para zonas rurais transportando alunos de escolas fundamentais, nos dias atuais já são liberados pelos gestores municipais para transportar alunos das redes estaduais e federais do País, contanto que não haja nenhum tipo de prejuízo com as finalidades do apoio concedido. A rota do transporte universitário de Umari foi modificada desde Fevereiro de 2018, Segundo informações colhidas (SIC) devido problemas com questões como as condições atual do veículo como: portas quebradas, documentação atrasada, número de assentos inferior a quantidade de passageiros, tendo em vista que há um posto fiscal da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na Rodovia 230, o que acarretaria em multas para o município caso venha a ser revistado. O transporte faz a rota através de atalho por uma estrada vicinal de terra. O atual percurso dura em média a mesma distância se fosse pela rota antiga, que era pela BR 116, Rodovia 230, porém torna-se bastante desconfortável, uma vez são percorridos alguns quilômetros de estradas em condições desfavoráveis, tanto no que se diz respeito ao conforto dos passageiros e motorista como também para o uso do ônibus, que se encontra em más condições, o que ocasiona um gasto maior para a prefeitura com aquisição de peças e manutenções.

Justificativa

Indubitavelmente, assim como os universitários de Umari- CE, muitos outros jovens de vários municípios brasileiros enfrentam uma série de dificuldades diárias em relação ao percurso realizado de suas residências até uma instituição de ensino em busca de qualificação profissional em outras cidades que lhes oferecem melhores condições em relação à educação, como por exemplo, a cidade de Cajazeiras-PB, a mesma é tida como um polo da educação na região, recebendo maior parte dos estudantes de três estados vizinhos, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, além de alguns outros estados do Nordeste. Portanto, esta temática tem bastante relevância social, necessitando ser retratada e exposta para as autoridades responsáveis pela educação tanto do município supracitado quanto de outros municípios do País.

Objetivos

O objetivo principal deste trabalho consiste em analisar até que ponto o deslocamento de uma cidade para outra interfere no rendimento escolar dos alunos, bem como na conservação do transporte, uma vez que, o mesmo faz mais de um trajeto por dia, já que é utilizado também para transportar alunos da rede municipal. Buscaremos através deste trabalho, incentivar a procura por melhorias no que se refere à adesão de novos transportes para o município, tendo em vista que o atual transporte não dispõe assentos suficientes para a quantidade de alunos que necessitam deslocar-se até suas instituições, esse fator influência na rota, pois, é um dos problemas que antepara à prefeitura de liberar o ônibus pelo caminho da BR 116, Rodovia 230, onde há fiscalização.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida no ano de 2018 no município de Umari, situado no Estado do Ceará, onde foi analisado o trajeto percorrido por um grupo de universitários, atenuando para as condições de transporte e estradas. Inicialmente procedeu-se um estudo das questões no âmbito das estradas não pavimentadas. Posteriormente coube averiguar sobre como esta problemática tende a influenciar no desempenho acadêmico destes alunos e como os mesmos encaram esta realidade, através da observação e aplicação de questionários para estes. Em seguida buscaram-se os motivos pelos quais o transporte encontra-se impossibilitado de trafegar pelo caminho mais acessível. Para adquirir as informações necessárias, a pesquisa foi dividida em algumas etapas, sendo estas:

- **Etapa 1. Estudo em campo:**

A visita à estrada foi feita no dia 14/07/2018, as observações foram feitas nos primeiros 13 quilômetros do percurso, que corresponde à via não asfaltada. Não foram possíveis fotos das piores condições do caminho tendo em vista que logo após o período

de maiores índices de chuvas (última quinzena de maio), as estradas são refeitas com o auxílio de moto niveladoras, ocasionando assim, os problemas como a presença de erosões pluviais, atoleiros e etc.

De maneira geral, os procedimentos de campo foram feitos da seguinte maneira: tráfego lento pela a estrada observando e fotografando regiões em que ocorrem maiores problemas no período chuvoso e atualmente. Foi feito ainda o georreferenciamento destes locais, através de um aplicativo de celular *c7 GPS Dados*. No quadro 1, mostrará alguns problemas observados e suas respectivas localizações. Foram capturadas fotografias destes locais com problemas e do transporte através de um aparelho de celular J5 Primer.

Quadro 1: Coordenadas dos pontos com os principais problemas no percurso

Problema	Latitude	Longitude
Deslizamentos	6° 40' 10"	38° 41' 47"
Corrugações das estradas	6° 42' 2"	38° 38' 14"
Atoleiro	6° 39' 42"	38° 42' 1"
Alagamento	6° 39' 18"	38° 42' 9"

Fonte: Autores, 2018.

Na figura 1, é possível observar a presença de solo vermelho, o que indica deslizamentos nos períodos chuvosos, podendo vir a causar danos aos veículos e até mesmo acidentes.

Figura 1: Condições da estrada no município de Umari.



Fonte: DUARTE, M.R.M,2018.

Na figura 2, é notável a presença de corrugações, conhecidas comumente como (*costelas de vaca*), são irregularidades presentes principalmente em estradas não pavimentadas. Durante boa parte do trajeto é encontrado este tipo de problema técnico, um dos que mais acarreta desgaste do transporte, perda de controle dos veículos pelos motoristas e ainda desconforto nos passageiros.

Figura 2: Condições das estradas no município de Santa Helena



Fonte: DUARTE, M.R.M, 2018.

A figura 3 é caracterizada por atoleiros que impossibilitam carros maiores de trafegarem pelo local quando ocorrem chuvas mais intensas.

Figura 3: Condições da estrada no município de Umari.



Fonte: DUARTE, M.R.M, 2018.

Na figura 4, constatou-se a existência de uma passagem molhada. É uma área de sangrias de açudes de toda a região do município de Umari. Mesmo com a ponte de concreto, nas épocas de grandes enchentes este local torna-se vulnerável no que se diz respeito à passagem de carros mais pesado, devido ao risco de desmoronamento.

Figura 4: Condições da estrada no município de Umari.



Fonte: DUARTE, M.R.M, 2018.

A figura 5 mostra o interior do veículo, é possível observar que os bancos não são os originais do modelo, no início do ano foram revestidos, pois se encontravam apenas em ferros, os estofados foram destruídos quase totalmente por alunos que antes utilizavam o veículo.

Figura 5: Interior do transporte universitário.



Fonte: DUARTE, M.R.M, 2018.

Na figura 6 é notável a presença de um cadeado e uma corrente na porta, a mesma encontra-se quebrada e não trava automaticamente, sendo necessário o uso do cadeado para manter o veículo fechado. Nota-se ainda que parte do vidro da primeira janela está quebrado.

Figura 6: Transporte universitário - visão externa da lateral direita.



Fonte: DUARTE, M.R.M, 2018. Nota: As fotografias foram tiradas pela manhã, horário diferente do deslocamento feito pelos alunos, em que a visibilidade é muito ruim, vale ressaltar também que não era época de chuvas intensas, por tanto os problemas são ainda maiores quando comparados com os vistos nas imagens.

• **Etapa2: coleta de dados com os alunos**

Aplicação de questionário com a finalidade de averiguar como estes alunos se sentem em relação a um trajeto com tais dificuldades. As questões foram aplicadas dentro do próprio transporte durante o horário do trajeto, foram questionados pelo menos 20% destes estudantes.

• **Etapa 3: coleta de dados com sobre o veículo**

Foi aplicado um questionário na secretaria de educação do município, devido na cidade não haver secretaria de transporte e conseqüentemente um secretário que auxiliasse a pesquisa. O intuito das questões foram buscar informações gerais relacionadas ao transporte.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se por rendimento escolar o conhecimento adquirido pelos alunos nas várias disciplinas que lhes são ministradas (COSTA, 1990). No que se refere ao aprendizado dos universitários de Umari em sala de aula, é notável o desfoque e um rendimento menor devido os obstáculos encarados diariamente no percurso até instituições destes levando em consideração o cansaço e indisposição como fatores contribuintes. Segundo (ELHART et.al 1983 apud MUSSI,1996) o conforto está relacionado com a sensação de bem estar mental e físico.

Por sua vez, MUSSI, (1996) acredita que o conforto é o estado de comodidade e bemestar em que a pessoa está à vontade consigo mesma e com o seu ambiente. Muito se sabe que no ambiente acadêmico é necessária uma concentração maior para obter tais conhecimentos. Com tudo se o aluno estar desconfortável tanto mentalmente quanto fisicamente influencia muito no seu aprendizado.

De acordo com (EBTU,1988) a taxa de ocupação do veículo, é a característica mais importante do usuário constituindo-se num parâmetro mensuração para avaliar o nível de conforto. Este parâmetro reflete no nível de lotação do veículo, conseqüentemente o nível de satisfação destes usuários, o qual é também influenciado pela extensão do deslocamento. Um trajeto longo em que o usuário encontra-se em pé ou até mesmo acomodado na escadaria do ônibus traz um enorme desconforto. (EGAMI et al, 2006) relatam que, além dos alunos enfrentarem grandes distâncias para chegarem às instituições, esse trajeto é realizado na maioria das vezes, em veículos que não oferecem a menor condição de transporte, colocando em risco a segurança dos estudantes.

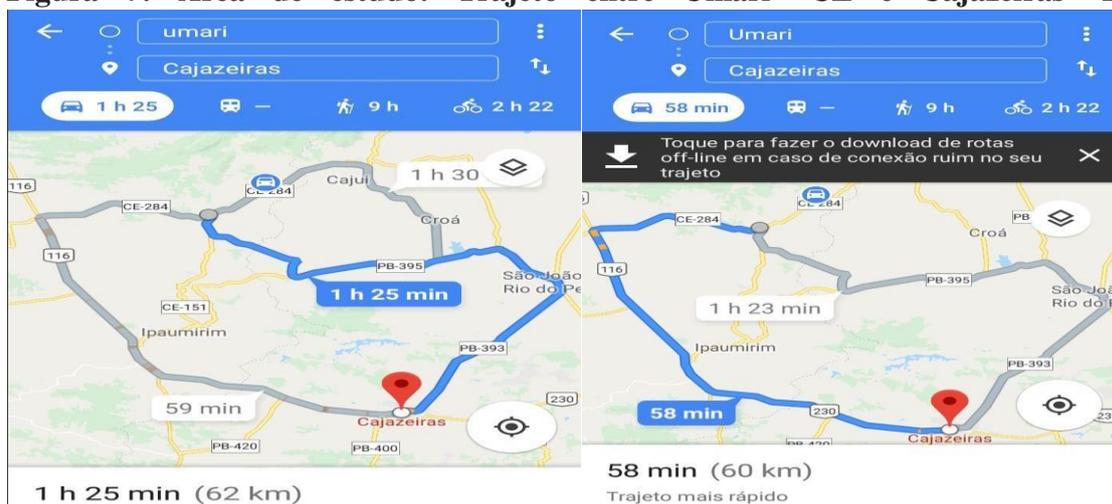
RESULTADOS

Caracterização do município de Umari e do trajeto

A cidade de Umari fica situada na região centro-sul cearense, na Latitude: 06° 38' 52"S Longitude: 38° 42' 00" W, Altitude: 272m tem uma extensão territorial de 265,6

Km². Com base no google maps, Umari fica a 408 km da capital Fortaleza e a 60 km de cajazeiras-PB, no que se refere ao melhor percurso, via BR-116 e Rodovia 230 que liga os estados do Ceará e Paraíba, este trajeto dura em média 58 minutos. Com tudo, o trajeto em questão dura 1 hora e 25 minutos e tem 62 km de distância, como nos mostra a figura 7.

Figura 7: Área de estudo: Trajeto entre Umari- CE e Cajazeiras- PB.



Fonte: DUARTE, M.R.M,2018 (Produzida com o google maps).

• O trajeto

O trajeto é iniciado na Cidade de Umari, mais precisamente na praça central, o horário de saída é pontualmente as 17h00min, percorre os 13 km em estradas vicinais em condições desfavoráveis, até chegar à cidade de Santa-Helena-PB por volta das 17h30min, em seguida o trajeto é feito por estrada pavimentada, passa por Pilões (município de Triunfo-PB) e em seguida, pela cidade de São João do Rio do Peixe-PB.

Por volta das 18h25min o transporte chega ao seu destino, a Cidade de Cajazeiras-PB. Devido o percurso dentro da cidade, para deixar os alunos em suas respectivas instituições de ensino, estes horários são cumpridos diariamente, sendo acordados para que os últimos alunos a serem deixados, os estudantes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) não sejam prejudicados.

• **Condições das estradas**

Diante dos problemas expostos, pôde ser analisado como estas vias não pavimentadas interferem de forma negativa na conservação dos automóveis que fazem tráfegos diários por ali, necessitando de manutenções com maior frequência, além das condições desfavoráveis para o motorista, analisando o horário do retorno para casa (por volta de meia noite) sendo este um fator de risco, pois a visibilidade da estrada a noite não é boa. Vale salientar ainda que o desempenho destes estudantes em suas atividades acadêmicas é por vezes afetado, devido o cansaço e o desgaste por conta das condições de viagem.

No que diz respeito às estradas, não há muito que se fazer para amenizar o problema de forma total, o que acontece em muitos casos, de acordo com (DIAS JR & PALARO,2014), é que as intervenções são feitas com o intuito de sanar apenas provisoriamente os problemas, pois não utilizam-se de técnicas apropriadas para melhores resultados, mesmo com os reparos feitos uma vez por ano pela prefeitura, após um certo período os caminhos tendem a ficar em péssimas condições de acesso novamente, devido a ação dos processos exógenos, como por exemplo, durante o período de maior pluviosidade, geram problemas como deslizamentos, alagamentos e entre outros problemas, oferecendo um risco maior para o tráfego de veículos.

• **Condições do transporte**

O veículo utilizado para o trajeto é um modelo Marcopolo senior midi escolar ano 2011 com capacidade para transportar até 48 estudantes sentados. Foi aderido ao município em estado novo, no mesmo ano de sua fabricação (SIC). Atualmente o transporte encontra-se em estado precário, não se sabe ao certo a data da última manutenção do mesmo, vale ressaltar que o veículo não quebra com frequência, mas não se tem dados que comprovem o número exato de vezes que o mesmo apresentou algum tipo de problema durante os trajetos.

O intervalo de tempo de uma manutenção para outra é de pelo menos seis meses, porém, este número varia de acordo com as necessidades (SIC). A frota média dos veículos deste município varia de acordo com as necessidades. O veículo atual tem sete anos de uso e está dentro dos parâmetros segundo as normas estabelecidas pelo FNDE que é de 10 anos. O mesmo veículo é utilizado também para transportar alunos da rede estadual e municipal durante o período matinal, fazendo um percurso de 40 km diário (ida e volta), o que implica dizer que este, faz um percurso diário total de 164 km somando-se todas a viagens feita pelo mesmo.

• **Problemática dos estudantes**

De acordo com a análise de dados, há pelo menos 56 estudantes atualmente utilizando do transporte, e a cada semestre letivo tanto nas universidades federais quanto particulares ocorre o ingresso novos alunos, o que acarreta uma superlotação, pois o número de estudantes que entram é superior aos que saem por semestre. Vale salientar ainda que aproximadamente 9% destes 56 não fazem o percurso diário (são alunos residentes e que ficam de segunda a sexta-feira na cidade de Cajazeiras-PB) utilizam do transporte geralmente apenas duas vezes na semana, porém ainda não há espaços para acomodar todos sentados durante os dias em que todos utilizam o transporte.

Ainda de acordo com a coleta de dados, observou-se que grande parte das pessoas que responderam à pesquisa constatou sentir sintomas como: Fadiga, cansaço, dores nas costas, sonolência e indisposição, em meio a este levantamento vale salientar que os presentes sintomas na maior parte das vezes estão ligados as condições do transporte e sua rota, uma vez que mesmos acomodando a maioria em acentos, as cadeiras não oferecem boas condições para viagens mais longas.

- **Dificuldades da prefeitura em gerir os transportes para os estudantes garantindo o acesso e a gratuidade**

Uma das maiores dificuldades para a prefeitura são as questões financeiras, não há verbas suficientes para buscar melhores condições de veículos para os universitários, pelo fato da prioridade ainda ser destinada as escolas municipais e estaduais. (SIC)

Considerações finais

É por demais sabido, que, a atual rota do transporte necessita ser modificada, pois a estrada atual além de retardar os deslocamentos, tem um potencial para causar muito desconforto aos passageiros e até mesmo ocasionar acidentes, e ainda gera aumento nos gastos com manutenções, reparos no ônibus, dentre outros. Para que esta ideia seja colocada em prática, é necessária a adesão de um transporte maior, que seja novo e possa acomodar todos os estudantes sentados e que não apresente problemas técnicos que possam acarretar algum prejuízo para a prefeitura caso seja revistado em blitz.

O estudo evidencia ainda que o desempenho dos estudantes poderá vir a ser comprometido, tendo em vista que um percurso longo e desconfortável tem influência na performance da maioria das pessoas, as quais sentem-se insatisfeitas com a atual situação. De acordo com informações coletadas, a prefeitura está em processo de negociação de outro veículo maior, capacitado para trafegar pela rota da Rodovia 230, BR 116 e com mais comodidade para os universitários, uma vez que essa é a forma mais viável de resolver o problema destes jovens estudantes, para que todos tenham o seu direito a educação garantido e em condições adequadas e satisfatórias.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**. Disponível em:<

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

<http://www.fn.de.gov.br/programas/programassuplementares/sobre-o-plano-ou-programa-suple/sobre-o-caminho-da-escola> Acesso em: 19 de julho de 2018.

COSTA, M. **O rendimento escolar no brasil e as experiências de outros países**. Ed. Loyola, São Paulo, 1990.

DIÁRIO DE ARARUNA, 2013. Disponível em: <http://www.caminhodaescola.com/2013/06/transporte-escolar-pode-serutilizado.html> Acesso em: 15 de julho de 2018.

DIAS JUNIOR, G. D. B.; PALARO, K. L. **Avaliação da necessidade de readequação de estradas rurais: estudo de caso em trecho de estrada não pavimentada no município de pato branco (pr)**. Conclusão do Curso (Graduação) – Departamento Acadêmico de Construção Civil, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3388/1/PB_COECI_2014_1_14.pdf Acesso em: 16 de Julho de 2018.

EBTU. Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, planejamento da operação, diagnostico do sistema existente. **Módulo de treinamento, STPP gerência do sistema de transporte público de passageiros**. Brasília Vol.4, 1988.

EGAMI, C. Y. ; SOUZA, R. F. A; MAGALHÃES, M. T. Q; COSTA, E. J. S.C; ALVES, M. F. B, YAMASHITA, Y. **Panorama das políticas públicas do transporte escolar rural**. Anais do XX Congresso de Ensino e Pesquisa em Transportes. Brasília, DF, 2006.

MARTINS, A.P.A. Análises dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos: **(Dissertação em [engenharia civil e ambiental])** – Faculdade de tecnologia da Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8542/1/2010_AnaPaulaAntunesMartins.pdf Acesso em 01 de julho de 2018.

MUSSI, F.C. **Confort**: revisão de literatura. Rev. Esc.vol.30, nº 2. São Paulo, 1996. Secretaria de Educação do Município de Umari Ceará, 2018.

IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DAS VIAS E DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL NO RENDIMENTO ESCOLAR DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS- PB

Maximiliano Albuquerque dos Santos, SANTOS, M. A¹.
Graduando 3º período de Geografia – UFCG
E-mail: miliano.mads@hotmail.com

Prof(a) Orientador: Alexandra Rocha

RESUMO

Um dos principais problemas enfrentados pela população brasileira, tanto nos grandes como pequenos centros urbanos, é o acesso a infraestrutura de transporte escolar. Onde muitas vezes, parte do alunado é prejudicado devido às más condições de transporte que lhes são oferecidas. Diante disso, o objetivo deste trabalho consiste em analisar os impactos das condições dos transportes escolar rural no rendimento dos alunos por meio de três critérios de avaliação: deslocamentos diários, média e assiduidade dos alunos. As variáveis são levantadas a partir da revisão bibliográfica, que enfatiza, principalmente, os longos tempos de viagens, as distâncias, aspectos físicos dos transportes e as condições das vias. É evidente também que no meio rural essa situação se agrava ainda mais, pois a distribuição espacial e a dispersão populacional contribuem para extensos deslocamentos até se chegar a escola, refletindo de forma negativa no rendimento escolar dos mesmos. Dessa forma, o presente artigo, pretende contribuir com as discussões já existentes sobre a problemática, embora sejam poucas, evidenciar os impactos causadores, e assim, procurar meios para minimizá-los. Para tanto, adotou-se o método de revisão de literatura, ou seja, a pesquisa será baseada nos resultados encontrados em publicações científicas, periódicos, anais de congresso, pesquisas com profissionais da educação, do transporte escolar e com alunos da rede municipal de ensino. É preciso garantir não de qualquer forma, mas da melhor maneira, o acesso a educação pública, gratuita e socialmente referenciada para as crianças e jovens. Isto posto, vê-se que aliar as condições do transporte escolar ao rendimento escolar é o primeiro passo em direção as perspectivas de melhores resultados no aprendizado dos alunos, bem como para estreitar as relações entre discentes e docentes, com respeito e com objetivos voltados a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Palavras-chave: Impactos, Transporte Escolar, Rendimento Escolar.

1- INTRODUÇÃO

O direito a educação é algo resguardado na legislação brasileira tanto pela Constituição Federal, em seu artigo 205, onde se afirma que a educação é de responsabilidade do Estado e da família, como também é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Diante do exposto, observa-se que são vários os instrumentos legais que asseguram o acesso de todos a educação, mas, essas garantias sozinhas não resolvem a problemática da questão educacional do nosso país.

Antes de tudo, torna-se necessário garantir o acesso e permanência dos estudantes nas escolas. Sabe-se que existem programas suplementares que objetivam dentre outras coisas, garantir a alimentação, assistência a saúde, material escolar e o transporte público para os estudantes, entretanto esse ultimo item tem sido um dos mais comprometidos, devido as más condições de uso, comprometendo de forma direta e indireta na vida escolar dos alunos, sobretudo aqueles que não tem uma instituição de ensino próxima a sua residência.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantir de: VII – atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). (Brasil, 2012, p.121)

Se formos levar em consideração as dificuldades que muitos estudantes da zona rural de nossas cidades têm ao buscar o ensino aprendizagem nos centros urbanos, geralmente ocasionado pela distância entre os distritos que habitam e as sedes das escolas, também em decorrência das más condições das estradas, que por fim ocasionam defeitos nos veículos de transporte escolar, parece ficar incoerente a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que anteriormente foi citada.

Pois constatamos que a referida Lei não se tem uma concretização no dia a dia dos usuários que vivem nas áreas rurais de tantas cidades, onde podemos pressupor que tais estudantes que vivem nessas regiões estão sempre em desvantagem em relação aos alunos que moram nas sedes dos municípios, pois se fizermos uma ligeira comparação sobre os problemas enfrentados ao acesso de nossas escolas entre alunos de zona rural e alunos de zona urbana, fica claro que os alunos moradores dos centros urbanos não têm maiores dificuldades com transporte, uma vez que suas residências ficam localizadas a um curto espaço de tempo para a instituição em que é matriculado e o tráfego de veículos é consideravelmente tranquilo, podendo até mesmo fazer o trajeto a pé.

Já os alunos que moram nas comunidades rurais e estudam nas escolas urbanas enfrentam grandes dificuldades em sua locomoção, principalmente em dias de chuva em que as estradas ficam com o acesso parcialmente interditado devido a enchentes em riachos, trechos de atoleiros e buracos a todo percurso. Bem como os problemas de ordem mecânica com os ônibus. Em situações como estas tais estudantes não têm alternativas para fazerem o percurso até a sala de aula, e assim ficam prejudicados, pois são obrigados a faltar às aulas.

Informações fornecidas pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mostram que, em 2001, 72% das crianças residentes no campo, que frequentavam a escola, estavam com atraso escolar, ou seja, esse problema não é algo recente, e sim de muito tempo, e perdura até os dias atuais. No entanto o atraso escolar não é a única consequência provocada pela questão do transporte, existem muitas outras, como por exemplo, o baixo rendimento escolar, que é provocado por outras situações como veremos mais a frente. Com isso, a relevância desse estudo é justificada pela escassez de trabalhos que enfoquem a relação entre os fatores de acessibilidade as escolas e seus impactos no rendimento escolar, assim como também por minha aproximação com o ambiente escolar, pois dentre as dificuldades existentes nessa área, essa é de modo particular, uma das mais difíceis.

2- OBJETIVOS

Diante do exposto, a pesquisa objetiva refletir sobre os impactos das condições do transporte escolar, no rendimento escolar dos alunos. Esses impactos podem ser provocados pelo cansaço devido á caminhada por longos trajetos, tanto de casa para o embarque no transporte, como do embarque ao desembarque na escola ou proximidades dela, bem como fatores relacionados á fadiga e indisposição devido a aspectos relacionados ao desconforto da viagem dentro do veiculo escolar, que por vezes é observado uma estrutura precária, sem ventilação, assentos desconfortáveis, e superlotação.

3- PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A presente pesquisa adotou o método de revisão de literatura, em outras palavras, a pesquisa será baseada nos resultados encontrados em publicações científicas, periódicos, anais de congresso, pesquisas com profissionais da educação, do transporte escolar e com alunos da rede municipal de ensino

4- FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

A cidade de Cachoeira dos Índios-PB é um município brasileiro, localizado no extremo oeste do estado da Paraíba, localizado na Região geográfica Imediata de Cajazeiras-PB, com uma distancia de 500,4 km da capital João Pessoa. O município de Cachoeira dos Índios, faz limite com os municípios de: Bom Jesus-PB ao norte, Cajazeiras-PB ao leste, Ipaumirim-CE ao oeste e Aurora- CE ao sul. Tendo uma área territorial de 173 km².



Figura 01. Fonte: elaborado pela CMT Engenharia Ltda., com base em dados cartográficos da AESA e IBGE 2009.

No tocante ao setor econômico, o município de Cachoeira dos Índios, tem grande parte da sua população composta por agricultores de pequeno porte, segundo os dados do IBGE a estimativa total da população de Cachoeira dos Índios-PB é cerca de 9.546 habitantes, 3.403 habitantes na zona urbana e 6.143 habitantes na zona rural, tendo uma população predominante rural. Segundo dados do IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual) no ano de 2010, a estimativa era de 64,35% na área rural e 35,65 na zona urbana. Dado isso, a economia local gira em torno da agricultura familiar, do comércio e dos serviços.

A situação econômica em Cachoeira dos Índios pode ser caracterizada de modo bastante simples, vivendo seus habitantes do trabalho agrícola, do pequeno comércio na área central da cidade e de serviços, e também da expressiva presença de aposentados de instituições rurais ou urbanas, bem como de funcionários públicos municipais e estaduais, todos contribuindo com sua renda para a dinâmica urbana da sede do município. É certo que os serviços ofertados nesta cidade não têm a mesma dimensão daqueles encontrados nos grandes centros urbanos ou em cidades que comportam um grande contingente

populacional e uma gama de serviços, mas atendem o mínimo necessário, e quando atendem.

O sistema educacional do município de Cachoeira dos Índios é formado por 3 escolas públicas na zona rural, e duas na zona urbana. Segundo os dados fornecidos pela secretaria de Educação, a educação do município ainda dispõe de programas educacionais como Brasil alfabetizado, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e o Mais Educação. Em 2010, 8,4% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental, a taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 34,9%. No que se refere ao percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 94,2%, no Estado, no mesmo ano, a taxa de frequência líquida no ensino fundamental era de 87,9%, no ensino médio, este valor cai para 37,1%.

A distorção idade-série aumenta ao passo que se avança nos níveis de ensino, entre alunos do ensino fundamental, 40,9% estão com idade superior à recomendada chegando a 58,1% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio.

Segundo dados do Ministério da Educação, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB- 2009/2011), o município está na 4.779.^a posição, entre os 5.565 do Brasil, quando avaliados os alunos da 4.^a série, e na 4.975.^a, no caso dos alunos da 8.^a série. O IDEB nacional, em 2011, foi de 4,7 para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e de 3,9 para os anos finais.

A relação entre meninas e meninos no ensino fundamental, no ano 2006, em consonância com o INEP (Instituto Educacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) era, para cada 100 meninas, 118 meninos. No ensino médio, esta razão passa a 131 meninas para cada 100 meninos.

O número entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos era de 104,2% em 2010. Sempre que o percentual deste indicador for superior a 100%, significa que existe maior número de mulheres para cada 100 homens. No entanto, em

relação a média nacional, neste município há uma especificidade: o número de alunos do sexo masculino, quando não supera, é bem aproximado do número de alunas do sexo feminino.

Para se ter uma melhor percepção acerca da questão educacional do município estudado, observemos o número de matrículas realizadas em todos os níveis de ensino, de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, na contagem feita pelo INEP, no ano de 2012, através do Ministério da Educação.

Quadro 1: Número de matrículas realizadas no ano de 2012 no Município de Cachoeira dos Índios – PB

Matrículas (2012)	Modalidade de Ensino	Instância
72 matrículas	Pré- escolar	Privada
219 matrículas	Pré- escolar	Municipal
391 matrículas	Ensino Médio	Publica e Estadual
92 matrículas	Fundamental	Escola privada
442 matrículas	Fundamental	Publica e Estadual
1.103 matrículas	Fundamental	Publica municipal

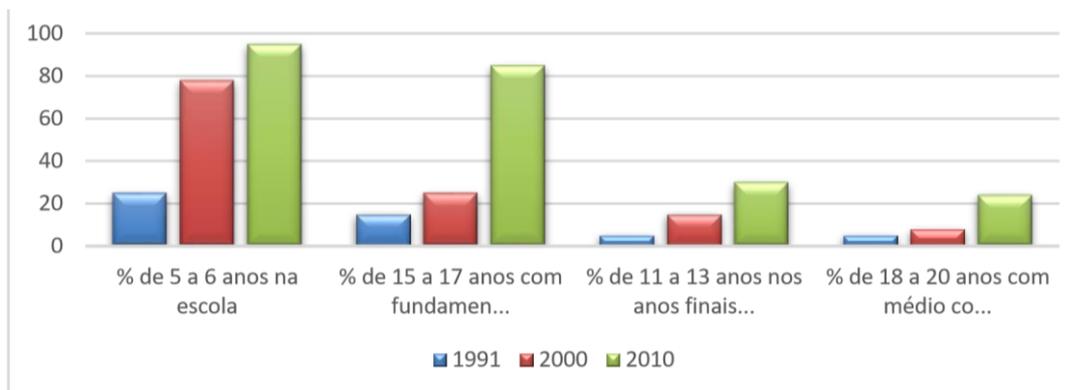
Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP – Censo 2012.

A partir do exposto, nota-se que o índice maior de matrículas encontra-se na modalidade de ensino fundamental e médio, ambas ofertadas pela instância pública municipal. No que corresponde ao número de escolas, vale ressaltar que existe apenas duas escolas privadas, e uma municipal que oferece o Pré- escolar. O Ensino Médio é ofertado apenas pela esfera Pública Estadual, no total de uma instituição. O que mais

predomina nesse quesito, são as Escolas de Ensino Fundamental, sendo duas privadas, uma publica estadual e quatro municipais (três na zona rural e duas na zona urbana).

Segundo os dados fornecidos pela PNUD, no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 92,76%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 e 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 83,20%; a proporção de jovens de 15 e 17 anos com ensino fundamental completo é de 34,97%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 23,29%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 67,40 pontos percentuais, 73,16 pontos percentuais, 32,44 pontos percentuais e 20,98 pontos percentuais como mostra o quadro abaixo.

Gráfico 1: Fluxo escolar por faixa etária



FONTE: Dados do PNUD- Atlas Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), organizados pelo autor.

A educação escolar é considerada como o único meio que classes sociais de baixa renda dispõem para ter acesso a determinados bens e serviços. Ademais, outros bens sociais como assistência médica, transporte, cultura e lazer, muitas vezes inacessíveis para a maioria das famílias, tornam-se mais acessíveis àqueles que tem um nível de escolaridade maior. Uma formação escolar de qualidade deve ser capaz de diminuir as disparidades sociais a que as classes sociais de menor poder aquisitivo são submetidas na nossa sociedade capitalista alicerçada na desigualdade social.

5- RESULTADOS

Durante o período de pesquisa, pode-se realizar o trajeto que mais de 200 alunos advindos de cinco comunidades rurais do município de Cachoeira dos Índios-PB, entre elas: Assentamento São Francisco, Sítio Bom Jardim, Sítio Pitombeira, Sítio Lagoa do Mato e Distrito de Fátima, fazem todos os dias para chegar ao ambiente escolar. As estradas principais em sua maioria estão em bom estado de conservação, entretanto, em alguns trechos nota-se grandes processos erosivos figura 1, que por vezes são provocados pela chuva e pelo tráfego de carro pesados.

Figura 1: Trechos realizados pelos estudantes para chegar até a escola.



Fonte: Autor (2018)

Através de dados obtidos por meio da Secretaria Municipal de Transportes do município de Cachoeira dos Índios- PB pudemos perceber o tamanho dos desafios que é colocar em circulação uma frota de ônibus em uma cidade que é predominantemente rural. A gestão da pasta explicou que a maioria dos ônibus escolares utilizados no município, foram adquiridos através do programa Caminhos da Escola, programa este do Governo Federal. Os ônibus que fazem o trajeto da pesquisa chegaram ao município entre os anos de 2010 a 2012, alguns deles podendo está em até sete anos de circulação.

Hoje no Brasil existem dois programas de transporte escolar do Governo Federal em funcionamento, o Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Caminhos da Escola. O PNAT foi instituído através da Lei nº 10.880 de 2004, que estabelece no seu artigo 2º que:

Art. 2º. Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio da assistência financeiro, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009) (BRASIL, 2013, p.4)

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

Pelo fato de ter rotas com acessos bastante difíceis, a quebra dos ônibus é algo que caracteriza a realidade do transporte escolar nesta cidade. Outro aspecto bastante curioso, é que as revisões e manutenções que deveriam ser realizadas a cada seis meses, as mesmas são feitas a cada ano e quando são feitas, podendo ficar até dois anos sem uma averiguação técnica e mecânica.

Outro dado levantado nas pesquisas, segundo a Secretaria de Transportes (Figura 2), é que os recursos utilizados para manutenção dos mesmos, são do governo municipal, algo que aumenta ainda mais as dificuldades, pois em cidades pequenas como Cachoeira dos Índios, os recursos chegam aos cofres públicos cada vez mais escassos, devido aos cortes de verbas que estão sendo feitos a cada dia que passa.

Figura 2: Frota de ônibus adquirida pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.



Fonte: Autor (2018)

Algo bastante interessante, é que os mesmos veículos que são utilizados para fazerem os trajetos das comunidades rurais para sede do município nos turnos manhã e tarde, são também colocados a disposição de outras rotas a noite, principalmente para

levar os universitários que estudam nas instituições de ensino superior de Cajazeiras-PB, e nos finais de semana eles ainda são utilizados para a demanda sociocultural de grupos folclóricos do município, que precisam dos mesmos para fazer suas viagens em todo sertão do estado da Paraíba, levando seus espetáculos para além do território municipal.

Ainda diante do exposto pela Secretaria de Transportes, é desejo do município melhorar a qualidade do transporte público em todos os setores, sobretudo o transporte escolar, visando a qualidade dos ônibus em seus mais diferentes aspectos, que posteriormente dará ao município um retorno em mão de obra e profissionais qualificados. Já que a formação de nossos alunos é a principal chave para o progresso de nossos municípios.

A pesquisa não teve seu foco apenas em gráficos e proporções, mas sim em crianças e jovens que moram na zona rural e precisam chegar à sede do município para terem acesso ao sistema educacional gratuito. As distâncias são consideravelmente grandes em relação ao tamanho do município. Existem rotas em que os alunos entram no ônibus às 06 horas da manhã e só vão chegar a suas residências por volta de 13 horas, pois ficam cerca de 1 hora dentro do transporte escolar, somando mais a caminhada que é feita do ponto de ônibus até em casa, e muitos desses alunos são crianças e adolescentes, com idades que variam entre 03 e 18 anos.

Após a aplicação de um questionário com perguntas previamente elaboradas para cinco alunos das comunidades rurais que anteriormente foram citadas e que são alunos da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Maria Candido de Oliveira, situada a Avenida Governador João Agripino Filho S/N, Centro de Cachoeira dos ÍndiosPB, pudemos perceber a dura realidade que os mesmos enfrentam diariamente em seus trajetos para escola. Os alunos participantes da pesquisa relataram que após a viagem de casa para escola, os seus rendimentos são inferiores aos de outros colegas que estudam no mesmo ambiente, porém tem suas residências localizadas na zona urbana do município.

Entre as indisposições elencadas pelos mesmos, pode-se verificar que quatro dos cinco entrevistados citaram que sentiam fome e sono nas aulas. Três disseram em suas respostas que sofriam com as fadigas e dores. Resultados entendidos pelas más condições que estes sujeitos estão submetidos diariamente. Seja pela falta de conforto nos acentos, seja pela má circulação de ar no interior do veículo, superlotação, e estradas esburacadas. Que gera estresse, em que o aluno conseqüentemente levará para dentro da sala de aula.

No que se refere à assiduidade e notas dos mesmos alunos, os resultados não são dos melhores a se observar. Pode-se analisar os boletins e diários de vinte alunos submetidos a mesma realidade. Nos 100 primeiros dias letivos deste ano de 2018, os alunos analisados tiveram sua frequência reduzida a uma média de 55% do total de aulas ministradas até o 100º dia.

Essas quebras no ensino e aprendizagem prejudicam o desenvolvimento das atividades de ensino, pois o processo de ensino requer ações contínuas para que haja uma absorção significativa dos conteúdos aplicados pelos professores. Dessa forma, ao faltar continuamente às atividades em sala, os discentes podem esquecer os assuntos trabalhados anteriormente, desse modo é preciso que os professores facilitem o aprendizado por meio de novas explanações sobre os assuntos tratados em aulas passadas.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi por meio desse estudo, que podemos concluir entendendo que o transporte escolar ajuda muitos estudantes brasileiros a conseguirem seus objetivos de vida. Todavia temos muito a ser melhorado. Sobretudo nas fiscalizações que devem ser feitas diariamente, para que haja qualidade de transporte, segurança e conforto, e que os governantes deem a devida assistência a este tema. É bem verdade que ainda há a necessidade de adquirir um maior número de veículos para sejam colocados a disposição de nossos municípios e que os municípios os coloquem a disposição dos nossos estudantes.

É preciso entender a política do transporte escolar não apenas como um levar e buscar, mas sim que os usuários tenham dignidade em sua vivência diária em busca de

educação e mudança de vida. Que as nossas práticas pedagógicas sejam observadas levando em consideração o cotidiano desses alunos, para que tenham ações sociais e políticas que os ajudem a superar todos os aspectos desafiadores, na construção social e educacional de milhares de crianças e jovens espalhados pelo país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

_____. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. **Presidência da Republica do Brasil**, Brasília, DF, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

INEP, **Instituto Educacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>

PNUD, *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.br.undp.org/>

IDEME, Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual. Disponível em: <http://www.ideme.pb.gov.br/>

PNAD, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9127-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios.html>

PNAT, Plano Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate> MEC, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/> .Dados da **Secretaria Municipal de Educação** de Cachoeira dos Índios- PB.

ALIAR TIC'S E EDUCAÇÃO: DESAFIO AOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Livia Romana Alexandre Martins¹

liviaromanazx@hotmail.com

Willyane Ferreira de Sousa²

willyane.ferreira@hotmail.com

Profa. Orientador: Alexsandra Bezerra da Rocha³

alexsandrarocha2@hotmail.com

Resumo

O trabalho em questão é fruto da disciplina de TEG (Tópicos Especiais em Geografia: problemas contemporâneos), no qual visa a construção de um material informativo que auxilie aos professores de geografia a inserir recursos tecnológicos as aulas referidas a disciplina como ferramenta de auxílio para o ensino, ressaltando as dificuldades que o mesmo está sujeito a enfrentar. As tecnologias nos dias atuais são indispensáveis na vida de quase toda a população, pois, a informação com o passar do tempo vem assumindo uma grande importância e se tornando uma ferramenta essencial. As tecnologias da informação e comunicação (Tic's) se usada de maneira correta e coerente é capaz de proporcionar vários benefícios no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem. Para prender a concentração dos alunos em sala de aula, é necessário desenvolver técnicas de interesse dos mesmos acerca dos conteúdos expostos. Tendo em vista isso, a tecnologia se usada de maneira correta, se transforma em uma ferramenta capaz de despertar no aluno o interesse da pesquisa, fazendo com que o mesmo desenvolva um juízo crítico sobre questões da atualidade, bem como torna o ensino mais dinâmico e interessante, capaz de proporcionar melhores resultados no que diz respeito ao ensino-aprendizagem. Para a realização da pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de dar um aporte teórico para os professores de geografia. Cabe ao professor de geografia, num processo de formação contínua, se informar e conhecer os diferentes recursos disponíveis

que auxiliem em suas aulas, sempre trazendo para a realidade do aluno e o incentivando no que diz respeito à pesquisa e o entendimento dos conteúdos geográficos.

Palavras Chave: Dificuldade. Ensino. Geografia. Tic's.

INTRODUÇÃO

O termo Tic's, surgiu advindo da união de três grandes vertentes da atualidade: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas. Sem sombra de dúvidas a tecnologia é essencial na vida de todos, pois oferecem uma série de recursos que ajudam a facilitar a vida, além de influenciar de forma significativa no processo de educação de crianças, jovens e adultos.

Para prender a concentração dos alunos em sala de aula, é necessário desenvolver técnicas de interesse dos mesmos acerca dos conteúdos expostos. Tendo em vista isso, a tecnologia, se usada de maneira correta, se transforma em uma ferramenta capaz de despertar no aluno o interesse pela pesquisa, proporcionando a todos um maior contato com a cultura tecnológica atual, fazendo com que o mesmo desenvolva um juízo crítico sobre questões da atualidade, bem como é capaz de tornar o ensino mais dinâmico e interessante, proporcionando melhores resultados no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem. Tendo em vista isso, torna-se importante inseri-las no processo de ensino, sejam elas computadores, data show, aplicativos, programas de computadores, ou o uso de sites que facilitam e instigam o desenvolvimento da pesquisa do aluno.

As Tic's são utilizadas como complementação ao ensino em sala de aula, proporcionando uma melhoria na educação escolar, mas ela só se dá de maneira completa se o professor estiver apto a se informar, buscando maneiras completas e eficientes para se adequar a esse novo meio informacional, tendo conhecimento do que usar e principalmente como usar em sala de aula para evitar frustrações seguintes. O professor deve então não discriminar ou mistificar o uso de tecnologias em sala de aula tendo como algo negativo, mas sim usá-las a seu favor, utilizando como uma nova metodologia para

tornar suas aulas mais proveitosas. Trazer as Tics para o contexto escolar necessita de certo conhecimento de possibilidades de uso, para assim utiliza-la de maneira consciente. Tanto o professor como a escola, devem estar preparados para receber esse imenso turbilhão de informações, aliando os dois e assegurando que seu uso faça a diferença.

A partir dessas questões expostas, evidenciamos o desafio dos professores de geografia ao aliar as novas tecnologias às suas aulas para torná-las mais interessantes e lúdicas. Outro desafio a se encontrar é que muitas das escolas nem mesmo oferecem laboratórios e equipamentos necessários, tendo em vista isso, o uso dos recursos tecnológicos se torna limitado. Nota-se então um cenário de muitas dificuldades que o professor necessita enfrentar, além do dever de dominar a tecnologia existente.

O uso das tecnologias no ensino de Geografia pode auxiliar no desenvolvimento de uma abordagem mais dinâmica e interessante dentro da sala de aula. Uma vez que, a geografia é vista como uma disciplina chata e decorativa, pois é pautada na descrição e memorização de conceitos, o que traz consequências, como não atrair a atenção dos alunos. Entretanto, nos dias atuais existem alguns meios tecnológicos que podem (não suspendendo as práticas tradicionais) auxiliar no processo de ensino, deixando as aulas mais atraentes, dinâmicas e lúdicas.

A produção do conhecimento geográfico, o seu estudo e o seu entendimento para explicar a realidade do espaço geográfico contam com alguns instrumentos dos meios técnicos científicos informacionais e tiveram um grande avanço, graças a ajuda de recursos tecnológicos no formato SIG (Sistema de Informações Geográficas) no qual ele armazena e gera ideias sobre geografia. Houve também criações de softwares que auxiliam na ajuda da disseminação do conhecimento geográfico, como o Google Earth, ART Geográfica, Sun times e entre outros. Além da criação desses programas, grandes sites como Banco Internacional de Objetos Educacionais, Portal do professor e etc, que divulgam a geografia pela internet facilitando a vida de professores e consequentemente auxiliando na aprendizagem dos discentes.

O presente trabalho visa a produção de uma cartilha sobre as Tecnologias de informação e comunicação (TIC'S), com o intuito de apresentar algumas instruções de

como o professor deve inseri-las em sala de aula, bem como ressaltar os desafios e dificuldades que o mesmo está sujeito a passar.

OBJETIVOS

Geral:

Discutir a importância das Tic's como recurso didático e ferramenta eficaz no ensino de geografia.

Específicos:

- Construir um material informativo que auxilie os professores de geografia a utilizarem recursos tecnológicos em suas aulas;
- Identificar os desafios enfrentados pelos professores de geografia para a produção de suas aulas;
- Expor os principais recursos tecnológicos disponíveis que podem ser utilizados pelos professores para deixarem as aulas mais lúdicas;
- Mostrar as vantagens que a tecnologia se usada de maneira correta traz para o ensino.

Procedimentos Metodológicos

“O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”(MARCONI; LAKATOS, 2010 p. 83)

Para alcançar os objetivos da pesquisa em questão, foi realizado levantamentos bibliográficos acerca do tema para a construção de um aporte teórico capaz de alicerçar os conhecimentos prévios sobre as tecnologias de informação, como utilizá-las e os desafios enfrentados durante o processo de ensino. A partir disso, elaboramos a cartilha

em questão com o uso de softwares como o PowerPoint e ilustrações de alguns sites que trabalham a temática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabe-se que nos dias atuais é incontestável viver sem as tecnologias de informação e comunicação, pois as mesmas vêm ganhando cada vez mais notoriedade na sociedade. As Tics, segundo Afonso (2014) teve a abertura e partilha de informações, conteúdos e materiais no final do século passado pelas palavras de Richard Stallman com um movimento que tem ganhado cada vez mais adeptos e trouxe alguns resultados, como por exemplo, as ferramentas que usamos hoje em dia como os servidores da internet, software, tele móveis e entre outros.

De acordo com Ricarte e Carvalho (2011) às novas tecnologias de informação ainda não se popularizam em maior escala nas escolas por questões como a disponibilidade financeira das classes menos favorecidas economicamente, pela falta de investimentos na logística estrutural, qualificação profissional ou mesmo pela resistência de alguns professores quando se trata do uso das Tics, e por isso utilizam de práticas didáticas mais tradicionais, visto que muitos professores sintetizam a aula pautada na memorização de conteúdos o que são utilizados somente em prova escrita e dias depois os alunos acabam esquecendo e não utilizam nada do conhecimento em sua vida. Uma aula ultrapassada e tradicional que tem o professor como a figura falante, aquele no qual é o único que tem conhecimento e a capacidade de repassar conteúdos e que tem o aluno visto como ouvinte, que não fala durante as aulas, pode fazer com que as aulas não sejam proveitosas. Logo os alunos podem se mostrar desinteressados, desmotivados ou enfadados, porque o professor de certo fato não se preocupa se eles estão aprendendo, e sim em seguir a risca os conteúdos que estão no livro, sem indagar seus alunos ou se importar se eles estão compreendendo o que está sendo passado em sala.

Segundo Neto e Lima (2014) p. 20:

“O ensino das Ciências Sociais de um modo geral predomina uma forma de ensino tradicional. As tendências narrativas, os aspectos factuais, a monotonia das aulas, fazem as áreas de Humanas o conjunto de disciplinas, por vezes criticado como enfadonha, confusa, repetitiva, o que contribui para um ambiente pouco atrativo para o aluno. “

A geografia na maioria das vezes é uma disciplina considerada pouco importante pelos alunos, fato este que de certa forma está ligado a metodologia na qual muitos professores adotam, lança-se então um desafio aos professores: fugir mas não totalmente das aulas tradicionais, pois ela pode apresentar muitos métodos indevidos, dentre eles a memorização de conceitos, mas também oferecem métodos que são necessários no processo e ensino-aprendizagem como o uso do livro didático e o quadro negro que podem ser excelentes métodos se usados de maneira correta. Contudo, busca-se essa fuga, para prender a atenção dos alunos e principalmente mostrar a importância que tem a disciplina, usando de mais recursos que junto ao quadro negro e ao livro didático, possam tornar o conteúdo visto em sala de aula mais interessante, e capaz de fazer com que os alunos se sintam mais motivados. Um dos métodos eficazes que pode trazer bom rendimento com o aumento e o interesse do aluno é o uso das Tics, onde elas podem ajudar na renovação de práticas pedagógicas, e, já que se trata de um assunto que os adolescentes de certo modo dominam, as aulas podem se tornar mais interessantes. Um dos principais meios é a internet.

O trabalho com a internet implica a criação de ambientes de aprendizagem voltados para a socialização, à solução de problemas, a gestão compartilhada de dados, de informações, e a criação e a manutenção de uma “memória coletiva compartilhada”, que contenha informações de interesse do grupo, capazes de modelar conhecimentos sobre as mais diferentes áreas de aplicação. (NETO; LIMA, 2014).

A internet pode oferecer uma série de sites informacionais que auxiliam na educação. Ainda, agindo juntamente com a internet, segundo Neto e Lima (2014) os recursos *m-learning* como tablets, celulares, comunicação móvel e etc. podem ser utilizadas como ferramentas para melhorar a prática docente. Com o avanço das

tecnologias, e principalmente pelos jovens que estão cada vez mais antenados, nota-se que há uma relevância das mesmas nos contextos escolares.

Ainda de acordo com Ricarte e Carvalho (2011) os professores de geografia como sendo cientistas sociais e educadores que interagem mostrando a evolução dos acontecimentos do mundo globalizado, são devidamente chamados para pesquisar, interagir, questionar e também criar momentos ou situações voltadas para a inclusão das Tic's (novas Tecnologias de Informações) em sala de aula, para torná-la mais proveitosa.

O professor deve então ser visto como sujeito autor, responsável pela implementação de didáticas favoráveis a melhor condição de ensino em sala de aula, para assim criar aulas mais proveitosas e que realmente façam sentido para os discentes, para que os alunos aprendam e se interessem pelos conteúdos abordados em sala de aula. Algumas escolas podem não oferecer os aparatos tecnológicos necessários para que os docentes façam o seu uso, diante disso, não se pode discriminar os professores que adotam posturas tradicionalistas em sala de aula, pois, há professores que somente com a lousa e o giz conseguem ministrar aulas extremamente interessantes, visto que é necessário criatividade para desenvolver seus próprios métodos de ensino, para assim se mostrarem eficazes no rendimento das aulas. As Tic's se inserem no contexto de auxiliar os professores e não de torna-lo dependente das mesmas.

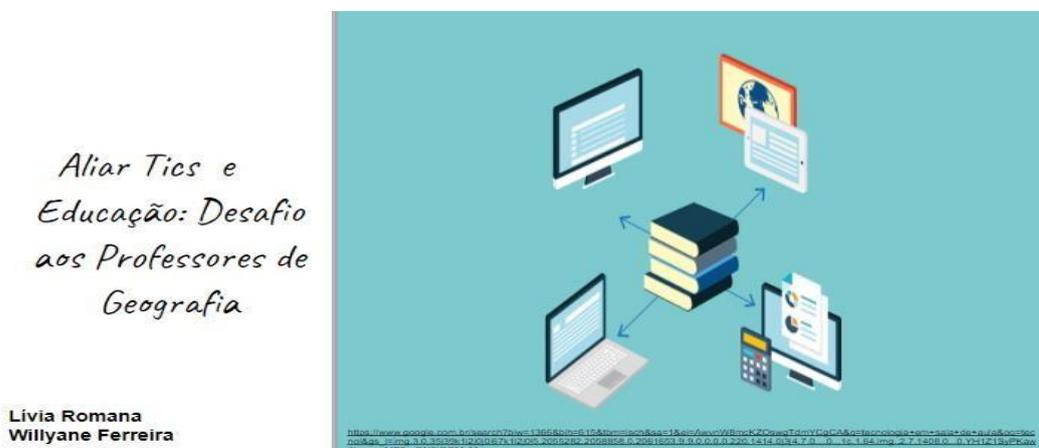
De nada vale trazer novas metodologias e aliá-las ao ensino se as mesmas não trazem nenhuma relação com a realidade do aluno. É necessário que os professores ao aliarem as Tic's ao processo de ensino e saibam associar as mesmas ao cotidiano do aluno, pois, só os recursos didáticos nem sempre irão garantir a aprendizagem significativa dos discentes.

RESULTADOS

O resultado alcançado no presente trabalho foi à produção de uma cartilha informativa, que visa auxiliar os professores de geografia no desenvolvimento de suas aulas, como meio de despertar o interesse dos alunos no que diz respeito à ciência

geográfica, tendo como tema: Aliar Tic's e Educação: Desafio aos Professores de Geografia.

Cartilha: Aliar Tics a educação: Desafio aos professores.



A cartilha em questão vem com uma proposta de propor aos professores a utilização de algumas ferramentas que podem auxiliá-los no seu processo de ensino, com o intuito de facilitar e oferecer uma aula mais dinâmica aos olhares dos alunos.

Cartilha: Aliar Tics a educação: Desafio aos professores.



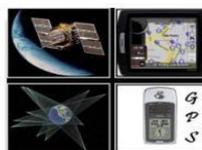
Alguns professores ainda fazem uso de didáticas tradicionalistas que muitas das vezes não são capazes de promover um bom rendimento em sala de aula, fazendo com que os alunos percam interesse pelos conteúdos e ocasionalmente, não compreendam os conteúdos de forma eficiente. O cansaço, a desvalorização do trabalho, a falta de apoio da escola, a carga horária excessiva, são alguns dos fatores pelos quais levam os professores a não desenvolverem uma didática atual com as novas demandas da sociedade. Além desses fatores, os professores podem sentir a necessidade de realizar algumas mudanças no que diz respeito a sua metodologia, porém, às vezes a escola não dispõe de recursos necessários, ou não sabem utilizar aqueles que a escola disponibiliza. Por isso, é importante a unidade entre os professores e o corpo escolar, para que um auxilie o outro, em prol de uma melhor qualidade de educação dos seus alunos.

Cartilha: Aliar Tics a educação: Desafio aos professores.



Cartilha: Aliar Tics a educação: Desafio aos professores.

A produção do conhecimento geográfico, o seu estudo e o seu entendimento para explicar a realidade contam com alguns instrumentos dos meios técnicos científicos e tiveram um grande avanço graças a ajuda de



As TICS (tecnologias de informação e comunicação) influenciam de forma significativa na vida de jovens e adultos, proporcionando ao ambiente escolar a criação e o compartilhamento de novos conhecimentos.



<http://tecnologiasem@naeducacao.blogspot.com/2008/08/tecnologias-da-informacao-e-da.html>



Dessa forma, as Tic's e sua inserção no processo de ensino se utilizada de maneira correta, proporciona aulas mais lúdicas e divertidas para os alunos, que estão sempre atentos e se identificam com os mais diversos tipos de tecnologia.

Cartilha: Aliar Tics a educação: Desafio aos professores



Porém não basta somente os professores adicioná-las em seu plano de aula, mas sim buscar informações, desenvolvendo estudos para compreender as boas maneiras de utilizá-las, para assim promover uma aula com bom rendimento e consequentemente despertando o interesse dos alunos.

Considerações Finais

Indubitavelmente as tecnologias nos dias atuais são essenciais na vida de todos, pois, a informação com o passar do tempo vem assumindo uma grande importância e se tornando uma ferramenta essencial. Vivemos em uma era digital em que é imprescindível a busca por conhecimentos através da tecnologia, pois, a mesma tem afetado diretamente o cotidiano dos alunos.

As Tic's podem trazer muitos benefícios no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem principalmente para o aluno, que pode se voltar com mais interesse

para o conteúdo visto em sala de aula. É necessário que os professores de geografia desenvolvam um olhar especial para essas novas ferramentas tecnológicas que se aprimoram a cada dia que passa e conseqüentemente vem ganhando um espaço essencial nas escolas e conseqüentemente na vida dos discentes. Os professores devem se informar e trazê-las para a realidade do aluno, pois, as ferramentas tecnológicas no geral fazem parte de forma direta da vida dos discentes é importante os professores se informem e compreendam que se usadas de maneira correta proporcionam um grande engrandecimento em suas aulas.

A cartilha sobre as Tic's, fruto deste trabalho, ajusta-se a diferentes tipos de professores que estejam dispostos a inovarem em suas aulas por meio das tecnologias da informação e comunicação, em especial aos de Geografia. Tendo como principal intuito auxiliá-los na prática pedagógica expondo alguns recursos que podem ser inseridos nas aulas e alertá-los para as dificuldades de sua inserção em sala de aula, como também mostrar as vantagens que a mesma se usada de forma correta e consciente proporciona.

É imprescindível que os professores de geografia utilizem recursos tecnológicos no ensino de geografia, pois, a mesma é vista como uma disciplina decorativa e chata, que não traz nenhum sentido para o aluno. A tecnologia se insere no ensino com o intuito de dar uma nova roupagem ao mesmo, fazendo com que os alunos despertem o interesse pela pesquisa e principalmente pelas aulas. É necessário que os professores não se prendam somente ao livro didático e sim usem as tecnologias como auxílio pedagógico capaz de proporcionar benefícios tanto ao aluno quanto ao professor.

Cabe ao professor de geografia se informar e conhecer os diferentes recursos disponíveis que auxiliem em suas aulas, sempre trazendo para a realidade do aluno e o incentivando no que diz respeito à pesquisa e o entendimento dos conteúdos geográficos, orientando os mesmos e mostrando os benefícios e facilidades que as Tic`s asseguram no que diz respeito ao entendimento do espaço geográfico.

Referências:

AFONSO, Adriano. et al. **Manual aberto da TIC e LibreOffice**. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa 2014.

A importância do uso e a aplicação das tic na prática pedagógica: uma análise no contexto educacional público do Paraná. . Disponível em:

<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23454_11876.pdf> Acesso em: 05/11/2018

Eixo- Educação, tecnologia e Comunicação; Agencia financiadora: ICETI.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**- Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos.-7. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

NETO , Joaquim Inácio de Azevedo; LIMA, Maria Tereza de Melo Baracho. **Caderno de práticas pedagógicas e uso das TICs.** - Mossoró, RN : Ed: UFERSA, 2014.

O uso das TICs em sala de aula: a voz dos professores das escolas públicas do Estado de São Paulo. 2014. 105 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126349>>.

Cunha, Maíra Darido da.

Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras [livro eletrônico]: TIC educação 2016 = Survey on the use of information and communication technologies in brazilian schools : ICT in education 2016 / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, [editor]. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.

Tecnologias digitais na educação/Robson Pequeno de Sousa, Filomena da M. C da S. C. Moita, Ana Beatriz Gomes Carvalho (Organizadores). - Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p.

Uso da tecnologia em sala de aula desperta o interesse dos alunos. Disponível Em:

<<http://blackboard.grupoa.com.br/tecnologia/uso-da-tecnologia-em-sala-de-aula/>>

Acesso em 01/11/2018

Uso das tics no ambiente escolar. Disponível em:

<<https://www.webartigos.com/artigos/o-uso-das-tics-no-ambiente-escolar/59618/>>

Acesso em: 02/11/2018 DUTRA, Regina Maria.

USO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: TRABALHANDO CONCEITOS DE LUGAR E PAISAGEM.

Woshington Diego Nunes da Silva
woshington.nunes@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como ambição discutir o uso de imagens fotográficas como instrumento alternativo no ensino de Geografia, uma alternativa simples que supere o ensino centrado somente no quadro e no livro didático. O artigo é resultado do projeto da disciplina de Estágio III aplicado no 8º Ano A da Escola Municipal Professor Mozart Rodrigues na cidade de Bonito de Santa Fé – PB, na qual trabalhamos imagens históricas do município, com base nelas buscou estudar os conceitos de lugar e paisagem. Elaboramos esse projeto apoiado no questionamento da professora Helena Copetti Callai como ensinar Geografia a partir da leitura de mundo discutido em seu artigo: Aprendendo a ler o mundo, e também com outros autores que trabalham com novas formas de contribuir no ensino de Geografia. Os objetivos deste trabalho é contribuir para a formação completa dos educandos utilizando imagens fotográficas e bem como também estimular a leitura de mundo, através da reflexão e da significação do momento presente e do passado. A atividade se deu pela comparação a partir das fotografias antigas e fazendo um tipo de recriação da fotografia, bem como produzir um texto analisando as mudanças ocorridas no espaço. Por fim, embora o trabalho não tenha resultados finais, este é de extrema relevância, sobretudo no que diz respeito às práticas de ensino.

Palavras - chave: Ensino de Geografia. Fotografias. Lugar. Paisagem.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como título: “O uso de imagens fotográficas como Instrumento Didático no ensino de Geografia: trabalhando conceitos de lugar e paisagem”, tendo como temática norteadora ensinar os conceitos de lugar e paisagem, trazendo uma metodologia alternativa para o ensino de Geografia, uma alternativa que ultrapasse a velha dicotomia centrada no quadro e no livro didático, apesar de que reconhecamos que não devemos fugir desse meio, já que em muitos casos essa é o único instrumento que as escolas dispõem. O artigo é resultado do projeto da disciplina de Estágio III aplicado no 8º ano A da Escola Municipal Professor Mozart Rodrigues na

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

cidade de Bonito de Santa Fé – PB, na qual trabalhamos imagens históricas do município sobre uma análise geográfica, construindo conceitos de lugar e paisagem.

A proposta ainda visou à produção de imagens fotográficas pelos alunos, reproduzindo a partir das fotos antigas, fazendo um tipo de comparação entre o antes e depois daquele lugar materializado na foto.

O simples exercício de caminhar pelas ruas de minha cidade e observar os casarões que ainda conservam a fachada antiga, nesse movimento diário de desloca-se e pegar o ônibus para ir a universidade fez-me refletir sobre a relação de tempo-espço que existem nas cidades que carregam simbologias, histórias individuais e coletivas de espaços vividos. Conforme podemos observar na imagem 01 e 02. E refletir sobre isso, surgiu um questionamento de como trabalhar isso em sala de aula, já que esse tema está estritamente ligado aos conceitos base da geografia como: lugar, paisagem e também espaço geográfico. Partindo desse pressuposto, a imagem ganha um papel inquestionável na educação geográfica porque ajuda entender o mundo e suas transformações.



Imagem 01: Avenida Áurea Dias de Almeida - Centro de Bonito de Santa Fé - PB. Imagem 02: Observa um dos casarões localizado na Avenida Áurea Dias de Almeida, que conserva a fachada antiga. Fonte: Página no Facebook: A cidade de BONITO DE SANTA FE/PB ao longo dos anos.

A fotografia nos interessa porque ela carrega inúmeras possibilidades de estudos. E associada à geografia ela pode tornar uma alternativa no ensino. Trabalhar com fotografias antigas é uma experiência única, pois você é capaz de perceber a evolução da sociedade, às mudanças ocorridas no espaço e na paisagem, além de observar as transformações que ocorreram de geração em geração e as marcas deixadas, como diz Milton Santos (1996) às rugosidades na paisagem.

Utilizar as imagens em sala de aula não é novidade, inclusive os livros didáticos estão cheios delas, nos trabalhos escolares, cartazes, nas paredes das salas; porém o uso delas ficou em terceiro plano, pois não instiga a reflexão e a leitura e por isso mesmo criou paradigmas de que estão somente a ilustrar os livros, cartazes e paredes. A pretensão desse trabalho é abrir caminhos favoráveis a respeito do uso e da produção de imagens fotográficas em sala de aula e mais ainda, transformar os alunos em protagonistas no processo de aprendizagem. Schnell (2004) ao falar de fotografias e o seu uso na sala de aula, instiga-nos a compreensão de utilidade dentro de que se abre um “leque de possibilidades de análises, bem como suas limitações e por fim estabelece parâmetros e análises de se utilizar este recurso como fonte de apreensão, compreensão e produção de conhecimento”.

Partindo desse pressuposto compreende-se que a fotografia é limitante, porque se refere a um recorte temporal materializado naquele momento, mas abre possibilidade de inúmeras interpretações, dependendo do viés que se quer estudar, no nosso caso, estudamos as mudanças ocorridas ao longo do tempo no determinado lugar da cidade, e assim poder perceber o que mudou e o que permaneceu na paisagem e espaço. Vale salientar que para realização desse projeto, houve o cuidado na escolha das fotografias, levando em consideração a ocorrência de imagens manipuladas, os fakes news.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Contribuir para formação dos educandos através do estudo de imagens fotográficas no contexto escolar, buscando promover uma aprendizagem mais completa.

Objetivos específicos:

- Contribuir para a melhoria do ensino de Geografia propondo alternativas metodológicas;
- Relacionar os conceitos de lugar, paisagem com as fotos das ruas avenidas do cotidiano dos alunos;
- Definir a relação do tempo versus espaço a partir da observação e sistematização;
- Estimular a leitura de mundo, através da reflexão e da significação do momento presente e do passado materializado no espaço físico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A atividade é implantada na turma do 8º Ano A, do turno vespertino na escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor Mozart Rodrigues. A proposta como já citado é analisar as fotos antigas do município e fazer com que os alunos possam compreender e perceber as diferenças no lugar e na paisagem.

No primeiro momento far-se-á uma apresentação contando a história da fotografia, conceito, uso e importância, os conceitos de lugar e paisagem foram trabalhados a partir dos conhecimentos de Milton Santos (2000).

Posteriormente a sala foi dividida em oito grupos de mais ou menos cinco alunos, cada grupo ficou com uma fotografia sorteada. As fotografias foram nomeadas aleatoriamente

de A-H cada grupo recebeu as fotografias impressas e por via – digital (e-mail ou Whatsapp).

A primeira parte do processo é observar as fotos e identificar os locais, ver as mudanças e fazer anotações. Para ajudar na leitura das fotografias, indicamos alguns pontos para ser respondidos:

1. O que a fotografia esta mostrando?
2. Que lugar é este? (Rua, avenida...)
3. É possível saber a época ou ano da fotografia? (Diferença de anos, se possível) 4.
- Quais os elementos constitutivos (Pessoas, animais, prédios...)



Nas imagens acima observamos a construção da Praça Central, conhecida como Praça da Matriz, na Rua Manoel Batista no centro de Bonito de Santa Fé, na foto à esquerda observamos a mesma já construída e com um estabelecimento comercial, isso serve modelo para se tornar uma noção de como as crianças trabalharam no decorrer do projeto.

Logo depois de ser feita as observações, em sala de aula é realizado uma discussão sobre o que cada grupo observou, e cada aluno terá a oportunidade de falar sobre os pontos de vista, o que cada um conseguiu observar, sabendo que paisagem é uma atividade de percepção individual. Nesse ponto ocorrem as comparações das paisagens antes e depois. A discussão é norteadada com base nos questionamentos: O que mudou na paisagem? Quais

os elementos permaneceram ainda? Qual a função atualmente desses elementos? Residências, estabelecimentos comerciais ou locais abandonados.

Como forma de avaliar cada grupo terá que redigir um texto sobre a interpretação e análise da paisagem e do lugar a partir das mudanças ocorridas no espaço. É importante frisar que junto do texto cada grupo terá que apresentar uma fotografia do lugar nos dias atuais. Como este trabalho foi redigido enquanto, o projeto estava sendo aplicados, os resultados não foram concluídos. No entanto, não o torna menos importante ou menos significativo, pois traz consideráveis discussões no ensino de Geografia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Elaboramos este projeto apoiado no questionamento da professora Helena Copetti Callai, como ensinar Geografia a partir da leitura de mundo, discutido em seu artigo “Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental.” E as novas formas de contribuir para o aprendizado dos jovens no ensino de Geografia.

Nessa perspectiva se pensou, nos diferentes modelos de se trabalhar um projeto que partisse do Cotidiano do aluno, passando pela sala de aula e retornasse ao cotidiano desses mesmos. Partindo desse ponto, a imagem ganha um papel inquestionável na educação geográfica, porque ajuda compreender o mundo e suas transformações. Sabendo que a geografia é baseada no visível, seja na Geografia Física (montanha, morros, vales, rios, planaltos, planícies...) seja na Geografia Humana (processos de conurbação, gráficos, quadros de cidades, campos...) a imagem é essencial para identificar a compreensão desses conceitos de lugar, paisagem e quiçá o espaço geográfico, já que último é o ponto culminante dessa ciência.

Neste sentido utilizamos suporte teórico e metodológico de autores que atuam em estudos sobre a leitura de imagens, uso de linguagens para o ensino de Geografia, interpretação de imagens, metodologias de pesquisa com crianças, o uso de fotografias em sala de aula e leitura do mundo nas séries iniciais do Ensino Fundamental, cito em ordem de apresentação como os autores SCHNELL (2004), FILHO E BARBOSA (2010),

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

SANTOS E CHIAPETTI (2011), BRANDIMILLER (2011), CALLAI (2005) entre outros.

Hoje se encontra nas mãos de todos através dos aparelhos celulares e máquinas fotográficas, o poder de captar o tempo, a “invenção da fotografia representou a criação de um poderoso instrumento para a exploração visual do espaço e a apreensão do tempo vivido.” (TURAZZI, 2005, p.4 Apud SCHNELL, 2004, p.3). E que como diz uma frase de um autor desconhecido, a fotografia é uma das poucas coisas que tem poder sobre o tempo: ela o paralisa.

No que diz respeito ao ensino enfrentamos um obstáculo nas escolas, que é a falta de motivação dos alunos, no que se refere às aulas; e não é por menos, em meio às profundas e complexas transformações que o mundo avança, os alunos encontram um ambiente “engessado” trancado a quatro paredes, vigiado por três a quatro ventiladores. Bomfim nos fala que “ensino de Geografia mantêm, ainda, uma prática tradicional, tanto no ensino fundamental quanto no médio. Para a maioria dos alunos, a aprendizagem da Geografia na escola se reduz somente a memorização sem fazer referência sócioespaciais” (BOMFIM, 2008, p.107).

Uma alternativa para superar essa problemática e tornar o ensino mais atraente e prazeroso, é o uso de imagens fotográficas e assim relacionar ao dia-a-dia. Sendo esta proposta deste trabalho que tem foco principal como recurso didático-pedagógico alternativa o uso de fotografias antigas da cidade, que no nosso caso são da cidade Bonito de Santa Fé - PB. E porque trabalhar com este recurso, e não outro? Como já relatei a experiência de observar as ruas e fazer a leitura, percebi que muitos alunos não conseguem realizar a leitura de mundo, e pior ainda associar a Geografia escolar ao seu cotidiano. A escola não consegue alfabetizar espacialmente, e justamente não temos uma leitura de mundo, apesar de que de fato a gente lê o mundo, muito antes de ler a palavra, Callai (2005). Helena Callai vai nos instigar com uma pergunta auspiciosa, como ler o mundo da vida? Sem dúvidas, é partindo do lugar, considerando a realidade concreta do espaço vivido (CALLAI, 2005, p.234). É no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo configurando e transformando o espaço, dando feição ao lugar, e por isso o

lugar ganha sentido quando o aluno compreende o que é lugar e que também faz parte desse lugar. Nesse sentido Milton Santos nos ajuda a compreender:

Um lugar que não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (SANTOS, 2000, p. 114 Apud CALLAI, 2005, 233).

Tendo lugar, como ponto de partida, a análise da fotografia unida ao presente do cotidiano do aluno, e levando em consideração que ela representa a materialização do espaço no tempo histórico, se pode enxergar um período de alterações, reformas, transições, e trazendo para nossos dias, temos uma série de mudanças no espaço-tempo, e o estudo das fotografias revela isso, sendo nossa proposta de observar e comparar o antigo com o novo, o antes e depois. Esse lugar cotidiano combina os vários elementos de tempos diferentes, e Milton Santos vem dizer, conforme citado por Callai (2005).

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou da rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural. (SANTOS, 1988, p. 98).

Da leitura de lugar, analisando imagens fotográficas, chegamos ao estudo geográfico da paisagem, ao olhar espacial sobre a mesma, e Santos vem dizer que paisagem é “domínio do visível, aquilo que a vista abarca, não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons (...) e a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão” (SANTOS, 1988, p.62, Apud CALLAI, 2005, p.238). A paisagem, não é formada apenas por seus elementos visíveis, mas também pelos não visíveis, por aquilo que muitas vezes deixamos passar despercebido, é intrinsecamente pessoal e se for observado torna-se coletivo. Apresentando os conceitos de paisagem e lugar, segundo Milton Santos, exponho a análise do uso da fotografia em sala de aula. E Asari, Antoniello e Tsukamoto (2004, p.183) nos ajuda nesta etapa conforme citado por Mussoi (2008):

Por mais que a fotografia seja produzida com certa finalidade, a sua representação vai conter um meio de informação e conhecimento, e o seu conteúdo irá ajudar o aluno a se constituir como um leitor crítico da paisagem, levando-o à compreensão de conceitos e acontecimentos, muitas vezes, abstratos e complexos. (ASARI, ANTONIELLO e TSUKAMOTO, 2004, p. 194 Apud MUSSOI, 2008.).

E ainda para Travassos (2001), também citado por Mussoi (2008) a fotografia pode ser entendida como “uma fonte infinita de dados, fatos e informações, transformando-se por isso, em um poderoso instrumento de ‘materialização’ de lugares nunca antes visitados por alguns.”.

É sem dúvida que a fotografia é um ótimo recurso para a percepção do espaço geográfico, da paisagem e lugar, e mais ainda se essa fotografia for conhecida do aluno, do próprio cotidiano, da própria rua, bairro, do caminho da escola.

(...) a utilização da fotografia pode estimular a observação e descrição das paisagens pelos alunos, preparando-os para tirarem suas próprias conclusões e elaborarem soluções para problemas da sua realidade, e não apenas como uma ilustração do conteúdo geográfico ministrado. (MUSSOI, 2008)

Por fim, a pretensão desse projeto é despertar nos alunos o senso crítico da leitura do espaço, da leitura de paisagem, e também para que possam compreender todos os elementos presentes no meio, sejam eles visíveis ou invisíveis; fazendo com que os caminhos do cotidiano, ganhem uma nova significação, ganhe ares de interpretações, a partir de um olhar geográfico.

RESULTADOS

O trabalho como já mencionado esta sendo fruto do projeto de Estágio implantado na turma do 8º ano A na escola Professor Mozart Rodrigues. E como proposta é analisar as fotos antigas do município e fazer com que os alunos possam compreender e perceber as diferenças no lugar e na paisagem. Contudo pelo fato de que esta em andamento à aplicação do projeto, os resultados finais não foram concluídos, entretanto, acreditamos que essa proposta não perdeu a sua importância e acreditamos ainda que seja de extrema

relevância pelo fato do engajamento do alunato no protagonismo de construir o projeto e discutir duas categorias primazes da Geografia.

Além do mais este trabalho desperta novas discussões a cerca da realização do estágio, novos métodos que beneficiam tanto a formação docente do futuro professor quanto às novas estratégias de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de busca de um ensino mais crítico e reflexivo é necessário estabelecer uma ligação entre teoria e prática, entre o que se aprende na escola e aquele vivenciado no dia-a-dia. Por isso, é de extrema importância buscar alternativas que ajude nesse processo.

Este trabalho procurou trazer o uso da fotografia como meio pedagógico no ensino de Geografia. Essa metodologia unida ao ensino de leitura de mundo torna o ensino dessa disciplina, mais coerente e revolucionária, formando cidadãos mais conscientes. Por essa razão que Helena Callai nos atença falando que:

Por meio da geografia... Podemos encontrar uma maneira interessante de conhecer o mundo, de nos reconhecermos como cidadãos e sermos agentes atuantes na construção do espaço em que vivemos... E conhecer seu mundo, o lugar, em que vive, para poder compreender o que são os processos de exclusão social e a seletividade dos espaços. (CALLAI, 2005, p.245)

As imagens fotográficas constituem numa excelente forma de estudos e até mesmo de motivação para os alunos perceberem-se como agentes construtores do espaço. Ao analisar uma imagem da cidade e entender o conceito de lugar e de paisagem e assim compreender os processos de mudanças e marcas que o tempo deixa no espaço, que eles deixam no lugar.

A ambição deste trabalho é facilitar o processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Geografia, através de novos instrumentos metodológicos (imagens fotográficas), instrumentos simples, mas que carregam uma carga conhecimento significativa,

sobretudo quando aprendemos a ler o mundo, e a compreender o lugar, entendendo as entrelinhas do que não está visível, isso é estudar geografia.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Natanael Reis. **A imagem da Geografia e do ensino da Geografia pelos professores das séries iniciais.** Revista Estudos Geográficos. Rio Claro, junho 2006. p. 107-116. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/view/210/176>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2018.

BRANDIMILLER, Julia Burger. **Exercícios do olhar: A fotografia na educação infantil.** 2011. Dissertação (Especialização em Pedagogia da Arte) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29265>>. Acesso em: 06 de Outubro de 2018.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental.** Cad. Cedes, Campinas, vol.25, n.66, maio/ago. 2005, p. 227-247. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2018.

FILHO, A. J. M.; BARBOSA, M. C. S. **Metodologias de pesquisa com crianças.** Revista Reflexão e Ação, v.18, n.2, p.08-28, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2015n31p107>>. Acesso em: 06 de Outubro de 2018.

KOSSOY, B. **Fotografia e história.** São Paulo: Ática, 1989.

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de Geografia.** In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. et. al. (org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 173-186.

MUSSOI, Arno Bento. **A fotografia como recurso didático no ensino de Geografia.** Artigo (Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná) UNICENTRO, Guarapuava, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/785-2.pdf>>. Acesso em: 06 de Outubro de 2018.

PRADO, M. E. B. B. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. In.: **Integração das Tecnologias na Educação/ Secretaria de Educação a Distância.** Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

SANTOS, R.C.E.; CHIAPETTI, R.J.N. **Uma investigação sobre o uso das diversas linguagens no ensino de Geografia: uma interface teoria e prática.** Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n. 3, p.164-167, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7353>>. Acesso em: 05 de Outubro de 2018.

SCHNELL, Rogério. **Uso da fotografia em sala de aula Palmeira: espaço urbano, econômico e sociabilidades – a fotografia como fonte para a história – 1905 – 1970.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/5-4.pdf>>. Acesso em: 04 de Outubro de 2018.

TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset. **A fotografia como instrumento de auxílio no ensino da Geografia.** In: Revista de Biologia e Ciências da Terra. Volume 1, n. 2, p. sn, 2001. Disponível em:<<http://209.85.165.104/search?q=cache:n85nkdbML1EJ:www.uepb.edu.br/eduep/rbct/sumarios/pdf/fotografia.pdf+foografia+ensino+geografia&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>. Acesso em: 06 de Outubro de 2018.

CRISE HÍDRICA E AS FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO DISTRITO DE MONTE ALEGRE BARRO-CE

Eliziana dos Santos Oliveira

oliveira.eliziana64@gmail.com

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG
Pós-Graduada em Geopolítica e História pela Faculdade São Francisco da Paraíba-
FASP

Alexandra da Silva Pereira

alexasilva70@gmail.com

Graduada História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG
Pós-Graduada em Geopolítica e História pela Faculdade São Francisco da Paraíba-
FASP

Klédson Pinheiro de Sousa

kledsonpinheiro@hotmail.com

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG
Pós-Graduada em Geopolítica e História pela Faculdade São Francisco da Paraíba-
FASP

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar quais as diferentes formas de abastecimento de água nos períodos de estiagem, no Distrito de Monte Alegre-Barro-Ce. Diante esse objetivo buscou-se especificamente identificar as principais causas que proporciona a falta de água e apresentar as formas de acesso à água na comunidade. A realização deste trabalho foi qualitativa, através das pesquisas realizadas e trabalho de campo, o método utilizado foi dedutivo, analisando o global até o local. A água é um recurso natural que vem se tornando escasso em algumas áreas do planeta, o uso irracional da água e a sua própria dinâmica de distribuição afeta milhões de pessoas mundialmente. Identificou-se que a comunidade de Monte Alegre possui quatro formas de acesso a água: os reservatórios superficiais e subterrâneos, as cisternas de placas e polietileno e os carros pipas. Estudar sobre a crise hídrica do Monte Alegre é buscar novas possibilidade para minimizar os efeitos da seca e garantir água de qualidade para a população.

Palavras chave: Água, abastecimento, Monte Alegre, crise hídrica.

INTRODUÇÃO

A água é um recurso vital e de suma importância para o desenvolvimento animal e vegetal no Planeta Terra. Com o desenvolvimento populacional e econômico a demanda por esse recurso se torna maior, desta forma a própria dinâmica global na distribuição pluviométrica irregular associada aos fatores mencionados acima dificulta o acesso a água.

A Região Nordeste brasileira é caracterizada por irregularidades pluviométricas e secas esporádicas. Nesse período de estiagem alguns sistemas de abastecimento de água em que o reservatório principal (a caixa d'água) fica mais elevado do que as residências de um determinado local, entram em colapso devido à queda do volume de água dos aquíferos. A água vem dos armazenamentos subterrâneos como: poços profundos e poços amazonas, este ultimo mais utilizado.

Dentro desse contexto a Comunidade do Distrito Monte Alegre, localizado às margens da BR 116, á 20 km do Município de Barro no Estado do Ceará, é abastecida pelo Sistema Comunitário, essa forma de abastecimento se dá pela canalização até as residências, operado pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), devido às chuvas irregulares esse sistema entra com facilidade em colapso. Diante dessa problemática ao acesso à água fornecida pelo Sistema Comunitário, surge a pergunta: Quais as formas paliativas para minimizar os efeitos da seca no Distrito de Monte Alegre? Perante essa indagação analisaremos os fatores que contribuem para o sistema de abastecimento de água da localidade não supri as necessidades da população nos períodos de estiagem.

O trabalho apresentado tem como objetivo Investigar quais as diferentes formas de abastecimento de água nos períodos de estiagem, no distrito de Monte Alegre, BarroCe. Identificar as principais causas que proporcionam a falta de água na comunidade e apresentar as formas de acesso à água.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os recursos hídricos do nosso planeta são utilizados pelo homem com diversas finalidades: para agricultura, cozinhar, beber, irrigação, indústria etc. Os reservatórios mais usados são: os rios, açudes, os poços com a retirada da água do subsolo, uma forma mais referida para o abastecimento populacional.

A água tem para a humanidade um valor, sem ela o homem não sobreviveria, no entanto esse não deixa de causar impactos nesses recursos hídricos, usando de forma irracional, desperdiçando nos períodos de estiagem e cheia, sem ter a consciência que este bem vital é limitante, podendo se tornar escasso a qualquer momento.

De acordo com a ANA (Agência Nacional de Águas) (2007):

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: I - a água é um bem de domínio público; II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

A População da região semiárida brasileira convive continuamente com os períodos de escassez hídrica, períodos de estiagem que ocorrem de forma sazonal, cíclica. Essa região é caracterizada por grandes períodos de estiagem- as secas- precipitações irregulares, clima semiárido. Para Rebouças e Marinho *apud* Rebouças (2004, p.55): As secas no Nordeste semiárido do Brasil poderiam ser definidas como o processo que é gerado pela ocorrência das chuvas em regime incompatível com as necessidades das culturas de subsistência, tais como milho e feijão. [...]

Essa incompatibilidade das chuvas com as necessidades da população reflete na cultura de subsistência dos nordestinos e ao armazenamento da água, uma vez que o solo da região não contribui para uma boa infiltração, considerando que essa região concentra-se em 70% do embasamento cristalino, constituídos por rochas, ou seja, o próprio solo dificulta a infiltração da água e armazenamento no solo.

Segundo TEIXEIRA et al (2008, p.118):

A infiltração é favorecida pela presença de materiais porosos e permeáveis, como solos e sedimentos arenosos. Rochas expostas muito faturadas ou porosas também permitem a infiltração de águas superficiais. Por outro lado, materiais argilosos e rochas cristalinas pouco faturadas, por exemplo, corpos ígneos plutônicos e rochas metamórficas como granito e gnaisse, são desfavoráveis a infiltração.

A irregularidade de chuvas no Nordeste causa diversas consequências para a população, especificamente no Sertão Nordestino, acarretando principalmente a falta de água. Algumas localidades do Nordeste durante este período ficam sem nenhuma gota d'água, muitas são abastecidas por carros pipas, estes por vezes trazem água de qualidade suspeita para o consumo humano. É fundamental um abastecimento de água com qualidade, que seja capaz de atender determinada localidade, deixando essa água livre de impurezas.

A água não é encontrada de forma pura na natureza, quando essa cai em forma de chuva, traz consigo impurezas do próprio ar. Desta maneira é necessário um sistema de tratamento para retirar algumas impurezas e deixá-la livre para o consumo da população. Para Santana e Batista (2012, p.25) o sistema de abastecimento de água é entendido:

O sistema de abastecimento de água pode ser concebido e projetado para atender a pequenos povoados ou a grandes cidades, variando nas características e no porte de suas instalações. Caracteriza-se pela captação da água da natureza, adequação de sua qualidade ao padrão potável, transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população em quantidade compatível com suas necessidades.

O abastecimento de água é um sistema que capta a água bruta, trata e distribui para uma comunidade ou uma cidade. O sistema mais comum de abastecimento é aquele em que o reservatório principal (a caixa d'água) fica mais elevado do que as residências de um determinado local, funcionando pela gravitação.

A água é tão importante para o homem, que este começa a pagar um preço no mercado por ela. [...]. O bem comum passa então, a ser tratado como mercadoria para consumo, com preço de mercado. Isso vem ocorrendo desde o momento em que os principais centros financeiros do mundo se deram conta que a importância de uma nação passaria pela utilização mais eficiente de água, ou seja, como uma mercadoria. (REBOUÇAS, 2004, p.59).

Os principais fatores que contribuíram a falta de acesso à água são: o desenvolvimento econômico e o aumento populacional, à medida que esses fatores expandem, conseqüentemente haverá uma demanda maior por água, muitas vezes desordenada, ocasionado à alteração desses recursos e grandes impactos sobre eles.

No auge da atividade industrial, com o surgimento de novos modelos tecnológicos, o ser humano passou a ser manipulado por esses processos que provocaram grandes impactos no meio, gerando assim uma sociedade consumista, tendo como consequência a geração de resíduos sólidos, usos de agrotóxicos nas plantações, trazendo grandes problemas como a falta de saneamento, a poluição das águas, entre outros.

O ser humano deveria repensar sobre a forma que age no meio, lembrando que ele é totalmente dependente desse meio. A natureza possui duas formas de recursos que o homem utiliza: os renováveis e o não renovável, e a água é um recurso não renovável, se não utilizarmos esse elemento da natureza de forma certa, acabaremos ficando sem o mesmo.

Metodologia

Essa pesquisa foi realizada no ano de setembro 2014 a fevereiro 2015 no distrito de Monte Alegre, Barro-CE, fazendo uma retrospectiva desde o ano de 2012. Dando continuidade no ano de 2018 com surgimento de mais uma forma paliativa para minimizar os efeitos da seca nessa localidade.

Para a realização dessa pesquisa, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos metodológicos dando uma classificação a um a pesquisa descritiva. Levantamento bibliográfico, levantamento cartográfico e o levantamento dos dados da população local.

A metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. (PEREIRA *apud* Fonseca, 2013. P.16). A pesquisa é fundamental para termos o conhecimento detalhado da área estudada, buscando novos caminhos e novas descobertas, aprofundando o conhecimento já existente.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E A CRISE HÍDRICA LOCAL

O Distrito Monte Alegre está localizado na Divisa do Estado Ceará com o Estado da Paraíba, a uma distância de aproximadamente 20 km do Município de Barro. A localidade é dividida de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (2014) em Zona Urbana compreendendo a área que se encontra a SEFAZ e a Zona Rural que abrange a partir do Açude Almeida.

Figura 1: área de estudo



Fonte: www.gosur.com. Acessado em novembro de 2018.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (IBGE) senso 2010, a população residente no município de Barro é de 21.514 habitantes. Destes 13.160 vivem na sede da cidade e 8.354 na zona rural. Segundo a Agente de Saúde da comunidade o Distrito Monte Alegre representa uma localidade pequena que reúne uma população formada de 120 famílias totalizando 358 habitantes.

DISCURSÃO DOS RESULTADOS

Na área objeto de estudo, a falta de água para o abastecimento é uma problemática discutida entre os moradores e notória pelas circunvizinhanças. Monte Alegre faz parte do Município de Barro no Estado do Ceará, caracterizado pelo déficit hídrico e pelos solos do embasamento cristalinos.

O Ceará passou pela pior seca dos últimos 55 anos. Dos 184 municípios que compõem o estado, 96% decretaram situação de emergência, ou seja, 176 cidades. Nestes

lugares a chuva não chega, os mananciais estão á beira de um colapso, a água para beber é difícil e, muitas vezes, vem de carro-pipa, porém a qualidade do líquido distribuído para o consumo é desconhecida pela população. (LAVOR, 2014, *online*)

Desde o ano de 2012 o volume de água do reservatório que abastece a comunidade começou a entrar em colapso, devido à irregularidade pluviométrica. Agravando a situação da população no ano de 2013 quando a população começou a racionar água, evitando a falta desse recurso para beber.

No ano 2014 as chuvas foram escassas e o racionamento de água continuou. Diante da situação o Presidente da AMAR decidiu junto com a população fazer um rodízio de água, em dias alternados seria abastecida uma parte da localidade e no outro a segunda parte. Assim pouparia a água do Poço e a comunidade não ficaria sem água. Essa alternativa continuou válida por alguns meses, pois em algumas casas da comunidade a água não chegava, considerando que das 120 famílias que moram na comunidade apenas nove delas não são abastecidas pelo Sistema de Abastecimento local.

De acordo com informativo sobre a Estiagem no Nordeste *apud* a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUCEME (2014), apresentados no mês de junho de 2014, choveu neste ano abaixo da média no Estado pelo terceiro ano consecutivo. As precipitações entre os meses de fevereiro e maio de 2014 ficaram 24% abaixo da média histórica, enquanto que as de 2012 e 2013 ficaram em 50.2% e 40% abaixo da média, respectivamente.

A má distribuição dos índices pluviométricos no ano de 2012 foi fornecida pela FUCEMME durante os meses de janeiro, Fevereiro e março apenas em dois desses as chuvas foram acima de 100 mm, ou seja, são chuvas mais significativas que dá para acumular água no subsolo e nos reservatórios superficiais, mas não foi o suficiente para suprir as necessidades da população para o ano seguinte, ano de 2013, considerando que as chuvas foram nos meses iniciais do ano, nos meses seguintes desse mesmo ano não passaram de 50 mm, acarretando uma crise hídrica para o ano de 2013.

Em 2013 os meses com médias pluviométricas acima de 50 mm se concentraram nos meses iniciais e em Dezembro, amenizando a seca deste ano. No mês de Fevereiro

com média 76.6 mm, Março 116 mm, Abril 99.8 mm, Maio 57 mm e Dezembro 116 mm. Nesse ano as chuvas se estenderam durante cinco meses, esses índices pluviométricos não foi o bastante para suprir a necessidade da população e suspender o Sistema de abastecimento local,

No ano de 2014 os índices pluviométricos se concentraram nos meses iniciais. Janeiro 54.9 mm, Fevereiro 164.2 mm, Março 202.4 mm e Abril 146 mm, com médias elevadas diferentemente dos anos anteriores.

Esses índices pluviométricos elevados e maus distribuídos ao longo do ano, não interrompeu a carência de água da área estudada, nesse mesmo ano (2014) a população local começou a racionar água, isso porque essa crise hídrica é revelada desde 2012 com chuvas são irregulares e más distribuídas.

A crise hídrica local foi acarretada desde o ano 2012, ou seja, uma acumulação de déficit hídrico anuais. Durante esses anos o acumulo de água nos reservatórios superficiais e subterrâneos não foram suficientes para abastecer a comunidade estudada, pois há uma sequência de secas desde 2012 até o ano de 2014.

No início do ano 2015 uma nova alternativa surgiu para minimizar os efeitos da seca no Distrito de Monte Alegre, cavou-se um novo Poço Artesiano com sessenta metros de profundidade, este com uma vazão de 1.500 l/h, este por vez não foi utilizado pela população.

Diante a escassez de água a população local é amparada pelos Programas do Governo Federal para minimizar os efeitos das secas como: Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Água para Todos. O P1MC tem como objetivo beneficiar a população do semiárido, com água potável para cozinhar e beber, através das cisternas de placas. E o Projeto Água para todos tem como objetivo atender as comunidades rurais que tem os seus sistemas de abastecimento deficitários para o acesso à água para o seu consumo próprio, produção de alimentos e criação de animais.

Na comunidade podemos encontra as cisternas de placas e polietileno, os reservatórios subterrâneos e os superficiais e os carros-pipa, o último citado utilizado somente em período secos.

AS FORMAS DE ACESSO Á ÁGUA NO DISTRITO MONTE ALEGRE

Os problemas relacionados ao acesso a água, inclusive a água potável, ocorre em vários lugares do mundo e estão entrelaçadas as próprias características regionais diferenciadas do espaço terrestre sejam elas de ordem natural, econômica e social. O acesso à água já é um dos mais limitantes fatores para o desenvolvimento socioeconômico de muitas regiões. A sua ausência, ou contaminação leva à redução global de produtividade social. (CASTRO e SCARIOT, 2005, p.99).

Na comunidade em estudo inserida no semiárido, o acesso à água em períodos de estiagem é problematizado devido às características marcantes da região, a média pluviométrica anual é em torno de 800 mm, mal distribuídos pelo território. O poço que abastece a comunidade não possuiu água suficiente durante esse tempo seco, devido os lençóis freáticos que se encontram descarregado.

Devido o reservatório subterrâneo que abastece a comunidade entrar em colapso no período de estiagem, a população busca novas formas de abastecimento de água: os carros pipas, as águas das cisternas e dos poços amazonas e artesianos particulares.

a) Águas Subterrâneas.

O campo em estudo reúne dez pontos de captação dos reservatórios subterrâneos. Quatro poços artesianos e seis poços amazonas. A situação dos poços segundo dados fornecidos pela agente de saúde da comunidade é a seguinte: três poços profundos são particulares. Os poços amazonas, cinco são particulares, e um abastece a população do distrito antes da instalação do poço atual. Conforme a CONGERH- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (2010) Cerca de 85% do território cearense é pobre em água subterrânea.

O poço profundo público atual possui uma profundidade de sessenta metros de profundidade e apresenta uma vazão de 1.500litros de água por hora. O Poço Tubular,

Também conhecido como poço artesiano, [...]. Possui alguns centímetros de abertura (no máximo 50 cm), revestido com canos de ferro ou de plástico. (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM, 1998, p. 04).

No período de estiagem o poço que abastece a comunidade entra em colapso, os poços particulares continuam a fornecer água para os proprietários, inclusive os proprietários de poços disponibilizam baldes de água para algumas pessoas da comunidade, forma racional.

As formas de acesso à água no Distrito Monte Alegre compreende o Sistema de Abastecimento operado pelo SISAR que se dá até as residências por canalização como se 42, com o reservatório elevado que distribui a água tratada para as residências. Conforme Magalhães, Barbosa e Oliveira (2010) O SISAR é uma espécie de associação mãe, responsável pela auto sustentabilidade e autogestão dos sistemas locais

b) Águas Superficiais.

Já os reservatórios superficiais por serem assoreados e evaporarem rápido, rapidamente fica exposto somente seus solos “rachados”. A evapotranspiração é uma característica do clima semiárido.

Os mananciais são particulares, usufruídos pela comunidade para o uso doméstico com a permissão dos donos, principalmente nos períodos de estiagem, pois os proprietários possuem animais que utilizam as águas dos açudes para beber, e nesse tempo a água desses mananciais diminui impossibilitando o acesso aos moradores.

c) As Cisternas.

As cisternas são outra forma de acesso à água que a comunidade possui, essas são essenciais para a captação da água da chuva, podendo assim, as famílias usarem essa água captada durante o ano, mas como os índices pluviométricos são baixos, durante os períodos secos a comunidade é abastecida por carros-pipas, ou seja, as cisternas

exclusivas para água das chuvas são usadas para colocar água desses carros-pipas. Uma das formas mais simples de sistema de coleta e aproveitamento de água da chuva é através dos telhados. A água da chuva cai nos telhados e escoar por condutores verticais e horizontais (calhas) que direcionam a água para um reservatório. (FERNANDES, NETO e MATOS, 2007, p. 05).

A comunidade é composta por 120 famílias, três não possui nenhum tipo de cisterna, 117 possui cisternas, destas 112 possui cisternas de placas e cinco cisternas de polietileno.

As cisternas de placas foram as primeiras a serem instaladas na comunidade, no início poucas famílias dessa área possuíam as cisternas de placas, inseridas pelo Programa Um Milhão de Cisternas. Desta forma quando ocorria à falta de água quem possuía as cisternas era obrigada a compartilhar a água que era trazida por carros-pipas com as famílias que não possuíam. O P1MC é um programa que surgiu em Novembro de 1999 com a criação da Articulação do Semiárido – ASA – cujo objetivo inicial era garantir o acesso à água adequada ao consumo humano para todas as famílias rurais do semiárido brasileiro, por formação, mobilização social e construção de cisternas de placas. (JÚNIOR et al, 2009, p. 05). A foto 12 mostra um tipo de cisterna coletiva durante as estiagens.

A Cisterna de polietileno é mais uma forma de acesso à água na comunidade, essas totalizam cinco distribuídas pela área. As cisternas implantadas pelo governo federal possuem capacidade de armazenamento de até 16 mil litros de água. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) considera que tal volume é suficiente para que uma família de até cinco pessoas utilize a água para consumo humano por até 240 dias de seca. (ANDRADE e NUNES, 2014, P. 34).

d) Carros Pipas

É possível observar que além do sistema de abastecimento operado pelo SISAR, a comunidade tem acesso à água através das cisternas e açudes. O Carro Pipa é mais uma forma de acesso à água que a comunidade possui durante períodos secos.

Durante o ano 2013, quando o Sistema de Abastecimento foi suspenso, a comunidade foi abastecida por carros-pipas gerando uma grande problemática na área, pois o

carropipa que estava abastecendo a localidade tinha 14 mil litros de água e era um antigo transporte de combustível. No início a água trazida por esse transporte servia apenas para o uso doméstico, pois sem fazer a análise da coleta da água, a própria população reclamava da má qualidade distribuída desse recurso, depois de alguns meses algumas famílias já utilizavam esse recurso para beber.

De acordo com Casali (2008) a água de qualidade:

É aquela que atenda aos padrões de potabilidade estabelecidos pelos órgãos responsáveis, é uma necessidade básica de qualquer ser humano. Toda a água a ser usada num suprimento público, ou num privado, deve ser potável e não deve ser quimicamente pura, pois a água carente de matéria dissolvida e em suspensão não tem paladar e é desfavorável à saúde humana.

A comunidade também utiliza a água dos carros-pipas com 7 mil litros de água do Exército Brasileiro, disponível apenas para o consumo humano e animal, esse recurso distribuído pelo Exército Brasileiro não pode ser utilizado para uso doméstico, e a quantidade de litros de água ofertados é ditado por ele, podendo ser colocada apenas em cisternas com boas condições. As famílias recebem “tics” (tíquetes) da Prefeitura de Barro e entregam aos pipeiros durante o abastecimento de água.

A água distribuída pelos carros pipas do Exército é bastante problematiza, devido o seu uso. Os carros pipas abastecem as cisternas das famílias, essa água lá armazenada só pode ser retirada daquele reservatório com baldes, não pode ser colocado nenhum tipo de utensílio elétrico para a sua retirada, se o Exército apanhar algum utensílio desse tipo o abastecimento de água é suspensa para aquela família.

De acordo com Martins e Justos (2014):

A Operação Pipa é o programa emergencial de distribuição de água do Governo Federal a cargo do Ministério da Integração Nacional, operacionalizado pelo Ministério da Defesa por intermédio do Comando de Operações Terrestre, organização militar do Exército Brasileiro. Seu objetivo é levar água potável aos municípios atingidos pela estiagem no Semiárido brasileiro, que tenha decretado situação de emergência por causa da estiagem.

A carência hídrica do Distrito Monte Alegre é problemática desde o seu Sistema de abastecimento comunitário até as suas formas de acesso a esse recurso como: as cisternas, carros pipas e seus reservatórios superficiais, dificultando o abastecimento da comunidade. A falta de água é gerada pelas próprias condições ambientais locais que dificulta mais ainda o acesso á água, sem o seu racionamento percebemos que esse recurso diminui, fazendo falta para a população. Este recurso vital para a humanidade esta se tronando escasso a cada dia que passa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho realizado em 2014 teve como objetivo geral identificar quais os motivos que levam a população dessa área buscar outras formas de abastecimento durante os períodos de estiagem, observando as circunvizinhanças, somente essa localidade entra em colapso nesse período, comprovando a característica do clima semiárido, chuvas irregulares e má distribuição pluviométrica.

O Distrito Monte Alegre passa por uma crise hídrica desde o ano 2012, e o seus reservatórios superficiais se encontram esgotados, ou seja, em estado de emergência. Identificou-se que ao redor desses mananciais no texto, a vegetação é escassa, ou até mesmo inexistente, a chamada de mata ciliar, a mata que deveria estar acompanhando às margens dos reservatórios, desta forma ocorre uma degradação contínua dos reservatórios, ou seja, quando há chuva tudo o que está ao redor é levado para dentro desses açudes os deixando “rasos”, assoreados, desta forma esses açudes armazenam menos água durante os períodos chuvosos. Seriam necessários durante esses períodos secos por parte da Prefeitura Municipal de Barro tentar solucionar esse problema aprofundando mais esses reservatórios, desta forma, eles poderiam armazenar mais água.

Atualmente a população recebe uma proposta pra a utilização da água de um reservatório superficial da localidade vizinha- Iara-CE, durante o período de colapso do

poço da comunidade, surgindo mais uma problemática: a qualidade da água desse reservatório, devido às diversas finalidades que o mesmo possui.

O reservatório superficial de Iara é utilizado pela população para lavar roupas e recreações, ou seja, a qualidade da água é duvidosa, mesmo que passe por um tratamento local. Essa alternativa amenizaria a falta d'água, mas por outro lado a população continuaria sem utilizar para beber esse recurso. A atenção da qualidade da água deveria ser repensada, enquanto algumas pessoas comparam para beber, outras não, a água é um bem comum e de todos.

Ao finalizar este trabalho, observa-se que é preciso uma melhor gestão dos recursos hídricos disponíveis para a população, além de uma maior conscientização dos consumidores em relação à problemática do abastecimento local. Os recursos hídricos superficiais são escassos, os aquíferos existem, porém não conseguem ser realimentado nos períodos de estiagem prolongada, o apoio das cisternas de placas ou de polietileno associado à política emergencial do carro-pipa são paliativos que não solucionam a crise de abastecimento no Distrito de Monte Alegre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Dossiê Nordeste seco**. Estudos Avançados, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/9474-12146-1-PB.pdf> Acesso em: 16 nov. 2014.

ACADÊMICOS. MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS BIBLIOTECA DA UNISINOS. São Leopoldo, 2014.

ANA, Agência Nacional de Águas. **Legislação básica**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.cbcs.org.br/userfiles/download/LIVROAGENCIANACIONALDEAGUAScd_LB2.pdf. Acesso em: 15 set. 2014.

ANDRADE, Jucilaine Aparecida; NUNES, Marcos Antônio. **Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região**. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/353-413-1-PB.pdf> Acesso em: 06 Nov 2014.

CASALI, Carlos Alberto. Qualidade da água para consumo humano ofertada em escolas e comunidades rurais da região central do rio grande do sul. **DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.** Santa Maria, 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgcs/disserta%E7%F5es%20e%20teses/Disserta%E7%E3o%20Carlos%20Alberto%20Casali.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. SCARIOT, Aldicir. **Escassez de água, uma crise silenciosa.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/noticia.aspx?id=3509>. 2005 Acesso em: 19 Dez 2014.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. CPRM. **NOÇÕES BÁSICAS SOBRE POÇOS TUBULARES.** Agosto, 1998. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/arquivos/pdf/dehid/manubpt.pdf> Acesso em: 26 nov 2014.

COMPANHIA DE GETÃO DOS RECURSOS HIDRICOS. CONGERH. **Só 15% do CE tem águas subterrâneas. Diário do Nordeste,** 2010. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/so-15-do-ce-tem-aguassubterraneas-1.269145>. Acesso em: 25 out 2014.

JÚNIOR, Demétrius de Brito Coelho etal. **REAPROVEITAMENTO DA ÁGUA DAS CHUVAS: ESTUDO SOBRE O PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS.** Salvador, 2009.

LAVOR, Thays. **Seca no Ceará é a pior dos últimos 55 anos e atinge 96% do estado.** Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/seca-no-ceara-a-piordos-ultimos-55-anos-atinge-96-do-estado-13713196> Acesso em: 25 jan. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NUNES, Silene Maria. **Aspectos éticos quanto ao acesso desigual à água potável.** Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/68/110a116.pdf>. Acesso em: 19 out. 2014.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE **BARRO –CE.** Diagnóstico. 2014. Disponível em: http://www.barro.ce.gov.br/estrutura/videos/images/PMSB_Barro_DIAGNOSTICO_NOVO.pdf Acesso em 03 Jan 2015.

REBOUÇAS, Aldo. Uso inteligente da água. **Escrituras Editora, São Paulo, 2004.**
SANTOS, Edinaldo et al. A seca no nordeste no ano de 2012: relato sobre a estiagem na região e o exemplo de prática de convivência com o semiárido no Distrito de
Anais do VIII SEMAGEO – III SGS

ISSN 2446-6840

CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

Iguaçu/Canindé-CE. **Disponível**

em:http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/013_%28A%20SECA%20NO%20NORDESTE%20NO%20ANO%20DE%202012%20RELATO%20SOBRE%20A%20ESTIAGEM%20NA%20REGI%C3%83O%20E%20O%20EXEMPLO%20DE%20PR%C3%81TICA%20DE%20CONVIV%C3%8ANCIA%20COM%20%29.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

SANTANA, Agenilson; BATISTA, Mônica (Coords). **Manual do Saneamento Básico: Entendendo o saneamento básico ambiental no Brasil e sua importância socioeconômica**. Instituto Trata Brasil. São Paulo, 2012.

SILVA, Roberto Marinho Alves da .**Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido**. Soc. estado., Brasília , v. 18, n. 1-2, Dec. 2003 .

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922003000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jul. 2013.

SOARES, Edimilson. Seca no Nordeste e a transposição do rio São Francisco. **Belo Horizonte**, 2013. Disponível em:

<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewFile/295/247>

Acesso em: 10 out. 2014.

SUASSUNA, João. **SEMI-ÁRIDO: Proposta de convivência com a seca**. Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

O SEMI-ÁRIDO DE GOELA SECA. . Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

TEIXEIRA, Wilson [et.al]. **Decifrando a Terra**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 2008.

IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO LIXÃO A CÉU ABERTO NO MUNICÍPIO DE MUNICÍPIO DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA - PB

João Victo Soares de Moura
victo.moura@hotmail.com E.E.E.I.F.
Professora Francisca Fonseca Matias

Prof. Laurindo Francisco Duarte Filho
laurindoduarte9@gmail.com
E.E.E.I.F. Professora Francisca Fonseca Matias Prof(a)
Orientador: Dr^a. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo.

RESUMO: No Brasil, os lixões e aterros controlados são os maiores geradores de impactos ambientais, pelo fato, de receberem resíduos sólidos de origens distintas, que podem causar problemas ambientais irreversíveis. Assim, surge então a necessidade de avaliar os reais impactos causados pela prática inadequada de descarga de resíduos a céu aberto. O lixo vem a cada ano, aumentando consecutivamente sua demanda, graças a modernidade e o mundo consumistas que vivemos. Visando um futuro problema em relação a isso, presumimos que a população poçomourense precisa por todas as vias conhecer os riscos e as consequências causadas por causa do despejo excessivo do lixo. Desta forma, considerando as problemáticas ambientais causadas pela má destinação e disposição final inadequada dos resíduos sólidos, o presente estudo teve por objetivo avaliar os impactos ambientais do lixão a céu aberto localizado no Município de Poço de José de Moura – PB, mediante o método matricial de avaliação de impactos ambientais. A metodologia utilizada foi o estudo através da pesquisa de campo, levantamento bibliográfico, com observações diretas sob a área de estudo, com fotografias visando a diagnosticar a situação da área diretamente afetada.

Palavras-chave: Resíduos sólidos; Lixão; Destinação final e impactos ambientais.

INTRODUÇÃO

O processo de criação e ampliação das áreas urbanas ao longo dos anos tem contribuído para o aparecimento de diversos impactos ambientais negativos ao meio ambiente. O surgimento e o desenvolvimento da sociedade sempre estiveram relacionados à geração de resíduos sólidos oriundos de diversas atividades, sendo considerados um dos principais causadores de impactos ambientais atualmente.

Em cidades de países em desenvolvimento com urbanização muito acelerada, verificam-se déficits na capacidade financeira e administrativa dessas em prover infraestrutura e serviços essenciais como água, saneamento, coleta e destinação adequada do lixo e moradia, e em assegurar segurança e controle da qualidade ambiental para a população (Jacobi e Besen, 2011).

A questão do lixo não tem recebido a atenção necessária, ou seja, o que vem sendo feito para solucionar esse problema não é o suficiente. Desde os primórdios de sua presença na Terra, as pessoas procuram viver em um grupo, o que futuramente acarretará mas problemas relacionados ao Lixo no nosso planeta. De acordo com o crescimento médio anual da população, calcula-se que a terra terá no ano de 2050, perto de 9,4 milhões de habitantes e o Brasil aproximadamente 242 milhões de habitantes.

Especificamente no Brasil, o manuseio e eliminação de resíduos sólidos é um dos fatores de maior contribuição na geração de impactos ambientais, que coloca em risco principalmente a saúde pública.

Segundo dados obtidos na pesquisa nacional de saneamento básico, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 50,8% dos resíduos produzidos no país ainda são lançados em vazadouros a céu aberto. O problema é mais agravante na região norte do país, onde aproximadamente 59% dos municípios lançam seus resíduos em lixões (Abrelpe, 2010).

Enquanto isso o grande desafio do nosso Século é considerar os limites da capacidade de suporte do ambiente e ter consequência de nossa relação com a natureza principalmente no que diz respeito aos recursos que utilizamos e aos dos destinos que damos aos resíduos produzidos só assim podemos amenizar o impacto sobre o ambiente e garantir um mundo habitável para as próximas gerações.

A disposição final dos resíduos sólidos urbanos dentro do município é de responsabilidade das prefeituras, exceto os resíduos de caráter especial que deverá ser de

responsabilidade do próprio gerador. No entanto, a grande maioria dos resíduos sólidos gerados no Brasil é disposta em lixões causando sérios problemas ambientais.

A área objeto de estudo está localizada no alto sertão paraibano, onde a partir de observações foi constatado que o município de Poço de José de Moura – PB a alguns anos vem enfrentando problemas ocasionados pelo lixão a céu aberto, e que a disposição desses resíduos vem afetando o meio ambiente e causando impactos quase que irreversíveis a população, como também, a fauna e flora da região.

OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

Avaliar os impactos ambientais do lixão a céu aberto localizado no Município de Poço de José de Moura – PB, mediante o método matricial de avaliação de impactos ambientais.

Objetivos Específicos:

- Mostrar os impactos ambientais causados pelo resíduos dos lixões a céu aberto
- Alertar a comunidade sobre possíveis doenças causadas pelo lixão
- Buscar alternativas para minimizar o aumento do lixo jogados no solo
- Conscientizar os órgãos públicos sobre as consequências de se ter um lixão a céu aberto próximo a área urbana;

METODOLOGIA

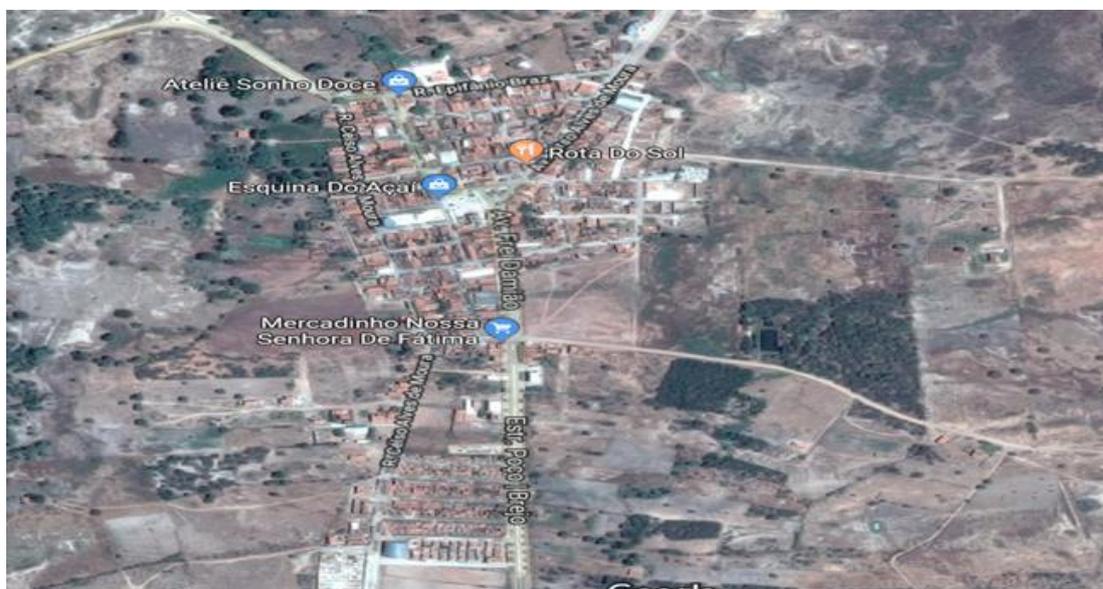
A metodologia utilizada neste trabalho foi feita a partir de um estudo de campo ao local do lixão a céu aberto, através de registros fotográficos, como também levantamento bibliográfico, conversas com moradores e catadores de lixo para obter informações relacionadas a problemática dos impactos ambientais causados ao meio ambiente local.

A relevância deste trabalho se justifica por ser um estudo primário sobre os impactos causados pelo lixão no município, como forma de alertar e conscientizar a população dos perigos ocasionados pelo acúmulo de lixo de forma inadequada. Como

também mostrar ao poder público municipal que essa forma inadequada irá trazer grandes problemas ambientais a comunidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado no município de Poço de José de Moura – PB, o município se estende por 101 km² e contava com 3 978 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 39,4 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Triunfo, Uiraúna e São João do Rio do Peixe, Poço de José de Moura se situa a 35 km ao Norte-Leste de Cajazeiras a maior cidade nos arredores. Situado a 285 metros de altitude, de Poço de José de Moura tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 6° 34' 19" Sul, Longitude: 38° 31' 46" Oeste. A pesquisa foi desenvolvida no lixão a céu aberto numa distância de aproximadamente 5 km da sede do município.



Satélite do município de Poço de José de Moura – PB. Fonte: Google Maps 2018.

O estudo foi realizado através de pesquisa de campo, com observações diretas sob área de estudo, visando a diagnosticar a situação atual do lixão a céu aberto. Para tanto, utilizou-se de levantamento fotográfico, buscando representar os possíveis impactos ambientais ocasionados pelo lixão.

A fim de se obter informações sobre a gestões dos resíduos sólidos e suas consequências decorrentes da disposição no lixão, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico. Feito a leitura e o fichamento do material coletado, e os dados de interesse foram sistematizados resumidos ou transcritos.

O estudo se caracterizou como uma Pesquisa a Campo, mediante observação com visitas in loco, no período de julho a setembro de 2018. Utilizou-se registro fotográfico e avaliação visual para a constatação do real impacto causado pelo lixão. Além de observação sistemática (visita in loco para constatação do real impacto ambiental causado pelo lixão). Bem como utilização de pesquisa bibliográfica (MARCONI & LAKATOS, 2010).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Resolução do CONAMA n° 001/86 dispõe de um conceito de Impacto Ambiental que envolve: “Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais”. Diante disso, observa-se que aspecto ambiental diverge de impacto ambiental, pois os aspectos ambientais são os mecanismos ou processos que levam às consequências ambientais, e tais consequências são os impactos ambientais.

Uma das maiores causas de Impacto Ambiental no Brasil são os aterros controlados e lixões (vazadouros a céu aberto), que recebem Resíduos Sólidos de várias origens diferentes. Neste âmbito, a ABNT NBR 10.004:2004 profere que “Resíduos Sólidos são resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição”. Entende-se assim, que a disposição final inadequada destes resíduos constituem

problemas sanitário, econômico e principalmente estético nas cidades brasileiras (BRASIL, 2006).

Há a percolação dos líquidos derivados da decomposição do lixo, a liberação de gases para a atmosfera, a presença de animais, a presença de catadores e os riscos de incêndios causados pelos gases gerados pela decomposição dos resquícios, por se formarem grandes pilhas de lixo, sem critérios técnicos, ou seja, consiste numa forma inadequada e ilegal de deposição de resíduos sólidos (LIRA, 2009).

O depósito de resíduos sólidos a céu aberto ou lixão é uma forma de deposição desordenada sem compactação ou cobertura dos resíduos, o que causa a poluição da água, do solo e do ar, bem como a proliferação de doenças. Por sua vez, o aterro controlado é outra forma de deposição do resíduo, tendo como único cuidado a cobertura dos resíduos com uma camada de solo ao final da jornada diária de trabalho com o objetivo de reduzir a proliferação de vetores de doenças (ZANTA; FERREIRA, 2003, p.2).

Assim sendo, os resíduos sólidos jogados a céu aberto em lixões também favorece ao aparecimento de baratas, ratos, mosquitos e moscas, os quais são vetores de várias doenças causados ao ser humano, podemos citar como exemplos de doenças, febre tifoide, disenterias entre outras.

O predomínio d utilização dos lixões como forma de deposição final deve-se aos fatores seguintes: (ALBERTE, et al., 2005).

- Limitação financeira devido a orçamentos mal planejados, fluxo de caixa de desequilíbrio, arrecadação insuficiente e inexistência de linha de crédito;
- Falta de capacitação técnica e profissional, em todos os níveis de formação;
- Descontinuidade política e administrativa;

- Menor custo quando comparada com outros processos, exigindo poucos equipamentos e mão-de-obra não especializada;
- Grande parte dos municípios brasileiros são de pequenos portes, e gera uma quantidade de lixo que, em princípio não justifica grandes instalações;
- A maioria dos pequenos municípios ainda possui áreas próximas disponíveis para a construção de aterros.

Todos esses elementos se encaixam perfeitamente no perfil do nosso município, deixando claro que, falta ser muita coisa por parte do poder público para dar um destino adequado ao lixo produzido na cidade.

A escolha desse assunto é justificada por notar o descarte e alojamento do lixo na nossa cidade, onde a prefeitura e nem mesmo os moradores não tomam providências corretas para o paradeiro do lixo e sua a forma de decomposição.

É drástico ver a forma em que age o ser humano visando sempre priorizar o lucro. Lucro no qual acaba interferindo no meio natural provocando poluição drasticamente no solo e causando inúmeras consequências na atmosfera.

No caso da situação na qual se encontra o lixo, a sua decomposição está sendo feita de maneira inadequada e inapropriada para o meio ambiente, provocando emissões de poluentes para atmosfera no qual se houverem componentes plásticos o prejuízo é ainda maior pois a fumaça se torna extremamente tóxica.

A flora da região em que se encontra o “aterro sanitário” pede socorro e ainda faz uma denúncia na qual podemos perceber que o lixo está tendo um fim não apropriado, ou seja, ele está sendo queimado. Queimar lixo doméstico é crime e a lei de crimes ambientais nº 9605/1998 em seu artigo 54, descreve o crime de poluição de qualquer forma que coloca em risco a saúde humana ou segurança dos animais ou destrua a flora.

Todos os lixos recicláveis ou não recicláveis estão sendo depositado de maneira inapropriada neste mesmo local sem os devidos cuidados.

RESULTADOS

Durante toda a pesquisa realizada em campo, pôde-se observar que a maior parte dos resíduos sólidos dispostos no lixão era constituída basicamente de papeis, papelão, madeira, plástico e resíduos orgânicos. Os resíduos gerados no hospital do município são coletados pela prefeitura e conduzidos para o lixão. Esse tipo de resíduo, apesar de não ser a melhor medida a ser tomada, deveria ser separado e aterrado imediatamente, em local reservado.

A forma de disposição de resíduos sólidos a céu aberto favorece a proliferação de micro e macro vetores, os quais podem ser via de acesso de organismos patogênicos, que pode causar problemas à saúde dos indivíduos que se apresentem no local. No entanto, foi identificada a presença de catadores no lixão (Imagem 1).



Imagem 1: Catadoras de lixo. Fonte: João Victo, 2018.

Outro problema identificado foi a poluição visual das áreas circunvizinhas, produzindo alterações da paisagem por longas extensões. Segundo Leite e Lopes (2000) em um lixão existem também a poluição visual das áreas circunvizinhas pelos resíduos

leves, como plásticos e papéis que são conduzidos pelo vento por uma longa distância (Imagem 2).



Imagem 2: Lixão a céu aberto. Fonte: João Victo, 2018.

Além desses, os principais impactos identificados no lixão analisados foram, aumento do processo erosivo, compactação do solo, emissão de gases de efeitos estufa, contaminação do solo e possivelmente do lençol freático, redução e estresse da fauna local, redução da biodiversidade nativa, e também a queima do bioma caatinga (Imagem 3).



Imagem 3: Queimadas da caatinga e a queima do lixo. Fonte: João Victo, 2018.

Esses impactos afetam diretamente a qualidade de vida ambiental e promovem um desequilíbrio ecológico para os animais vivos que habitam nessa área, especificamente no que diz respeito à fauna e flora local, como identificado na pesquisa. Outro ponto negativo analisado foi uma possível contaminação de um lençol freático próximo a esse lixão, já que encontramos água ao redor como se fosse um riacho (Imagem 4).



Imagem 4: Contaminação de um riacho próximo ao lixão. Fonte: João Victo, 2018.

O estudo verificou através da observação *in loco* dos impactos ambientais que o lixão do município possui um caráter degradativo, uma vez que seus impactos afetam bastante o ambiente de forma negativa, comprometendo o equilíbrio do ecossistema no qual o lixão está inserido. Esta ação negativa pode ser observada claramente pelas imagens mostradas, na qual a maioria dos impactos apresenta uma alta capacidade de degradação do meio ambiente.

Os conseqüências desses impactos ocorrem de forma permanente, pois uma vez executada a ação os efeitos continuam a manifestar-se por escala temporal e espacial indeterminada. Isso pode ser evidenciado pela frequente ocorrência de aumento dos processos erosivos, que foram originados principalmente pela remoção da cobertura vegetal do lugar (Imagem 5).



Imagem 5. O lixo engolido a vegetação da caatinga. Fonte: João Victo, 2018.

Segundo Sánchez (2008), o avanço dos processos erosivos e também dos lixões é determinado pela integração de vários fatores, destacando o tipo de solo, a topografia do terreno, o clima local, as formas de ocupação do território e também pelo tipo de cobertura vegetal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acomodação dos resíduos sólidos no Município de Poço de José de Moura, representa uma ameaça muito grande aos recursos ambientais locais, principalmente no que diz respeito à qualidade ambiental do solo, do ar e da água no subsolo. Verifica-se, no município, a presença de um lixão a céu aberto como principal área de destino final dos resíduos urbanos, que por sua vez não apresenta infraestrutura necessária para a proteção dos componentes ambientais (solo, água, ar e sociedade).

Portanto é necessário que a gestão do município tome providências cabíveis para essa problemática da disposição irregular dos resíduos sólidos, conforme o que preconiza a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) (Brasil, 2010), procurando maneiras e medidas que minimizem as possibilidades de degradação ambiental, como a criação de um aterro sanitário no município, como uma forma adequada de disposição final dos resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS

- ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/downloads/Panorama2010.pdf>>. Acesso em: 19 outubro 2018.
- ABNT NBR 10004 - Resíduos Sólidos – Classificação, de 31 de novembro de 2004. Disponível em: docs>NBR-n-10004-2004>. Acesso em; 19 de outubro 2018.
- ALBERTE, E. P. V.; CARNEIRO, A. P. KAN, L. **Recuperação de áreas degradadas por disposição de resíduos sólidos urbanos**. Feira de Santana. Diálogos & Ciências, 2005.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3. ed. rev. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006.
- CONAMA – **Resolução CONAMA Nº 09, de 31 de Agosto de 1993**.
- JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. Estudos avançados**, v. 25, n. 71. São Paulo, Jan/abril 2011.
- LEITE, V. D.; Lopes, W. S. **Avaliação dos aspectos sociais, econômicos e ambientais causados pelo lixão da Cidade de Campina Grande-PB**. Anais do IX Simpósio Luso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Porto Seguro, 2000, p. 1534-1540.
- LIRA, J. B. de M. **Gestão de Resíduos Sólidos**. IFPE: D-EaD, 2009. 83p.
- MARCONI, M. de A.; LAKOTOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320p.
- SANCES, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- ZANTA, V. M. FERREIRA, C. F. A. **Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos**. In: CASTILHOS JÚNIOR, A. B. (Coord). Resíduos sólidos urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte. Rio de Janeiro. ABES, Projeto PROSAB, 2003.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE POMBAL – PB E SEUS IMPACTOS NO AÇUDE NOVA VIDA: PROPOSTA DE MEDIDAS PARA SUA REVITALIZAÇÃO

Paulo Edson Cordeiro de Sousa
edsoncordeiro33@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande – CFP/UFCG

Jaci Araújo de Sousa

jacysousadearaujo@hotmail.com.br

Universidade Federal de Campina Grande – CFP/UFCG

Silmara Maria de Lira

silmarauna@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande – CFP/UFCG

Juliana de Lima Pereira

juliana_lima_27@hotmail.com

Universidade Federal de Campina Grande – CFP/UFCG

RESUMO

As temáticas ambientais se fazem presentes no nosso cotidiano e as discussões sobre questões hídricas têm despertado o interesse e a preocupação de muitas pessoas, uma vez que este recurso tem sofrido uma sucessão de males. Em virtude disso, o presente artigo tem como objetivo discutir os impactos causados ao açude Nova Vida, localizado na cidade de Pombal – PB, pelo processo de urbanização, apresentando medidas para sua revitalização. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa de dados. Metodologicamente o trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, de campo e levantamento de dados estatísticos. Com a efetivação do estudo, percebemos que os impactos negativos causados ao açude Nova Vida são decorrentes da ação antrópica. A mesma tem desencadeado a degradação ambiental local, gerando consequências ao meio físico, biótico e antrópico. Tais impactos podem ser solucionados através do conjunto de medidas aqui proposto, que deve ser desenvolvido e efetivado pelo poder público, com a colaboração da população, promovendo assim, a revitalização do açude Nova Vida e conseqüentemente a qualidade de vida para os habitantes residentes no entorno deste recurso hídrico. Conclui-se que a população necessita se atentar para os problemas que ocorre na cidade, no meio ambiente e espaço geográfico cobrando do poder público medidas capazes de solucionar os mesmos.

Palavras – Chave: Urbanização. Impactos ambientais. Açude Nova Vida. Revitalização.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre temáticas ambientais se fazem presentes ativamente no cotidiano social. Poluição, impactos ambientais, resíduos sólidos, dentre outros, são citados constantemente em diferentes espaços sociais, meios de comunicação e assuntos em debate. O acelerado crescimento das cidades e de seu número de habitantes contribuiu significativamente para a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida das pessoas na área urbana.

Desde os anos 90 a cidade de Pombal-PB vem crescendo de forma desordenada, sendo construídas habitações em áreas impróprias no qual o Estado tem exercido pouco controle sobre tal fenômeno. O açude Nova Vida, importante reservatório de água desta cidade, foi projetado e construído distante do espaço urbano de Pombal. Devido ao crescimento da cidade e aumento da população, este se incorporou ao espaço urbano estando hoje localizado na zona periférica do mesmo. Além do açude estar cercado por residências, em seu entorno encontra-se instalado pequenos currais para a criação de animais.

A construção de habitações, instituições, instalações de indústrias, desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura e pecuária tende a ocasionar impactos no meio ambiente, principalmente aos recursos hídricos. Nesta perspectiva, apresentamos os seguintes questionamentos: A construção de habitações e desenvolvimento de atividades econômicas no perímetro do açude tem desencadeados impactos ao açude Nova Vida? Quais as consequências que este fenômeno pode desenvolver no meio antrópico, biótico e físico? O poder público do município de Pombal em conjunto com a população tem executado medidas para amenizar esses impactos? Quais? É possível um projeto capaz de solucionar tal problema?

Diante do exposto, esta pesquisa discute os impactos ambientais causados ao açude Nova Vida, situado na cidade de Pombal – PB, em decorrência de ações e processos antrópicos, em especial do desordenado processo de urbanização. Além desta abordagem,

a mesma propõe medidas que visam minimizar ou solucionar os danos negativos causados ao reservatório hídrico e também a população que habita em seu entorno.

Um olhar investigativo acerca dos elementos naturais e construídos que compõe o meio ambiente se faz necessário para identificarmos os problemas ambientais e sociais. Vale destacar também que é preciso desenvolver medidas capazes de solucionar ou amenizar tais problemas. Com a elaboração e execução destas irá acontecer a revitalização e proteção de algumas espaços e recursos naturais (principalmente os recursos hídricos devido sofrerem os impactos diretos da ação antrópica), promovendo assim melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Visando uma melhor compreensão e organização dos itens a serem abordados nesse trabalho, estruturamos o artigo em três sessões, além desta introdução e considerações finais. Na primeira sessão discutiremos brevemente sobre a urbanização das cidades e sua contribuição para o desencadeamento de impactos ambientais. Posteriormente mostraremos os impactos ocasionados ao açude Nova Vida na cidade de Pombal decorrente dos efeitos do crescimento desordenado deste espaço urbano. Por fim, apresentaremos oito medidas como proposta para revitalização deste reservatório de água.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Discutir os impactos causados ao açude Nova Vida pelo processo de urbanização na cidade de Pombal – PB.

Objetivos Específicos

- Analisar as condições socioambientais da área em que está situado o açude Nova Vida;

- Identificar os impactos ocasionado ao açude Nova Vida e os moradores dos bairros circunvizinhos ao mesmo;
- Apresentar medidas capazes de minimizar ou solucionar os impactos negativos causados ao açude Nova Vida e a população residente no entorno deste reservatório de água.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho consiste numa pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa de dados. Os procedimentos metodológicos para a realização deste estudo foram pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica coletamos dados em artigos científicos de pesquisadores como SILVA; LUIZ (2016), FACHIN (2012), CRISPIM et al (2013), PAULA (2015) e RODRIGUES (2013).

Além do mais, buscamos no site do IBGE (2010) informações sobre a cidade de Pombal-PB, assim como adquirimos na Secretaria de Infraestrutura de Pombal – PB – SEINFRA o mapa urbano da cidade em estudo. Após esse levantamento realizamos uma visita ao objeto de estudo (açude Nova Vida), localizado no perímetro urbano da cidade de Pombal entre os bairros Nova Vida e Vida Nova, barrado pela BR 427. A visita *in loco* foi necessária para fazermos uma análise da situação atual do açude e população do seu entorno.

Por fim, processamos as informações obtidas no sistema de informações geográficas (Qgis 2.14.12) e outras ferramentas digitais, exportando na forma de tabelas e mapas para apresentação dos principais resultados.

URBANIZAÇÃO E IMPACTOS AMBIENTAIS

O processo de urbanização traduz no crescimento em população e extensão territorial das cidades. Trata-se da transformação do espaço rural em espaço urbano, fenômeno decorrente da migração populacional do tipo campo-cidade. A construção das

idades ocorre desde a antiguidade. No entanto, após a 1ª Revolução Industrial (entre 1760 e 1860 na Inglaterra), desencadeia-se o crescimento desordenado das cidades.

As pessoas que moravam na zona rural passaram a vir morar na cidade. Com a migração em grande escala e de forma acelerada, as cidades não comportavam todas as pessoas, como também não possuía uma estrutura de saneamento básico. Com isso iniciou-se a construção de casas no entorno da cidade, formando os bairros periféricos e favelas.

No Brasil quando os efeitos da Revolução Industrial chegaram, o país não estava preparado. As cidades brasileiras não ofereciam estrutura (saneamento básico, emprego, serviços públicos, etc) necessária para atender todos os grupos de pessoas que decidiram residir no espaço urbano. Mesmo assim, iniciou-se o crescimento desordenado de construções de casas em lugares impróprios, sem condições mínimas para população viver.

Neste sentido, o processo de urbanização precário e sem nenhum projeto adequado contribuiu para uma sequência de problemas que atingiu diretamente o ser humano e meio ambiente. Visto que as construções desordenadas “são predatórias ao meio ambiente, pois promovem uma ocupação extensiva, sem serviços e infraestrutura urbana e provocam alterações na topografia, poluição, entre outras mudanças (SILVA; LUIZ, 2016, p. 170 apud FERREIRA, 1995)”. Peixoto (2005, p. 04) ressalta que:

São reflexos da desordem urbana instalada: o desemprego crescente; o colapso do sistema de infraestrutura (água, energia elétrica e telefonia); a insuficiência de transporte coletivo urbano; a sobrecarga do tráfego; a insuficiência da rede de drenagem pluvial, da coleta e do tratamento final de efluentes sanitários e resíduos urbanos; a precariedade do atendimento à demanda por escolas e equipamentos de saúde; a ausência de políticas concretas de saúde preventiva; o aumento da violência; a destruição indiscriminada da cobertura vegetal e de mananciais de água; a deterioração da paisagem natural e construída e a contaminação do ar.

Ao perceberem que o crescimento desenfreado das cidades estava causando graves problemas, surge a preocupação com os impactos ambientais, degradação do meio

ambiente e planejamento urbano. A partir desta situação, os representantes políticos começam a criar leis, normas, acordos, ministérios e secretarias, buscando elaborar políticas públicas, capazes de tentar solucionar os problemas ambientais e sociais decorrentes do processo de urbanização das cidades. Como exemplo, podemos citar a própria Constituição Federal (CF) de 1988, que de acordo com Fachin (2012, p. 632):

[...] foi a primeira a se preocupar com a proteção do meio ambiente. As constituições anteriores apenas mencionavam alguns de seus componentes como rios e matas. Além disso, embora não expresso no rol do artigo 5º, o meio ambiente é um direito fundamental haja vista que se trata de um bem imprescindível para a sociedade.

Diante dessa primeira preocupação, colocada na CF/88 sobre o meio ambiente e junto com algumas políticas internacionais, foi possível que se tomassem outras medidas para regulamentar as construções na área urbana, buscando tornar a produção do espaço urbano menos degradante ao meio ambiente. Silva e Luiz (2016, p. 170 apud FERREIRA, 1995) aponta que “[...] a degradação ambiental é um dos resultados inevitáveis da maneira de se produzir o espaço urbano ou a produção social das formas espaciais na cidade capitalista, uma vez que, com a ocupação urbana, há diversas mudanças no meio ambiente [...]”.

Sendo assim, é inevitável que a produção do espaço urbano não cause a degradação do meio ambiente. Todavia, o que se procura é minimizar esses danos causados pela produção espacial da cidade. Apesar da existência de medidas e leis de proteção ambiental, estas ainda tornam-se insuficientes mediante a ação do poder público. Tal fato acontece porque o espaço urbano é produzido por diversos agentes, em que estes são repletos de interesses econômicos.

A produção do espaço urbano sem medidas ou regulamentação, ocasiona grandes impactos para o meio ambiente, compromete a qualidade de vida das pessoas e os recursos naturais (principalmente os hídricos), que são essenciais para a vida dos seres vivos no planeta Terra. Inserido neste contexto, podemos citar o açude Nova Vida na cidade de

Pombal – PB, já que este tem sofrido impactos decorrentes do crescimento desordenado da referida cidade onde encontra-se localizado.

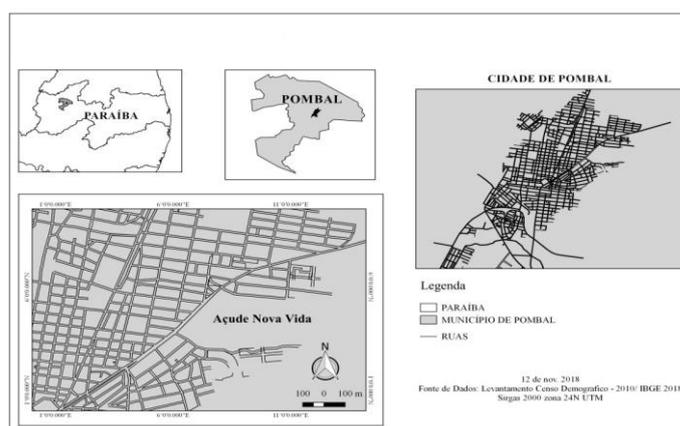
Nesta perspectiva, discutiremos na seção seguinte, os impactos ocasionados ao açude e população situada em seu entorno, mediante a construção de habitações e desenvolvimento de atividades econômicas no perímetro do açude.

AÇUDE NOVA VIDA: LOCALIZAÇÃO E PROBLEMAS ENFRENTADOS

A cidade de Pombal fica localizada na região Geográfica Intermediária de Patos, estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. O município no qual a cidade encontra-se inserido é um dos mais antigos da Paraíba, possuindo extensão territorial de 889 km². Residem neste município 32.110 pessoas, em que 80% da população concentra-se no espaço urbano (IBGE, 2010).

Inserido na zona leste da cidade de Pombal, encontra-se o açude Nova Vida, objeto de nossa investigação. Como demonstrado na figura 01, atualmente o açude está posicionado entre o bairro Vida Nova III e bairro Nova Vida, sendo barrado pela BR 427. Consiste num reservatório raso, com pouca capacidade de armazenamento de água, projetado e construído fora do perímetro urbano.

Figura 1- Localização do açude Nova Vida em Pombal-PB



Elaboração: Paulo Edson Cordeiro de Sousa, 2018.
Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

Com o aumento da população urbana, ocasionado desde os anos 1990 e consequentemente, o crescimento territorial da cidade de Pombal, o açude foi aos poucos sendo cercado por residências. O processo de ocupação do solo urbano no entorno do açude tem ocasionado diversos problemas para o reservatório, assim como, para as pessoas residentes nos bairros situados próximos ao mesmo. No quadro 01 estão listados alguns fatores de degradação ambiental e as consequências ao meio físico, biótico e antrópico decorrente da ocupação humana próxima ao açude Nova Vida.

Quadro 1 - Fatores de degradação ambiental e suas consequências no meio físico, biótico e antrópico no açude.

FATOR DE DEGRADAÇÃO	CONSEQUÊNCIAS (MEIO FÍSICO, BIÓTICO E ANTRÓPICO).
Degradação e/ou remoção da mata ciliar	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Danos à microbiota do solo, em virtude da maior exposição do solo às intempéries, decorrente da retirada da vegetação nessas áreas; <input type="checkbox"/> Instabilidade das margens causando erosão e assoreamento; <input type="checkbox"/> Aumento das inundações; <input type="checkbox"/> Alterações e desequilíbrios climáticos; <input type="checkbox"/> Diminuição da biodiversidade da região (fauna e flora).
Lançamento de efluentes doméstico	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Poluição da água; <input type="checkbox"/> Diminuição da qualidade estética e paisagística <input type="checkbox"/> Crescimento excessivo de algas; <input type="checkbox"/> Maus odores; <input type="checkbox"/> Depósito de Lodo; <input type="checkbox"/> Doenças de veiculação hídrica.
Construções de imóveis as margens do açude	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Impermeabilização do solo e consequente aumento na frequência de inundações; <input type="checkbox"/> Aumento da poluição devido ao esgoto sanitário e o lixo gerado pelos moradores; <input type="checkbox"/> Degradação das margens (erosão e sedimentação); <input type="checkbox"/> Diminuição da seção transversal; <input type="checkbox"/> Depreciação da qualidade física, química e biológica da água superficial, pelo lançamento de efluentes.

Disposição inadequada de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Poluição do solo, água e ar; <input type="checkbox"/> Poluição Visual; <input type="checkbox"/> Proliferação de vetores, <input type="checkbox"/> Maus odores; <input type="checkbox"/> Compromete a qualidade de vida e da saúde humana
Criação de animais na área do açude	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Mau odor consequente das fezes; <input type="checkbox"/> Proliferação de vetores e Surgimento de microorganismos patogênicos; <input type="checkbox"/> Poluição da água.

Fonte de dados: CRISPIM, et al, 2013.

Devido ao processo de urbanização desordenada na cidade, desenvolvida sem planejamento e infraestrutura adequada, transformou o açude em um reservatório de esgotos e entulhos, oferecendo riscos para saúde das pessoas que moram próximo a ele. Paula (2015, p. 07) destaca que:

[...] Entre aqueles que fazem parte da cidade, a população de mais baixo poder aquisitivo é a que está mais sujeita aos problemas ambientais. Diariamente a população que ocupa áreas irregulares para habitação são as que mais sofrem com os riscos das enchentes, escorregamentos de encostas, contaminação do solo e das águas causada pelo depósito clandestino de resíduos sólidos, dentre muitos outros agravantes ambientais que colocam em risco as suas vidas e o equilíbrio do espaço urbano.

Os agentes sociais produzem o espaço urbano de forma desigual a partir de interesses diversos. As zonas periféricas do espaço urbano, geralmente apresentam escassez de equipamentos e serviços públicos essenciais à comunidade. Os grupos sociais excluídos e/ou classes sociais menos favorecidas e as indústrias tendem a se instalarem nestas áreas, produzindo espaço e desenvolvendo relações socioespaciais. São as agressivas relações socioespaciais, priorizando o lucro e sobrevivência, que desencadeiam problemas ao meio ambiente urbano, seja ele natural ou construído.

Segundo Rodrigues (2013), a crise ambiental decorre do sucesso do modo de produção que contraditoriamente, gera problemas sociais e ambientais. Administrar esses

problemas é uma atividade complexa e de difícil solução. Uma vez que “[...] o poder público não consegue adotar medidas ou políticas que minimizem esses impactos na cidade, como a população que na falta de conhecimento ou informação não realiza ações para evitar o agravamento dos problemas ambientais” (PAULA, 2015, p.08).

O Estado, na maioria das situações, não consegue regulamentar as formas de uso e ocupação do espaço urbano. Este não têm viabilizado medidas necessárias para que ocorra um melhor uso e aproveitamento do solo urbano para todos, cumprindo assim sua função social (PAULA, 2015). No caso específico da cidade de Pombal, a construção de casas e desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária (criação de animais) nas proximidades do açude Nova Vida, remetem a um problema visível, preocupante que até o momento nem o poder público e nem a população exerceram nenhuma ação para solucionar o mesmo.

Diante das consequências causadas a população e o açude Nova Vida, devido à ocupação irregular das áreas próximas a este reservatório de água, faz-se necessário aplicação de medidas capazes de solucionar ou minimizar esses impactos negativos. Nesta perspectiva, elencamos algumas medidas que podem ser aplicadas para a revitalização e proteção do açude.

PROPOSTA DE MEDIDAS PARA REVITALIZAÇÃO DO AÇUDE NOVA VIDA

Para que um projeto seja bem sucedido é necessário antes de tudo um planejamento, avaliando as condições do local onde será aplicado. Torna-se indispensável um estudo do seu entorno, dos métodos que deverão e poderão ser utilizados. Essa ação contribui para que o projeto ocorra com eficiência e eficácia. Pensando nisso, apresentaremos oito medidas que poderia solucionar os impactos ocasionados ao açude Nova Vida, promovendo assim, qualidade de vida para os habitantes residentes nos bairros circunvizinhos.

1. Conscientizar a população da importância e preservação do Açude Nova Vida.

Sabemos que para iniciar o projeto é preciso sensibilizar a população (principalmente a que mora próximo ao açude) a respeito dos impactos negativos que as atividades e ações desenvolvidas pela mesma, podem ocasionar ao açude. Além de informá-la sobre os impactos negativos, torna-se indispensável alertá-la sobre as consequências negativas que podem ocorrer para com eles em especial, já que são os habitantes mais próximos ao local.

Por meio da informação e sensibilização, a população local compreenderá que o açude não é somente um pequeno reservatório de água, ele é também um ponto capaz de amenizar a temperatura do bairro. As pessoas necessitam estarem cientes das consequências de suas ações, visto que se limitarem o terreno do açude, assim como poluírem de forma direta ou indireta o mesmo, poderão surgir vários problemas. Como por exemplo, pode ocorrer proliferação de doenças por diversos vetores, como mosquitos e insetos que se reproduzem em lugares com água, como também com a presença de animais no local.

2. Delimitar a área do açude e o percurso dos córregos que abastecem o reservatório de água.

Delimitar por onde passa os córregos, assim como a área do açude em sua capacidade total, consiste em um passo importante a ser executado. Sabe-se que as construções próximas ao açude (ou na sua área de abrangência) podem causar danos aos residentes e ao próprio reservatório. Além do mais, o percurso da água desde sua origem até o destino final, precisa ser preservado para que não existam obstáculos que desviem/impossibilitem sua chegada ao açude.

Para isso, faz necessário um estudo aprofundado da área, para delimitar com precisão o perímetro do açude e de seus córregos. A partir desta ação pode-se tomar as devidas providências, como a remoção dos obstáculos que estejam impedindo a água de

chegar ao seu destino final. Outra possibilidade é a criação de galerias para captar essa água e levar até ao açude.

Após a demarcação destas áreas, instituir leis ou medidas que proíba/impeça a construção de habitações, instalação de empresas e instituições no perímetro delimitado. Essa medida deve ressaltar que independentemente do tipo de construção, se estiver construída dentro da área delimitada, será derrubada sem nenhuma indenização ao proprietário, visto que o mesmo já é ciente das regras, de proibição de construções no local.

3. Proibir o lançamento de entulhos, metragens e instalação de currais para a criação de animais próximo ao perímetro do açude.

Após delimitar a áreas do açude, deve-se identificar os locais em que os moradores dos bairros jogam lixo. Em seguida realizar a retirada desses entulhos. Para que não continue a ocorrer o descarte de lixo de forma inadequada é preciso estabelecer medidas de proibição. Essa proibição deve acontecer com punição sob forma de multas para quem descumprir as medidas. Visto que, a disposição inadequada de resíduos sólidos se configura em um crime ambiental e a saúde pública.

Outra medida a ser tomada, é a retirada de pequenos currais para criação de cavalo, pois mesmo sendo espaços pequenos, ocasionam a contaminação do solo, da água do açude e a perda da qualidade de vida da população que mora ao entorno.

4. Retirar sedimentos do açude aumentando sua profundidade.

Muitos açudes localizados no estado da Paraíba são rasos e apresentam pouca capacidade para armazenar água, como é o caso do açude investigado. As águas do referido açude aproximam-se das residências construídas em suas laterais. Já que estas residências não podem ser mais derrubadas para expandir a área de abrangência do açude, a única solução é a retirada de sedimentos (desassoreamento), aumentando assim sua

profundidade. Com o aumento da profundidade do mesmo, essa água que alcança as residências passaria a ocupar só o reservatório, já que quanto mais profundo maior é o volume de água comportado.

5. Retirar os esgotos que caem dentro do açude desviando para outro lugar.

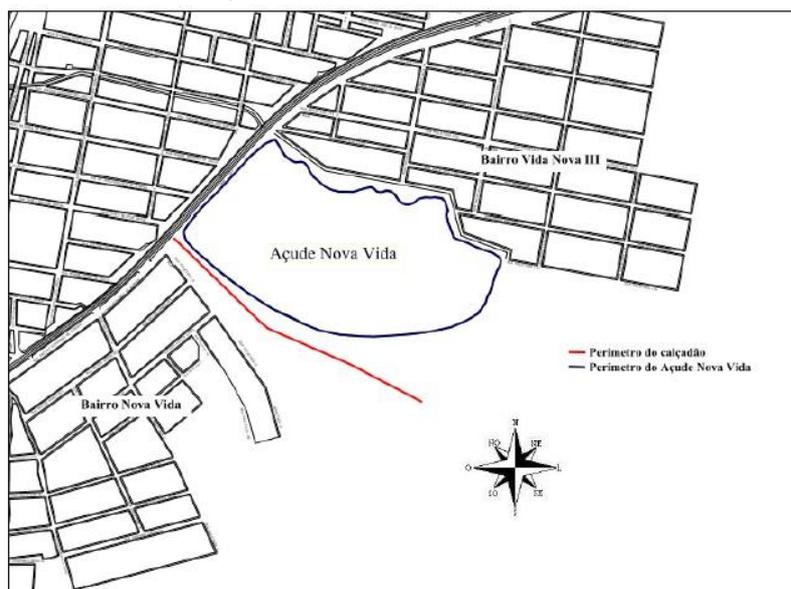
Um dos grandes problemas enfrentados nas cidades brasileiras é a falta de saneamento básico adequado. Os efluentes domésticos são lançados a céu aberto, em reservatórios ou em cursos de recursos hídricos, realidade esta constatada também na cidade de Pombal. Os efluentes das residências dos bairros Nova Vida e Vida Nova III são depositados no açude Nova Vida.

É necessário retirar os esgotos que caem dentro do açude, transferindo os mesmos para encanamentos que os levem a rede de esgotamento sanitário. A retirada desses esgotos é um dos meios indispensáveis para que ocorra o processo de revitalização do açude.

6. Construir um calçadão na lateral sul do açude.

O calçadão deverá ser construído na lateral sul do açude possuindo aproximadamente 250 metros de comprimento e 3 metros de largura. A figura 02 mostra o perímetro em que será construído o calçadão. O perímetro em linha azul mostra a delimitação do açude com o seu volume normal e a linha vermelha demarca a área onde seria construído o calçadão do lado sul. Vale salientar que a imagem mostra que as residências foram construídas afastadas do perímetro do açude. Porém, nos dias atuais as construções não têm obedecido a essa delimitação.

Figura 2 - Perímetro do Açude Nova Vida em que seria construído o calçadão.



Fonte: Mapa Urbano Básico Digital produzido pela Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA de Pombal – PB, 2016. Imagem manipulada por Sousa (2018).

A construção deste calçadão terá quatro finalidades: a primeira seria impedir que a água transbordasse para o outro lado onde estão localizadas as residências. A segunda finalidade seria manter uma distância segura da população que mora próximo, evitando a proliferação de doenças e contaminação das águas. Já a terceira finalidade é impedir que essa área onde será construída o calçadão fique ociosa e as pessoas passem a jogar lixo e entulhos nela e por fim, o calçadão poderia ser aproveitado pelas pessoas para a prática de exercícios físicos como caminhada.

7. Plantação de vegetação nas laterais do açude.

A vegetação desempenha um papel importante, pois o solo com cobertura vegetal permite que a água transporte uma quantidade menor de sedimentos para dentro do açude, evita que o reservatório tenha um maior aquecimento, reduzindo assim a temperatura e o

processo de evaporação. Enquanto, que as plantas aquáticas, colaboraram com a filtragem da água, tornando-a mais pura e menos poluída.

Neste sentido seria ideal plantar na lateral direita do calçadão 50 centímetros de vegetação, permitido que plantas aquáticas se desenvolvam de forma natural dentro do açude, monitorando para que estas não aumentem de forma exagerada e impeça a vasão de água no sangradouro do açude em períodos de chuvas.

8. Saneamento básico adequado nas ruas que ficam próximas ao açude.

Os dois bairros que ficam nas laterais não dispõem de um saneamento básico adequado e algumas ruas que ficam nas laterais não dispõem nem de calçamento. Nesse caso é de fundamental importância que seja colocado o esgotamento e que as ruas sejam calçadas.

Após a implantação dessas medidas, os impactos negativos ao açude e a população que mora no entorno do mesmo, poderia ser resolvido ou minimizado. Porém, para que isso ocorra é necessária à cooperação de todas as partes. É importante destacar que tal realidade configura somente como um problema ambiental. Trata-se também de um problema social.

Muitas das famílias residentes nas proximidades do açude são carentes e não tem outro local para ir ou construir uma nova moradia. Além do mais alguns moradores apresentam resistência em sair da localidade. É um trabalho complexo e requer grande investimento do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos negativos causados ao Açude Nova Vida são ocasionados pela ação antrópica. Casas foram construídas próximas a áreas de alagamentos do açude, no caminho dos riachos que deságuam no mesmo. As pessoas que moram nos bairros

circunvizinhos passaram a jogar lixos e entulhos na lateral sul do açude, que posteriormente vai cair dentro do mesmo.

Essas ações trouxeram e continuam trazendo problemas para o açude e população que reside ao seu entorno. Em virtude da poluição do açude, com esgotos e soterramento por causa dos entulhos, existe a possibilidade de que no período chuvoso a água transborde por cima do sangradouro e atinja parte da população. Esta parcela de pessoas sofrerá com o alagamento de suas casas e a proliferação de doenças.

Diante a esses problemas mostrados, um conjunto de medidas se faz necessário para conseguir minimizar os impactos negativos, quiçá mudar essa realidade. O principal objetivo desse trabalho foi apresentar medidas que possibilite a revitalização do açude, assim como da área urbana em seu entorno, tornando um lugar melhor para se morar.

As medidas que propomos para a revitalização do açude são as seguintes: Conscientizar a população da importância e preservação do Açude Nova Vida; Delimitar a área do açude e o percurso dos córregos que abastecem o reservatório de água; Proibir o lançamento de entulhos, metragens e instalação de currais para a criação de animais próximo ao perímetro do açude; Retirar sedimentos do açude aumentando sua profundidade; Retirar os esgotos que caem dentro do açude desviando para outro lugar; Construir um calçadão na lateral sul do açude; Plantação de vegetação nas laterais do açude; Saneamento básico adequado nas ruas que ficam próximas ao açude.

Através da execução desse conjunto de medidas podem ser resolvidos os principais problemas causados ao açude e a população. Para que isso ocorra o poder público precisa fazer sua parte, buscando aplicar medidas como essas ou tentar resolver a situação com outra proposta. Todavia a ação do poder público é difícil de ocorrer. Cabe a população atentar para os problemas que ocorrem na cidade (e no espaço geográfico), cobrando do poder público uma solução. Sendo assim, cada um faz a sua parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRISPIM, D. L.; et al. Impactos ambientais no açude do bairro Nova Vida em Pombal – PB Revista Brasileira de Gestão Ambiental - RBGA, Pombal – PB, v. 7, n. 1, p. 102 - 129, 2013. Disponível em: <
<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/2454/3222>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FACHIN, Z. **Curso de Direito Constitucional**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. **Pombal-PB Censo demográfico 2010**. 2018. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pombal/panorama>>. Acesso 01 nov. 2018.

PAULA, H. R. B. O planejamento urbano e a questão ambiental na cidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina-PR. **Anais...Londrina**: [s.l], 2015, 9 p. Disponível em: <
http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo9/oral/37_o_planejamento_urbano....pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PEIXOTO, M. C. D. “Expansão urbana e proteção ambiental: um estudo a partir do caso de Nova Lima /MG”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 11., 2005, Salvador - BA. **Anais...** Salvador: [s.l], 2005, 12 p. Disponível em: < <http://www.xienanpur.ufba.br/352.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2018.

RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F.A.; SOUZA. M. J. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: contexto, 2013.

SEINFRA, Secretaria de Infraestrutura de Pombal – PB. Mapa Urbano Básico Digital, 2016.

SILVA, M. J. D.; LUZ, L. M. **Uso do Solo e Degradação Ambiental**: Estudo de caso da bacia do Mata Fome em Belém, Pará. Revista de Geografia e Interdisciplinaridad-InterEspaço. Grajaú/MA v. 2, n. 7, p. 162-178, 2016. Disponível em: <
<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/7371>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ANÁLISE DO DESCARTE DE RESÍDUOS DO LIXO HOSPITALAR DA CIDADE DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA – PB

Gilkarla Soleanne de Andrade Torres

gilkarla1103andrade@gmail.com

E.E.E.F.M. Professora Francisca Fonseca Matias

Laurindo Francisco Duarte Filho

laurindoduarte9@gmail.com

E.E.E.F.M. Professora Francisca Fonseca Matias

Prof.^a Orientador: Dr^a Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

RESUMO

A produção de resíduos é um dos grandes problemas urbanos, que a sociedade contemporânea enfrenta; pois o consumo desenfreado tem gerado diversas externalidades quase que impossíveis de se resolver. O estudo tem como objetivo geral compreender como ocorre o destino de resíduos de saúde do hospital municipal da cidade de Poço de José de Moura – PB, no que se refere ao licenciamento de tratamento do lixo hospitalar, foi constatado que existem fiscalizações e que o lixo é descartado corretamente como manda as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tais como acondicionamento e tratamento do lixo hospitalar gerado - da origem ao destino (aterramento, radiação e incineração). É importante destacar que a questão relacionada ao lixo hospitalar é matéria de saúde pública, e de Sustentabilidade Ambiental. Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizado a coleta de informações através de uma entrevista realizada com uma funcionária da rede pública de saúde da cidade em questão. A escolha do hospital se deu por ser a maior unidade da cidade e centralizar a maioria dos serviços desses municípios. Com o estudo conclui-se que ocorre o destino correto dos resíduos, desde a separação nas lixeiras corretas, embalagens corretas, e o transporte até a etapa final de todo o processo. Todas as etapas do processo são desenvolvidas com a devida responsabilidade para que possam ser minimizados os efeitos agressivos ao meio ambiente e a saúde humana.

Palavras-chaves: Resíduos. Lixo hospitalar. Sustentabilidade ambiental. Saúde humana.

1. INTRODUÇÃO

O envolvimento pessoal com a temática dos resíduos sólidos hospitalares e seu destino final partiram da necessidade da realização de uma pesquisa para a III Mostra Científica da EEEFM Professora Francisca Fonseca Matias, onde fomos destinados a apresentar um trabalho com o tema voltado para os impactos ambientais causados pelo

lixo. Sendo assim, tivemos a iniciativa de realizar uma pesquisa referente ao lixo hospitalar da cidade de Poço de José de Moura – PB.

Frente às inúmeras questões ambientais da atualidade, a temática referente aos resíduos sólidos se mostrou de inteira relevância não somente por sua questão ambiental propriamente dita, como também pela sua importância no contexto social.

Sendo assim, a produção de resíduos do serviço de saúde (RSS) é um dos grandes problemas urbanos, que a sociedade contemporânea enfrenta, o consumo desenfreado tem gerado diversas externalidades quase que impossíveis de se resolver. Pensar mecanismos de resolver o problema do lixo é urgente.

Além disso, um problema ainda mais evidente refere-se à falta de locais corretos para a destinação dos resíduos produzidos pelas aglomerações urbanas atuais. As exigências e restrições técnicas e legais estão fazendo com que as áreas disponíveis e adequadas para isso sejam poucas e estejam cada vez mais distantes das áreas urbanas, o que leva a um aumento nos gastos com os serviços de coleta e transporte e na construção de estações de transferência/transbordo.

É comum encontrar-se, em grande parte do país, locais inadequados, do ponto de vista sanitário e ambiental, para o destino destes resíduos como, por exemplo; os lixões, muito comum nas cidades de pequeno porte. De acordo com o Pesquisa Nacional de Saneamento Básico e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística PNSB/IBGE (2000), 63,6% dos municípios dispõem os resíduos sólidos em lixões e 5% não informaram onde eles são dispostos.

O lixo hospitalar é composto por medicamentos, restos humanos (dentre eles fetos abortados), seringas contaminadas, material para higienização de ferimentos, antibióticos, sangue contaminado e outros materiais potencialmente infectantes. Tais componentes podem trazer riscos para o meio ambiente e para aqueles que entram em contato com esses resíduos, principalmente quando o descarte destes não é realizado de forma adequada.

A falta de informação e treinamento dos profissionais nas unidades geradoras de resíduos hospitalares, quanto da segregação incorreta de tais resíduos, é um grande problema, pois implica na potencialização de riscos direto à saúde de diversos profissionais e pacientes daquela unidade, e quando deslocados para o ambiente externo, podem causar problemas ambientais e torna-se também fator exponencial de risco à saúde da população residente próxima à área de destinação final dos resíduos. E foi pensando nisso que decidimos abordar essa questão no trabalho, elencando os principais tipos de lixo hospitalar e seu descarte de forma correta.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Analisar em caráter preliminar a situação do hospital da cidade Poço de José de Moura, no que se refere ao licenciamento de tratamento do lixo hospitalar, verificando se existem fiscalizações e se o lixo é descartado corretamente como manda as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e que não prejudique a população e ao meio ambiente.

2.2 Objetivos específicos:

- Evitar danos ao meio ambiente e prevenir acidentes que atinjam profissionais que trabalham diretamente nos processos de coleta seletiva do lixo hospitalar;
- Apresentar tipos de armazenamento, transporte, tratamento e destinação desses resíduos.
- Garantir que todo lixo hospitalar seja coletado, tratado e descartado de forma adequada;
- Enfatizar que os hospitais tenham plano de gerenciamento de lixo bem definidos; pois caso contrário, o descarte deste gerará muitos prejuízos.

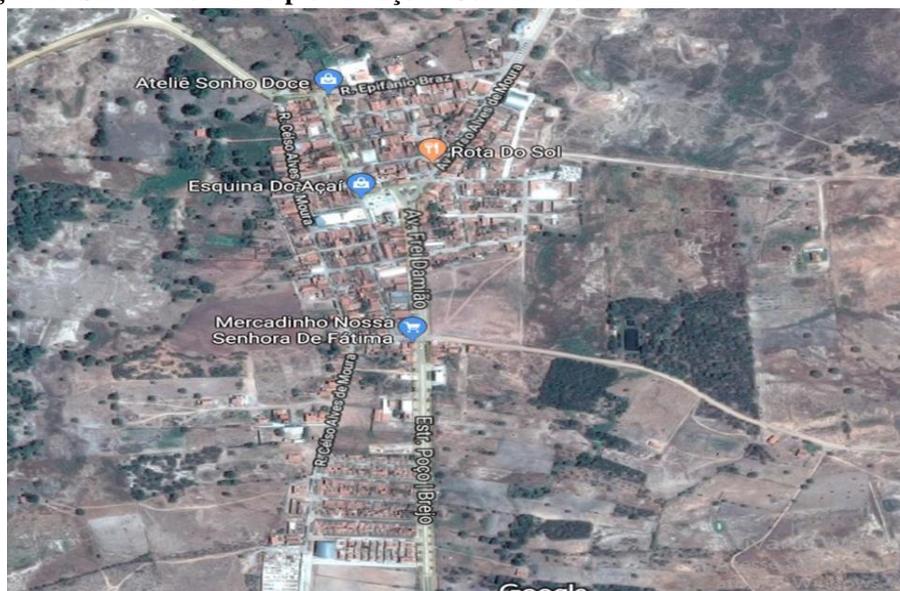
- Mostrar protocolos, sistemas e processos de descarte desde a sua segregação (leito do paciente) até deixar a instalação para o descarte final.
- Conhecer os pontos críticos em relação ao tema e oferecer soluções.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de estudo.

O estudo foi realizado no município de Poço de José de Moura – PB, o município se estende por 101 km² e contava com 3 978 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 39,4 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Triunfo, Uiraúna e São João do Rio do Peixe, Poço de José de Moura se situa a 35 km ao Norte-Leste de Cajazeiras a maior cidade nos arredores. Situado a 285 metros de altitude, de Poço de José de Moura tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 6° 34' 19" Sul, Longitude: 38° 31' 46" Oeste.

Figura 1. Imagem de Satélite do município de Poço de José de Moura – PB.



Fonte: Google Maps 2018.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizado a coleta de informações através de uma pesquisa de campo, onde foi realizada uma entrevista com uma funcionária da rede pública de saúde de Poço de José de Moura – PB. Onde nos forneceu dados de como era feita a coleta do lixo hospitalar na cidade e assim foi possível verificar o funcionamento da coleta de resíduos hospitalares bem como os procedimentos internos com relação à coleta de resíduos desde a sua geração até o seu destino final.

Os dados foram obtidos com a finalidade de responder os objetivos da pesquisa, para verificar se os procedimentos com relação ao correto descarte, separação, armazenamento, segurança do trabalho, período da coleta, foi analisado o plano de gerenciamento de resíduos do hospital em conjunto com a enfermeira responsável pelo cargo, através da troca de informações, entrevista, foi possível obter os elementos necessários para o levantamento dos dados.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como qualitativa que visa o levantamento de dados, pois o foco do estudo compreendeu uma unidade hospitalar e a empresa que realiza a coleta de resíduos. A análise dos dados fornecidos foi realizado com base na legislação brasileira e estadual, em artigos acadêmicos e científicos nacionais e materiais didáticos.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vamos fazer um recorte no universo dos resíduos, com foco na questão dos resíduos hospitalares. São os resíduos produzidos em unidades de saúde, constituídos de lixo comum (papel, restos de jardim, restos de comida de refeitórios e cozinhas etc.), resíduos infectantes ou de risco biológico (sangue, gaze, curativos, agulhas etc.) e resíduos especiais (químicos farmacêuticos e radioativos).

Há, no Brasil, mais de 30 mil unidades de saúde, produzindo resíduos e, na maioria das cidades, a questão da destinação final dos resíduos urbanos não está resolvida. Predominam os vazadouros a céu aberto.

A questão central que se coloca é sobre a periculosidade ou não dos resíduos hospitalares. Embora esta seja uma questão não resolvida, os países desenvolvidos adotam uma política cautelosa e consideram tais resíduos como resíduos que exigem tratamento especial (perigosos, patogênicos, patológicos, entre outras denominações). A recomendação de incineração dos resíduos, ou de parte deles, é uma constante. Como relata Pinheiro, 1993:

“a maioria absoluta dos hospitais não tem normas adequadas de manuseio interno dos resíduos hospitalares. Como regra geral as unidades hospitalares desconhecem o volume e a qualidade dos resíduos que produzem e o destino dado aos mesmos” (Pinheiro, 1993: 36).

É importante destacar que a questão relacionada ao lixo hospitalar é matéria de saúde pública, e de Sustentabilidade Ambiental. Tanto os entes públicos como privados, ao exercerem atividade os hospitais devem observar as regras jurídicas, sob pena de virem a arcar com responsabilidades que lhes trarão prejuízos que podem até inviabilizar suas atividades.

Nos dias atuais com o crescimento desordenado da população, cresce também, outro fator preponderante: o lixo. Esse, quando considerado comum, tem seus destinos certos como aterros sanitários e até mesmo lixões. Porém, quando são advindos da rede de saúde como Hospitais, Clínicas, Consultórios, PSF's e etc. Deve-se ter total atenção, tanto por parte dos geradores, como pela população. Pois a mistura do lixo hospitalar com o lixo comum podem trazer danos irreversíveis à saúde do homem e ao meio ambiente.

Sem a coleta de resíduos hospitalares, além dos riscos ambientais, a população fica exposta ao contágio de doenças graves à saúde. Se despejado no meio ambiente, por ser formado por seringas, recipientes, tecidos, partes de órgãos, sangue e excreções humanas, o lixo infectante pode contaminar o solo e lençóis freáticos, prejudicando

plantações e podendo causar problemas à saúde. O simples contato do ser humano ou de animais com água contaminada ou com o próprio lixo pode transmitir doenças através de bactérias ou vírus mais agressivos, como AIDS e Hepatites.

A falta de informação e a separação dos resíduos são dois dos maiores desafios para o descarte correto do lixo hospitalar. Vale ressaltar que os indivíduos que trabalham em hospitais estão potencialmente expostos a uma diversidade de doenças infectocontagiosas, podendo, por sua vez, ser a fonte de transmissão de microrganismos para os pacientes e para outros profissionais. No qual o mais se destaca são acidentes de funcionários com perfurocortantes. Faz-se necessário a elaboração de projetos que determinem melhorias no setor e que eduque a população alertando sobre possíveis contaminações.

5.1 Tipos de lixo hospitalar

Há alguns anos atrás, no Brasil, os RSS eram manejados da mesma forma que os resíduos domiciliares e públicos, ou seja, sua coleta, transporte, tratamento e local de despejo em ambas as situações eram iguais. Mas no dia 7 de dezembro de 2004 entrou em vigor a Resolução da Diretoria Colegiada, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA, n° 306, onde estão definidas as classificações dos RSS e qual o devido gerenciamento a ser dado para cada grupo. De acordo com essa resolução os resíduos hospitalares são classificados como:

- Grupo A (potencialmente infectantes) - Essa é a categoria mais perigosa, pois ela contém ou pode conter a presença de agentes biológicos que apresentem risco de infecção. Ex.: placas e lâminas de laboratório, bolsas de sangue contaminadas, vacinas de microrganismos vivos, restos de órgãos, etc.
- Grupo B (químicos) - que contenham substâncias químicas capazes de causar risco à saúde ou ao meio ambiente, independentemente de suas características inflamáveis, de corrosividade, reatividade e toxicidade. Por exemplo, medicamentos para

tratamento de câncer, reagentes para laboratório e substâncias para revelação de filmes de Raios-X.

- Grupo C (rejeitos radioativos) - materiais que contenham radioatividade em carga acima do padrão das normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear e que não possa ser reutilizado, como exames de medicina nuclear radioterapia etc.

- Grupo D (resíduos comuns) - qualquer lixo hospitalar que não tenha sido contaminado ou possa provocar acidentes esse é o lixo menos tóxico de origem hospitalar, mas não deixam de ter um grau de perigo. Podem não apresentam risco biológico, químico para à saúde, mas não é ideal seu descarte no meio ambiente, como gesso, luvas, gases, materiais passíveis de reciclagem e papéis.

- Grupo E (perfuro cortantes) - objetos e instrumentos que possam furar ou cortar, como lâminas, bisturis, agulhas e ampolas de vidro.

Cada grupo também possui um símbolo específico para identificação. O objetivo dessa classificação é o de proteger o meio ambiente e os profissionais que trabalham expostos a esses resíduos em qualquer processo.

5.2 Como o lixo hospitalar deve ser descartado.

O descarte do lixo hospitalar de modo geral é feito em sacos plásticos brancos, resistentes a rupturas ou vazamentos. Esses objetos são identificados com o símbolo do grupo de resíduos ao qual corresponde, conforme a classificação da ANVISA. O gerenciamento deve abranger todas as etapas de planejamento dos recursos físicos, dos recursos materiais e da capacitação dos recursos humanos envolvidos no manejo dos RSS.

Posteriormente, uma empresa especializada coleta esses materiais e os encaminha para tratamento adequado, que pode ser por meio de incineração (queimados em altas temperaturas) ou esterilização em enclaves próprios. Em alguns, casos eles são aterrados ou sofrem radiação.

Vale ressaltar que medicamentos impróprios para uso (grupo B) devem ser devolvidos aos fabricantes. Já os rejeitos radioativos (grupo C), devem ser descartados conforme regras da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

O descarte incorreto de o lixo hospitalar pode trazer riscos de contaminação ao solo e água. Isso pode levar à destruição de vegetações e outros seres vivos. Pessoas que eventualmente tenham contato com esses resíduos podem ser contaminadas e desenvolver doenças infecciosas. Dessa forma, o lixo hospitalar merece atenção específica, em razão do alto nível de contaminação por meio de bactérias e vírus presentes nos resíduos hospitalares, o lixo que provém de locais de saúde deve ser gerenciado de maneira adequada, com base em procedimentos legalmente regulamentados, objetivando tanto sua redução, quanto à proteção daqueles que o manuseiam.

5.3 Etapas de manejo.

A realização de um devido gerenciamento dos RSS é de extrema importância na neutralização dos possíveis riscos à saúde dos seres humanos e também ao meio ambiente. Este gerenciamento é feito através de um conjunto de ações que tem seu início no manejo interno, onde é realizada uma segregação adequada dentro das unidades de serviços de saúde, visando à redução do volume de resíduos infectantes. Dentro deste manejo existem etapas:

- Segregação: é feita através da separação dos resíduos no instante e local de sua geração.
- Acondicionamento: embalar em sacos impermeáveis e resistentes, de maneira adequada, todos os resíduos que foram segregados, segundo suas características físicas, químicos e biológicos.
- Identificação: esta medida indica os resíduos presentes nos recipientes de acondicionamento.

- Armazenamento temporário: acondiciona temporariamente os recipientes onde estão contidos os resíduos, próximo ao ponto em que eles foram gerados. Esta medida visa agilizar o recolhimento dentro do estabelecimento.

- Armazenamento externo: refere-se à guarda dos recipientes no qual estão contidos os resíduos, até que seja realizada a coleta externa.

- Coleta e transporte externos: refere-se ao recolhimento dos RSS do armazenamento externo, sendo encaminhado para uma unidade de tratamento e destinação final.

O tratamento dos RSS é de extrema importância, pois consiste na descontaminação dos resíduos, através de meios químicos ou físicos que devem ser feitos em locais seguros. Esta etapa pode ser realizada através de diversas maneiras:

- Processos térmicos: através da realização da autoclavagem, incineração, pirólise, ou até mesmo uso de aparelhos de micro-ondas.

- Processos químicos: previamente os materiais à passarem por este processo devem ser triturados para que haja um aumento na eficiência deste. Em seguida à trituração os RSS são imersos em desinfetantes por alguns minutos.

- Irradiação: neste caso, há uma excitação da camada externa dos elétrons das moléculas, devido à radiação ionizante, deixando-as carregadas, sendo assim haverá um rompimento do material genético (DNA ou RNA) dos microrganismos, resultando na morte dos mesmos.

Conforme Formaggia (1995), os microrganismos presentes nos resíduos infecciosos podem atingir o homem principalmente por inalação, ingestão e injeção. Segundo Bidone e Povinelli (1999), atualmente a comunidade científica tem aceitado que os RSS, quando manipulados de forma errada representam um risco potencial em três níveis elencados na tabela 1.

Tabela 1 – Riscos RSS

A saúde de quem manipula esses resíduos;
Aumentando a taxa de infecção hospitalar;
Impactando o meio ambiente.

Fonte: Bidone e Povinelli (1999)

6. RESULTADOS

Como forma de estabelecer um primeiro contato, no início da entrevista, fez-se algumas introduções com a responsável pelo setor sobre: o período de atuação à frente do cargo e uma definição resumida do que viria a ser o Lixo Hospitalar. Foi-se então, que se fez a pergunta: “Qual o destino do Lixo Hospitalar gerado nos hospitais de Poço de José de Moura – PB”?

Segundo o que foi informado a cidade de Poço de José de Moura vem cumprindo com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tais como acondicionamento e tratamento do lixo hospitalar gerado, sendo fiscalizado periodicamente desde a sua origem ao destino final (aterramento, radiação e incineração).

Os resíduos gerados no Hospital Municipal de Poço de José de Moura são depositados em lixeiras específicas no momento da geração, sendo que a tabela 2 apresenta os tipos de lixeiras utilizadas.

Tabela 2: Lixeiras utilizadas

1 – Lixeira com pedestal, revestidas internamente com saco plástico de cor preta, para resíduo comum (banheiro, refeitório, cozinha e área de produção).
2 – Lixeiras sem tampa, revestida internamente com saco plástico de cor prata, para resíduos comuns (demais ambientes).
3- Lixeiras com pedestal, revestida internamente com saco branco leitoso, para resíduos infectantes (ambulatório, USM, posto).

Fonte: Plano de gerenciamento de resíduos de serviço de Saúde – PGRSS

Percebe-se analisando a tabela 2 que são utilizados três tipos de lixeiras, sendo cada uma com finalidade específica conforme os resíduos que vão ser acondicionados.

Sendo assim, todo o lixo da unidade hospitalar é separado adequadamente, os objetos do grupo A, que são parcialmente contaminados como (luvas de procedimento, sondas, curativos, bolsas de sangue contaminadas etc.) são descartadas em lixeiras revestidas com sacos brancos leitoso resistentes e impermeáveis e o seu destino final é a incineração. Resíduos dos grupos B e C, não são produzidos na unidade, pois não é utilizado esse tipo de material aqui no município.

O lixo hospitalar que não tenha sido contaminado ou possa provocar acidentes, como gesso, luvas, materiais passíveis de reciclagem e papéis, que pertencem ao grupo D são descartados em lixeiras revestidas com sacos pretos onde são separados e acondicionado de acordo com o material e podem ser reciclados, reutilizados ou descartados de forma correta.

Os resíduos do grupo E que são os perfurocortantes como lâminas, bisturis, agulhas e ampolas de vidro, frascos e ampolas de medicamentos são descartadas em coletores específicos, caixas de papelão amarelas (descarpack) reforçadas seguindo o padrão estabelecido pela ANVISA para que não haja uma contaminação de pessoas e do solo ao ter um descarte inadequado até que possa chegar ao seu destino final a incineração.

Quando o lixo está totalmente separado e devidamente identificado, uma empresa especializada a TRASH COLETA E INCINERAÇÃO DE LIXO HOSPITALAR LTDA, que está sediada no Distrito Industrial, BR 230, Sousa – PB, que coleta esses materiais e os encaminha para tratamento adequado, que pode ser por meio de incineração (queimados em altas temperaturas) ou esterilização em enclaves próprios. Em alguns, casos eles são aterrados ou sofrem radiação. Não é realizado nenhum tratamento de resíduos no estabelecimento, sendo que todos os resíduos produzidos são destinados a empresa devidamente licenciada para dar o tratamento e destinação final adequada.

Porém, a cidade só conta com esses benefícios a pouco mais de um ano, antes desse período o descarte era feito no aterro sanitário da cidade a “céu aberto”, o lixo era armazenado em um determinado local do hospital por dias podendo vir causar um surto de epidemia na cidade, o lixo era junto até que tivesse resíduo suficiente para que um funcionário se disponibilizasse para levar até o aterro e queimar sem qualquer segurança, onde teve até mesmo um caso de uma pessoa se queimou quando estava fazendo o descarte do lixo de maneira inadequada. O lixo descartado de maneira errada poderia ser um causador e danos à sociedade poçomourense, para o solo e vegetações locais, podendo causar danos irreversíveis.

Essa medida que os órgãos públicos tomaram para dá um destino correto para o lixo hospitalar gerado na cidade, foi de suma importância, pois assim vem ajudando a evitar uma contaminação por meio das bactérias e vírus que estejam em objetos contaminados, contaminação do solo trazendo assim uma segurança maior, para os profissionais da saúde que estão diretamente em contato com esses materiais, como para a população diminuindo assim o risco de uma contaminação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a partir dos dados obtidos, pode-se afirmar que a coleta e o descarte dos resíduos hospitalares gerados na unidade de saúde de Poço de José de Moura, estão sendo feita de forma adequada seguindo todas as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Sendo que, a partir da coleta, a empresa licitante, se encarrega de fazer o tratamento e o descarte final (incineração, aterramento) restando para a instituição, apenas a parte da classificação e o armazenamento do lixo.

Através desta pesquisa foi possível observar que o correto descarte dos resíduos hospitalares pode trazer vários benefícios para a saúde humana tanto quanto para o meio ambiente, evitar riscos ao trabalhador, através da conscientização, em especial as pessoas que trabalham diretamente com o processo desde a sua separação até o seu destino final. Contudo, é necessário que se desenvolva uma política de conscientização quanto ao

descarte desse tipo de lixo, pois, uma vez jogados incorretamente, prejudicam tanto a natureza como a população.

8. REFERÊNCIAS

ANVISA.RESOLUÇÃO RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html>.

Acesso em: 10 de outubro 2018.

BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. **Conceitos Básicos de Resíduos Sólidos**. São Carlos: EESS/USP, 1999. 120p.

FORMAGGIA, D. M. E. **Resíduos de Serviços de Saúde**. In: Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde. São Paulo: CETESB, 1995. p. 3-13.

NBR 12807. **Resíduos de serviços de saúde**. Disponível em: <<http://licenciadorambiental.com.br/wp-content/uploads/2015/01/NBR-12.807Residuos-deServi%C3%A7os-de-sa%C3%BAde.pdf>>. Acesso em: 09 outubro 2018.

GERENCIAMENTO AMBIENTAL E DESCARTE DO LIXO HOSPITALAR 204
Veredas do Direito, Belo Horizonte, ž v.14 ž n.28 ž p.195-220 ž Janeiro/Abril de 2017.

PINHEIRO, J: S., 1993. **Lixo Hospitalar – Proposta Para Classificação. Embalagem, Coleta e Destino Final**. Florianópolis: Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina. (Mimeo.)

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99879/ferreira_er_me_prud.pdf?sequence=1 acessado dia 09/11/2018.

DIFERENTES ABORDAGENS DA GEOGRAFIA CRÍTICA: EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM NA GEOGRAFIA.

José Richard Ferreira dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Richardcz-1@live.com

Macilândia dos Santos Custódio

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Macilandia2017@hotmail.com

Gabriel Kañ Pereira do Nascimento

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

knpcontato@gmail.com

Sabrina Caminha de Almeida

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Sabrina.almeida.sd@gmail.com

Orientador: Prof. Me. David Luiz Rodrigues de Almeida

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

david.ufpb3@gmail.com

Resumo

Este artigo é o resultado de uma abordagem da discussão da Geografia Crítica, em especial, de experiências de aprendizagem a partir da Epistemologia da Geografia. O objetivo deste artigo é compreender a relação da Geografia Crítica e as questões ambientais para formação de professores. Esse texto foi elaborado a partir de um seminário aplicado em sala de aula para avaliação do componente curricular “Evolução do Pensamento Geográfico” e foi orientado pelo Prof. Me. David Luiz Rodrigues de Almeida. A partir de uma revisão bibliográfica estudamos as contribuições dos principais geógrafos e seus estudos para compreensão entre as ações da sociedade e a natureza. O enfoque atribuído às intervenções e soluções da ação antrópica no meio físico em grande ou pequena escala. A finalidade é demonstrar a importância deste tema para a formação e futura prática dos professores de Geografia.

Palavras chave: Geografia Crítica. Sociedade e natureza. Formação de professores.

Experiências de aprendizagem.

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS

ISSN 2446-6840

CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

1. Introdução

O objetivo deste artigo é compreender a relação da Geografia crítica e as questões ambientais para formação de professores. O presente artigo é resultado de atividades acadêmicas no curso de licenciatura em Geografia da UFCG, especificamente no componente curricular Evolução do Pensamento Geográfico. Na ocasião houve debates, brincadeiras e perguntas entre os alunos direcionados a epistemologia da Geografia. A intenção foi estimular a curiosidade sobre o assunto e a busca pela aprendizagem.

Deste modo, este artigo foi produzido a partir de um seminário aplicado em sala de aula para avaliação do componente curricular. Ela ocorreu no 1º semestre do curso de licenciatura em Geografia da UFCG, campus Cajazeiras, e foi orientado pelo Prof. Me. David Luiz Rodrigues de Almeida. O debate é fruto de uma série de debates fomentados por meios de seminários que visaram às habilidades de formação de professores, entre elas: apresentação (oralidade) e questionamento (pensamento crítico), participação (trabalho em equipe).

Em nosso seminário trabalhamos com o tema: “Perspectivas das Geografias Críticas: sociedade, espaço e ação”. A apresentação visou a explicação do tema e não a simples descrição do texto lido. Além das fontes indicadas pelo professor, recorreremos a outras para estruturar nossos argumentos. Assim, ocorreu a apresentação do conteúdo, problematização da aula e, por último, realizamos uma associação com recursos. Todo o grupo teve um tempo determinado, no máximo 70 minutos, para explicar à temática.

Durante o processo de nossa apresentação, outros grupos nos auxiliaram a realizar a discussão do tema. Por exemplo, o grupo 1 ficou responsável por elaborar perguntas acerca da apresentação da temática realizando questões ou solicitando esclarecimentos sobre a mesma, com duração de 10-15 minutos.

O grupo 2 produziu uma proposta de atividade a ser realizada pelo grupo de alunos a partir do tema apresentado. Assim, todos os sujeitos participaram da realização da atividade proposta, sejam elas questões, produção textual, ou outros.

O processo de pesquisa desse artigo teve como ponto de partida a apresentação de um seminário. O tema abordado referiu-se ao capítulo “Geografia e ação” da obra de Andrade (1987). A perspectiva era de analisar a função do geógrafo em relação a compreensão do meio ambiente.

Foram realizadas atividades extras aplicadas pelos nossos colegas. Por exemplo, perguntas, análise de apresentação e atividades extras elaboradas sobre o tema do seminário. Desse modo, foi possível obter dados para essa pesquisa científica através da interação em conjunto, com posições e ideias individuais de cada aluno.

Além das referências supra apresentadas utilizamos as obras de Cavalcanti (2012) e Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009) eles foram importantes para o direcionamento da formação e atuação crítica para o ensino de Geografia.

Esse artigo ressalta os princípios e propostas para a formação e atuação crítica para o ensino de Geografia, as discussões da Geografia crítica ambiental para a formação de professores: sobre o que aprendemos em nossas aulas, resultados e discussões observados durante e depois da elaboração e apresentação do artigo, e por último as considerações finais.

2. Considerações sobre princípios e propostas para a formação e atuação crítica para o ensino de Geografia

As críticas e tentativas para superação de limites da escola/escolarização tem a finalidade de melhorar seu entendimento em relação as suas tarefas perante o atual avanço social na educação. As políticas públicas, legislações e ações programáticas estão focadas na ampliação dos espaços escolares e das vagas, assim podendo garantir a permanência e progressão das crianças e jovens. Neste aspecto, ressalta Cavalcanti (2012, p. 14) que:

Essa opção política do Estado brasileiro tem o objetivo de buscar acesso universal à escolarização básica e adequar as instituições aos objetivos de competitividade, eficiência e produtividade, tendo como um dos seus elementos a flexibilização do processo de avaliação do ensinoaprendizagem, com o intuito de garantir maior permanência de crianças e jovens na escola.

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS
ISSN 2446-6840
CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

Salientamos que devido à tentativa de realizar críticas às políticas públicas para a educação, tanto nos fundamentos, quanto nas estratégias adquiridas, é pertinente que sejam ampliados os elementos considerados necessários para alcançar ótimos rendimentos de valor nas escolas, principalmente, no que diz respeito ao ensino de Geografia.

Para mais, os cientistas devem ter um conhecimento amplo. Segundo Cavalcanti (2012, p.22) “O conteúdo da disciplina a ser ensinada não pode, portanto, ser a base única, nem mesmo a central, de sua formação.” Assim, o conhecimento deve abranger áreas de outras ciências, mesmo sendo de maneira não aprofundada.

A educação proporciona muitas dificuldades, principalmente para atuar com ela, sabendo que exige diversos saberes e metodologias que devem ser utilizados em diferentes ocasiões, em especial pela heterogeneidade dos alunos, que é possível encontrar em sala. Cavalcanti (2012, p.22) esclarece que:

A educação é um fenômeno complexo, entendê-la e, mais ainda, atuar conscientemente nesse âmbito exige muito conhecimento, muita reflexão e sensibilidade para tomar decisões, estabelecendo metas, elaborar propostas, transformar situações em realidades mais coerentes com o projeto social defendido.

A formação do professor para Cavalcanti (2012, p.18) “deve ser contínua, permanente, e deve ocorrer também nos diferentes espaços de atuação profissional, ou seja, nas escolas”. Assim, o professor está em constante formação, ou seja, uma formação permanente que está mudando ao longo do tempo. Isso ocorre inicialmente nos cursos de formação inicial e continua nos lugares de atuação profissional, ou seja, na escola.

Além disso, o docente é visto como um profissional onde sua atividade fundamental é intelectual, sendo um forte impulsionador no desenvolvimento cognitivo, social e emocional, ou seja,

[...] isso significa dizer que o trabalho central do professor é lidar com instrumentos simbólicos para o relacionamento com o mundo, para lidar com os desafios que surgem nas atividades cotidianas e no desenvolvimento social. (CAVALCANTI, 2012, p. 20).

O professor ganha experiências com a prática escolar cotidiana e na cultura da escola estará construindo sua identidade na docência. Existem outros elementos que auxiliaram na construção dessa identidade como a história de vida, formação e a prática pedagógica. Considera Nóvoa (2007) *apud* Cavalcanti (2009, p. 25) que:

Na compreensão de formação profissional aqui defendida, a prática docente tem como eixo a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Essa ideia implica centrar o foco no seu conhecimento e isso não se faz sem as pessoas e sem referência a suas subjetividades, seus contextos sociais, suas sociabilidades. Mas essa prática não se realiza sem conhecimentos e sem a aprendizagem desses conhecimentos.

Para a formação de um bom profissional é necessário um acervo de saberes, de conhecimentos, que na maioria das vezes não se adquire no período inicial em que atua o docente. Portanto, o saber que envolve a experiência só irá ser obtido com o tempo, sabendo que somente os conteúdos teóricos não são suficientes. Também irá necessitar de tempo e de prática. Considerando que as teorias são importantes, entende-se que apenas a teoria não é maneira mais adequada, têm que conhecer as realidades sociais dentre outras maneiras de alcançar a todos os alunos de forma objetiva.

O ensino se articula em torno do aluno, desde as atividades escolares propostas pelos professores até a configuração escolar. Segundo Cavalcanti (2009, p.34) “um profissional deve-se realçar os conhecimentos sobre os processos de aprendizagem articulados com o conteúdo das matérias específicas”. Por exemplo, a Geografia que estabelece uma conexão com as nossas experiências do cotidiano, com coisas que vemos no dia a dia, uma boa maneira é o trabalho de mapas mentais aplicados a sua realidade.

A docência vem em um momento de transição em busca de melhorias, porém marcada pela crise do modelo anterior e com incertezas em relação aos novos modelos de formação. Mas para que essa mudança de modelo de formação começasse a acontecer, foi necessário conhecer a realidade que iria ser modificada, ou seja, os cursos de licenciatura, em especial o de Geografia, além dos meios e sua utilização. Considera Cavalcanti (2012, p.30) que:

As reflexões ligadas ao currículo e à história das disciplinas buscam, para sua estruturação, sentido não apenas lógico-científico, mas também

Anais do VIII SEMAGEO – III SGS

ISSN 2446-6840

CAJAZEIRAS, Brasil, 4 a 7 de DEZ/ UFCG

social, entendendo que a disciplina é uma construção/reconstrução constante, feita pelos sujeitos do processo.

Tanto o Bacharelado quanto a Licenciatura constituem uma formação acadêmicocientífica, com as especificidades inerentes a cada uma dessas habilitações. Porém, a licenciatura ganhou integralidade, ou seja, currículo próprio que não se confunde com o bacharelado. Assim, pretendemos no próximo tópico apresentar a discussão de temática discutida no componente curricular “Evolução do pensamento geográfico” e, posteriormente, discutir sua importância para a formação inicial de professores de Geografia.

3. Discussões da Geografia crítica ambiental para a formação de professores: sobre o que aprendemos em nossas aulas

A Geografia aos poucos vem tendo uma maior importância como ferramenta contra a destruição dos meios naturais, como destaca Andrade (1987, p.119) “os geógrafos também passaram a se preocupar seriamente com o problema do meio ambiente[...]”.

O homem está devastando a natureza e a si mesmo. A intenção, na maioria das vezes é o lucro, essa devastação tem como objetivo o desenvolvimento material das cidades. As empresas exploram os países para produzir energia por um baixo preço e lucrar mais, e os países ficam apenas com os prejuízos ambientais. Por exemplo, segundo Andrade (1987, p.121) “[...] a implantação de indústrias altamente poluidoras, sem a utilização dos mecanismos que neutralizem os efeitos poluentes, e a degradação das condições de vida e de alimentação das populações.”.

Para Paulo (2010) no decorrer do desenvolvimento industrial, o crescimento desordenado das cidades, ocasionou a privação de serviços sociais e áreas verdes. Dessa maneira, o homem pressupondo que os recursos naturais nunca teriam fim, começou uma devastação sobre o meio ambiente, aspirando somente o lucro e o aumento material da sociedade.

Com o objetivo de preservar o planeta ocorrem encontros mundiais como o Rio 92, Protocolo de Quioto, Rio +10 e outros, onde representantes de diversas nações estimam uma meta para ser cumprida, e avaliam se outras anteriores foram cumpridas pelos países.

Segundo Paixão (2010) a Geografia é uma ciência a qual tem como principal foco o estudo a conexão entre a sociedade e a natureza, e as modificações causadas pela sociedade, surgindo novos espaços geográficos. Os geógrafos têm inquietudes quanto aos problemas de caráter social, tendo o ambiente como o meio social mais fácil para que ocorra a mutação, ou seja, para que ocorra transformações no espaço de maneira prejudicial para o homem. Eles devem ser batalhadores pelas causas, vinculados aos interesses da sociedade.

Estudiosos como o agrônomo René Dumont, preocupado com a fome escreveu livros, demonstrando que o crescimento econômico capitalista leva o mundo a situações de fome na qual se encontra, e abordando o problema ecológico em uma sociedade socialista. Os geógrafos passaram a se preocupar seriamente com o problema do meio ambiente, começaram a aplicar os conhecimentos especializados, levando em consideração o impacto dos elementos naturais quando influenciados pela sociedade sobre o meio ambiente.

A preocupação com o meio ambiente brasileiro tem sido objeto de discussão sobre várias regiões, como o Nordeste. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) vem se preocupado com o processo de desertificação do Nordeste promovendo eventos para estimular o desenvolvimento incluyente e sustentável.

O geomorfólogo e geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber- Bacharel (Geografia e História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, FFCL/USP – 1944, Doutor (Geografia) - FFCL/USP – 1956 foi autor de estudos e teorias fundamentais para o conhecimento dos aspectos naturais do Brasil e passou a militar na luta em favor do respeito às condições ecológicas, destacando se na luta pela reorganização do espaço após a construção de barragens, fazendo a defesa da preservação ambiental nos espaços atingidos pela influência das mesmas.

Na geografia crítica ou radical segundo Andrade (1987, p.122) “os radicais ao tomar uma atitude analisando as injustiças sociais e os bloqueios a um desenvolvimento social, vão às raízes, às causas desses problemas”. Assim, notam-se grandes subdivisões, podemos citar a corrente composta por geógrafos não marxistas, porém comprometidos com as reformas sociais, geógrafos com formação anarquista e geógrafos de formação marxistas.

No ano de 1969, David Harvey, era positivista, evoluindo em direção ao marxismo e após quatro anos já tinha posicionamentos críticos em relação a sua produção anterior, em andamento, se tornou marxista. Tendo em vista a Geografia Crítica nos Estados Unidos, Kirk Mattson analisa e declara que ela surgiu da vontade de vários geógrafos para tomar maior conhecimento da realidade presente e da constatação das injustiças sociais que os rodeavam.

Até o fim da década de 1960, a Geografia Radical na América teve dois líderes neopositivistas, David Harvey e William Bunge. Referem-se a uma corrente que busca o socialismo, ou seja, alternativas para uma sociedade capitalista em crise, buscando por novos caminhos, tanto científica como sócio-políticas. Já a Geografia Crítica ou Radical na Europa não saxônica obtém suas raízes em estudos do século XIX, feitos pelos escritores Karl Marx, Friedrich Engels entre outros.

4. Resultados e discussões

É observado à importância da Geografia para o homem e para a natureza, já que está ligada diretamente e indiretamente com a preservação da mesma, e automaticamente com a do homem, tendo visto que ele faz parte dela. Para mais, a Geografia busca diminuir o grande número de lixo produzida pelo homem e o desflorestamento, já que isso é a principal razão de tantos danos ao meio ambiente.

Outro foco que foi bem importante nas discussões entre os alunos do curso superior de licenciatura em Geografia, apresentadas em sala, foi às riquezas naturais possuídas pelo Brasil, tendo visto que o mesmo é um dos mais ricos do planeta neste

aspecto, assim atraindo empresas multinacionais que querem apenas lucrar. Porém, foi bem intensificado que os geógrafos são profissionais responsáveis para que a exploração das riquezas naturais brasileiras não seja em grande escala, sabendo que muitas dessas empresas não estão preocupadas com a população local.

Esse texto proporcionou um conhecimento bem mais amplo do que a gente pensava, por exemplo, que a Geografia tem como foco a relação do homem com a natureza, e que atualmente o homem procura a natureza mais pelo campo econômico, esquecendo a dependência natural de sobrevivência. E com as diferentes riquezas e campos bem amplos a ser explorado na natureza, o homem acaba provocando mudanças constantemente na paisagem, tanto no meio aquático, nas florestas, na terra e etc.

Foi alcançado um dos principais objetivos desse artigo, que foi a interação entre os alunos do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para com tema, fazendo que os mesmos repensassem sobre as atitudes do homem e também os seus deveres como futuros geográficos, para a preservação do meio natural, e o repassasse para os seus discentes de maneira que busquem a preservação da natureza.

Ressaltamos ainda, como um bom resultado, ter identificado a importância para o ensino do professor, os conhecimentos extra disciplinares, ou seja, fora de sua formação, para que ele possa correlacionar sua disciplina com as demais. E também conhecer e saber agir através de diferentes metodologias, podendo ensinar diversos alunos mesmo contendo uma ampla heterogeneidade entre eles.

Considerações finais

Conclui-se então que são de extrema importância os professores para um desenvolvimento social tendo o papel de formar os cidadãos e dar-lhes conhecimentos da sociedade, dos lugares, não somente de forma teórica, mas também a prática. Para lecionar esses conhecimentos é necessária uma boa estrutura nas escolas, entretanto a que temos

não é suficiente para instituir uma educação tanto para os alunos quanto para os professores de boa qualidade.

Para uma formação de qualidade para o profissional é necessário um acervo de saberes, e muitos deles só serão adquiridos com experiência e uma metodologia pensando não apenas em passar conteúdo, mas também com que ele seja praticado, discutido e refletido, pode-se fazer isso de diversas formas, por exemplo, com currículos novos, inovação, implementação de novas tecnologias, e principalmente o conhecimento social dos discentes, e isso irá favorecer muito o aprendizado e o ensino.

Assim, a formação docente não é o suficiente para o trabalho docente, porém é a condição mínimo para exercer essa função, ou seja, é necessário um conhecimento amplo sobre o conteúdo disciplinar que vai ser ensinado para os alunos.

O professor está em constante mudança, contudo, essa modificação contínua deve ser para melhor, aderindo novos métodos para realçar os conhecimentos de aprendizagem, articulando com o conteúdo de matérias específicas, como a Geografia, onde o docente pode se basear em experiências vividas e em seu cotidiano, ou dos seus alunos. A docência no Brasil vem em uma evolução crescente, e para essa evolução foram necessários vários estudos sobre a realidade educacional que iria ser modificada, principalmente a Geografia e seus meios de aplicação.

A Geografia se tornou uma ferramenta muito importante para diversos assuntos, e um dos mais importantes é a destruição do meio ambiente, tendo que o principal responsável é o ser humano, então com o auxílio dos geógrafos e seus estudos, vem tentando mudar as ações do homem na natureza, com projetos buscando conscientização do homem. Por exemplo, o debate que esse texto possibilitou entre os alunos de graduação em Geografia, e com isso encontrar uma solução para as causas que podem está danificando em grande ou pequena escala. À vista disso se utilizou muito a Geografia crítica, e dentro dela geógrafos que se conscientizavam dos problemas graves que a sociedade enfrentava, tanto entre si, como também as ações e as proporções que elas atingiam.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Geografia e ação** In: ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia: Ciência da Sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Atlas, 1987. p.116-130.

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de Geografia na escola. CAVALCANTI, Lana de Souza In: **A formação profissional: Princípios e propostas para uma atuação docente crítica.** (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico.)- Campinas, SP: Papirus, 2012.

FREITAS, Eduardo de. Consciência ecológica. **Site Mundo Educação.** Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conscienciaecologica.htm>> Acesso em: 18/01/2018.

PAIXÃO, Manuela Rocha. A educação ambiental no ensino da geografia. **SiteWeb Artigos.** 2010. Disponível em:<<https://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-ambiental-no-ensino-da-geografia/50506/>> Acesso em: 17/01/2018

PAULO, Rodolfo Fares. O desenvolvimento industrial e o crescimento populacional como fatores geradores do impacto ambiental. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.7, n.13/14, p.173-189, Janeiro/Dezembro de 2010. Disponível em: < <http://www.Domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/180/153>>. Acesso em: 17/01/2018.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia.** In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei A Formação docente e o ensino superior. 3ª Ed.- São Paulo: Cortez, 2009.p. 89-104.

